

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RITA SIMONE SILVEIRA FURTADO

**NARRATIVAS IDENTITÁRIAS E EDUCAÇÃO:
os surdos negros na contemporaneidade**

Porto Alegre
2012

RITA SIMONE SILVEIRA FURTADO

**NARRATIVAS IDENTITÁRIAS E EDUCAÇÃO:
os surdos negros na contemporaneidade**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Dra. Lodenir Becker Karnopp

Linha de pesquisa: Estudos Culturais em Educação

Porto Alegre
2012

CIP - Catalogação na Publicação

FURTADO, RITA SIMONE SILVEIRA
NARRATIVAS IDENTITARIAS E EDUCAÇÃO - Os Surdos
Negros na Contemporaneidade / RITA SIMONE SILVEIRA
FURTADO. -- 2012.
122 f.

Orientadora: LODENIR KARNOPP.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

1. SURDOS NEGROS. 2. DIFERENÇA. 3. NARRATIVAS. I.
KARNOPP, LODENIR, orient. II. Título.

RITA SIMONE SILVEIRA FURTADO

**NARRATIVAS IDENTITÁRIAS E EDUCAÇÃO:
os surdos negros na contemporaneidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Aprovada em

Prof^a. Dra. Lodenir Becker Karnopp - Orientadora

Prof^a. Dra. Adriana da Silva Thoma - UFRGS

Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva – UNISC

Prof^a. Dra. Gládis Perlin - UFSC

Porto Alegre
2012

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus pela realização de mais este sonho. À minha família, especialmente à minha mãe e meu irmão, pelo incentivo, pelo amor e por estarem sempre ao meu lado durante esta trajetória acadêmica. À Prof^a. Dra. Lodenir Becker Karnopp, minha orientadora, pelo carinho, apoio incondicional, dedicação, pelos inúmeros conhecimentos transmitidos e por acreditar em meu potencial, me incentivando a seguir em frente. Agradeço ainda, ao Ministério da Cultura pelo financiamento na realização do projeto Produção, Circulação e Consumo da Cultura Surda Brasileira e a CAPES, pela bolsa concedida através desse projeto de pesquisa.

Aos professores que fizeram parte da banca: Prof^a Dra. Adriana da Silva Thoma (UFRGS), Prof^a Gládis Perlin (UFSC) e Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva (UNISC), pelas contribuições e sugestões trazidas, das quais muitas foram contempladas no texto, contribuindo com a riqueza e consistência teórica do mesmo. Aos colegas que compartilharam as alegrias, incertezas e conquistas e, que por isso atualmente são amigos. E aos meus amigos que torceram por mim e compreenderam minha ausência durante o período do Mestrado.

RESUMO

O título da presente Dissertação de Mestrado realizada, na linha de Pesquisa Estudos Culturais em Educação é, Narrativas Identitárias e Educação: Os Surdos Negros na Contemporaneidade. Objetiva investigar questões referentes à “dupla diferença”, tendo, como foco de análise, narrativas de surdos negros e os significados de ser “duplamente diferentes”. Busco nesta pesquisa conhecer as narrativas de surdos negros, concebidos aqui como sujeitos “duplamente diferentes”, pois trazem consigo representações e estereótipos produzidos culturalmente, sendo transmitidas às próximas gerações através da linguagem. Ao realizar as análises busco aporte teórico em autores como Amaral (2004, 1998), Lobo (2008), Skliar (2005), Gallo (2005), Rodrigues (2008) e outros, os quais realizam pesquisas e discussões sobre estas temáticas. A fim de conhecer como os surdos negros se narram, realizo análise dos perfis dos alunos do Curso de Licenciatura em Letras-Libras, turma 2008. Perfis esses que são postados pelos alunos no Espaço Virtual de aprendizagem do Curso. Realizo também, entrevistas com alguns surdos negros, alunos desse Curso e com alunos de escolas de surdos localizadas em Porto Alegre. Durante o texto abordo questões relacionadas à diferença, deficiência, concepções de surdez, cultura(s) surda(s), estereótipos e as desigualdades sociais existentes no Brasil entre negros e brancos. Ao analisar os materiais empíricos foi possível evidenciar que a maioria dos surdos negros entrevistados durante a pesquisa afirma não ter passado por situações em que o preconceito por serem surdos negros foi “escancarado”; no entanto, há aqueles que relatam que já foram discriminados por serem “duplamente diferentes”. Há ainda surdos negros que reconhecem a “dupla diferença”; mas, afirmam que as duas não formam um todo e não constituem uma unidade. Explicam que a dupla diferença é marcada, que o preconceito ocorre sim, mas é algo que não é explícito e não aparece em um único bloco, por serem surdos negros. Mas em alguns momentos e com algumas pessoas o preconceito ocorre porque são surdos; em outros, porque são negros. No que se refere à análise dos perfis, não foi possível encontrar nesse Espaço Virtual perfis em que os alunos se autodeclaram negros. Assim, esse é um local que eles se identificam como surdos somente. Possivelmente há surdos negros, mas não é possível encontrá-los através do perfil. Cabe salientar, que praticamente todos iniciam suas apresentações identificando-se como surdos, sem mencionar a questão da negritude.

Palavras-chave: Representação. Surdos Negros. Cultura. Diferença.

ABSTRACT

The title of this Master's Thesis that was developed on line of Cultural Studies in Education Research is Narratives of Identity and Education: The Deaf and Black people in the Contemporaneity. The main objective is to investigate points regarding the "double difference", and, as the focus of analysis, narratives of black deaf and meanings of being "doubly different". In this research I seek to know the stories of black deaf, designed here as subjects "doubly different", because they bring with them representations and stereotypes culturally produced that are transmitted to subsequent generations through language. When performing analysis on authors, I seek theoretical support in authors such as Amaral (2004, 1998), Lobo (2008), Skliar (2005), Gallo (2005), Rodrigues (2008) and others, which conduct research and discussions on these topics. In order to know how the deaf black are telling about themselves, I perform analysis of the students profiles from the Bachelor Studies of Letras-Libras (Brazilian Sign Language), class 2008. These profiles that are posted by students in the Virtual Learning Space from the Course. I conducted also interviews with some deaf black students in this course and students in deaf schools located in Porto Alegre. In this the text I approach issues related to the difference, disability, conceptions of deafness, culture(s) deaf, stereotypes and social inequalities in Brazil between blacks and whites. When analyzing the empirical material it was possible to show that the majority of deaf black respondents during the survey say they have experienced situations in which prejudice because they are deaf blacks was "wide open"; however, there are those who report that they have been discriminated against for being "doubly different". There is still deaf dark that recognize the "double difference", but they said the two differences do not make a whole and does not constitute a unit. They explain that the double difference is marked, that prejudice is yes, but it is something that is not explicit and does not appear in a single block, being deaf and black. But at some times and some people the bias occurs because they are deaf, and in others because they are black. As regards the analysis of the profiles, we couldn't find in Virtual Space profiles in which the students call themselves black. So this is a place that they identify themselves as deaf only. Possibly there is black deaf, but you cannot find them through the profile. It should be noted that virtually all presentations start identifying themselves as deaf, not to mention the question of blackness.

Key-words: Representation, Black Deaf Culture, Difference.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Convite virtual para participação de surdos negros em pesquisa sobre dupla diferença.....	69
-----------------	---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 BUSCANDO RESPOSTAS, SEMEANDO INCERTEZAS E DIALOGANDO COM TEÓRICOS	12
1.1 UM POUCO DA HISTÓRIA DE UMA PESQUISADORA DUPLAMENTE DIFERENTE.....	24
1.2 CONCEPÇÕES DE CULTURA NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS.....	34
2 SURDOS & SURDOS NEGROS: A DUPLA DIFERENÇA PRESENTE NO CORPO	38
2.1 ALGUMAS CONCEPÇÕES SOBRE CULTURA(S) SURDA(S).....	38
2.2 CONCEPÇÕES DE SURDEZ: DO PATERNALISMO OUVINTE À EMERGÊNCIA DOS ESTUDOS SURDOS.....	42
2.3 SURDOS NEGROS: SUJEITOS “DUPLAMENTE DIFERENTES”.....	45
3 NEGROS NO BRASIL:ALGUMAS CENAS DA ESCRAVIDÃO À CONTEMPORANEIDADE	51
3.1 OS NEGROS AFRICANOS NO BRASIL.....	51
3.2 DESIGUALDADE SOCIAL ENTRE NEGROS E BRANCOS NO BRASIL.....	55
4 A TRAJETÓRIA DA PESQUISA:(DES) CAMINHOS PERCORRIDOS DURANTE A PESQUISA	63
4.1 COTIDIANO DA PESQUISA: "MEU DIÁRIO DE BORDO".....	66
5 SURDOS NEGROS NA CONTEMPORANEIDADE:SUAS NARRATIVAS SOBRE “DUPLA DIFERENÇA	77
5.1 DUPLA DIFERENÇA NA NARRATIVAS DE SURDOS NEGROS.....	77
5.2 A QUESTÃO IDENTITÁRIA:NEGRO SURDO OU SURDO NEGRO?.....	84
5.3 AS RECORRÊNCIAS:ASPECTOS QUE SALTAM AOS OLHOS.....	89
5.3.1 Escolarização, Fator Socioeconômico e o Aprendizado de Libras nas Narrativas de Surdos Negros.....	89
5.3.2 A Incidência de Surdos Atuando na Área da Educação.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	139
ANEXOS	143
ANEXO A -	144
ANEXO B -	145

INTRODUÇÃO

Devo ter me apropriado paulatinamente de meu corpo da forma como era, e não da forma como eu gostaria que ele fosse. Fui aceita com ele, rejeitada com ele, amada com ele.

(Lígia Assumpção Amaral)

Está posto um grande desafio: desenvolver uma pesquisa, analisar os dados obtidos, buscando, a partir deles, fomentar discussões, reflexões e problematizações sobre diferença e, mais especificamente, sobre a “dupla diferença” e, além disso, redigir uma Dissertação de Mestrado. Tal desafio assusta, mas por outro lado, encanta, fascina e motiva o pesquisador a continuar percorrendo este caminho. Continuar significa dar lugar à curiosidade, ao desejo de conhecer o que até então era desconhecido, a imensa vontade de obter respostas, mesmo sabendo que estas respostas não são definitivas e que não podem ser entendidas como verdades absolutas.

Trilhar este caminho significa também, avançar e retroceder. Em um dia, ler seu texto, ficar orgulhosa e satisfeita com o que escreveu no outro dia, lê-lo novamente e ter uma enorme decepção consigo mesma. Significa ainda conhecer as concepções teóricas de diversos autores e buscar uma articulação entre as leituras realizadas e os materiais empíricos, enfim, este processo de pesquisa e produção escrita é desafiador e instigante. Nesta perspectiva apresento esta Dissertação de Mestrado e convido os leitores para percorrerem este caminho comigo.

Meus objetivos, no que tange a realização da pesquisa, são: 1) investigar questões referentes à “dupla diferença”, tendo os surdos negros como foco de análise e, 2) pesquisar narrativas de surdos negros e os significados de ser “duplamente diferente”, ou seja, o que significa ser constituído entre outros, por estes dois traços identitários. A fim de atingir estes objetivos, tenho como problema de pesquisa, ou seja, como aspecto mobilizador da pesquisa, a pergunta: Que aspectos relacionados à dupla diferença podem ser identificados em narrativas de sujeitos surdos negros?

Nesta pesquisa, nomeio como “duplamente diferentes” os sujeitos que são constituídos por estes dois traços identitários, ser surdo negro.

No que se refere ao termo “dupla diferença”, cabe salientar que ele tem provocado inúmeras discussões e questionamentos, saliento, porém, que não é meu objetivo criar um conceito novo ou, produzir um modismo. Também não é minha intenção sugerir um conceito engessado, estanque, visto que tal pretensão seria incoerente em uma pesquisa realizada na linha dos Estudos Culturais em Educação. No entanto compreendo que o termo possibilita reflexões relevantes, principalmente porque causa impacto, desestabiliza, desacomoda, gerando problematizações.

Compreendo como “dupla diferença” a existência em um único sujeito, de dois traços identitários que o diferencie significativamente da “norma”, representada na sociedade por sujeitos brancos, magros, altos, ouvintes, que enxerguem, sejam usuários de uma língua de modalidade visual-gestual e que não possuam nenhum comprometimento físico ou intelectual. Assim, nesta pesquisa me sinto instigada a “olhar” para os surdos negros considerando-os sujeitos “duplamente diferentes”.

A fim de fundamentar teoricamente as análises, no tópico a seguir realizo abordagens sobre os seguintes conceitos: norma, normal, anormal, além de outros, que foram produzidos culturalmente e que me ajudam a pensar a questão da “dupla diferença”.

O texto está organizado em cinco capítulos. No primeiro: *Buscando Respostas, Semeando Incertezas e Dialogando com Teóricos* realizo uma discussão sobre deficiência, eugenia, diferença e “dupla diferença”, buscando aporte teórico em autores como Amaral (2004, 1998), Lobo (2008), Skliar (2005) e outros. Neste capítulo trago também algumas de minhas vivências durante a infância, na trajetória escolar e profissional, na condição de pessoa negra com deficiência física, ou seja, na condição de pessoa “duplamente diferente”. Para finalizar, apresento algumas concepções de cultura na perspectiva dos Estudos Culturais em Educação.

No segundo capítulo: *Surdos & Surdos Negros: A “Dupla Diferença” Presente no Corpo* apresento algumas concepções de Cultura (s) Surda (s), as diferentes formas de se compreender a surdez ao longo dos anos. Finalizo este capítulo trazendo algumas discussões sobre os surdos negros.

No terceiro capítulo, *Os Negros no Brasil: “Algumas cenas” de sua Trajetória da Escravidão à Contemporaneidade* comento, a chegada dos negros ao Brasil,

proponho discussões sobre o mito da democracia racial e discuto as desigualdades sociais existentes entre brancos e negros no Brasil,

No quarto capítulo relato a metodologia da pesquisa e destaco as contingências ocorridas durante a realização da mesma. Descrevo ainda, como as entrevistas foram realizadas e explico no que consistiu a análise dos perfis dos alunos do Curso de Licenciatura em Letras-Libras. No quinto e último capítulo apresento a análise dos materiais empíricos adquiridos durante a pesquisa e proponho discussões sobre aspectos relacionados à “dupla diferença”, a partir das narrativas dos entrevistados sobre o significado de ser surdo negro. A fim de analisar os materiais empíricos foram elaboradas três categorias de análise, sendo que a terceira categoria está subdividida em três seções.

1 BUSCANDO REPOSTAS, SEMEANDO INCERTEZAS E DIALOGANDO COM TEÓRICOS

Nesse tópico proponho uma discussão sobre deficiência, eugenia, diferença e “dupla diferença”. Nessa discussão busco abordar, mesmo que de forma sucinta, a preocupação da sociedade em compreender as causas das deficiências e a tentativa de eliminação das mesmas, eliminando assim, as diferenças. Para isso, busco aporte teórico em autores como Amaral (2004; 1998), Lobo (2008), Skliar (2005), Gallo (2005) e outros, os quais realizam pesquisas e problematizações sobre estas temáticas.

Abordagens teóricas como estas são significativas no momento em que me proponho a realizar uma pesquisa sobre “dupla diferença” analisando as narrativas de surdos negros. Partindo do princípio de que os surdos foram (e muitas vezes são) concebidos como deficientes e anormais e os negros considerados sujeitos inferiores, busco investigar através da realização de entrevistas as vivências dos sujeitos surdos negros, com relação a possíveis preconceitos e discriminações existentes principalmente em sua trajetória escolar e no trabalho. Para isso realizei entrevistas com surdos negros em diferentes níveis de escolaridade, nível socioeconômico e faixa etária.

Vivemos em uma sociedade onde é recorrente o discurso do normal, ou seja, daquilo que está dentro da norma considerada ideal, adequada. Nesta perspectiva, os sujeitos que não se enquadram nessa norma, são marginalizados, passando a fazer parte dos grupos denominados minoritários. Nestes grupos estão inseridos os negros, os deficientes físicos, os cegos, os obesos, os homossexuais, os índios, os surdos e todos aqueles que possuem algo que os caracterize como diferentes. No que tange ao termo minorias, Skliar (2001) explica que esse termo não se refere a uma medida numérica de um grupo. Muitas vezes, alguns grupos representam quantitativamente uma maioria numa população determinada, como é o caso dos negros na África do Sul.

Assim, não é o quantitativo que demarca o território do minoritário e majoritário, mas um tipo de mecanismo de poder que outorga tal condição. Concordo com o autor quando explica que provavelmente não exista nenhum grupo que seja

minoritário, mas, que existe sim um processo de alterização, de “minorização”. Esse processo é a prática de fazer com que o outro seja pensado, produzido e inventado como minoritário. Assim, podemos compreender que os grupos minoritários são produzidos nas relações de poder e que quando grupos são nomeados como minoritários, estão automaticamente sendo concebidos como os “outros”, os atores coadjuvantes da história.

Em relação às diferenças, elas se tornam uma espécie de marca na vida dos sujeitos que as possuem, marcas estas que os coloca em posição de desvantagem em relação aos ditos normais, fazendo com que os diferentes sejam vistos como inferiores. Amaral (1998) explica que ao discutirmos questões relacionadas à diferença, precisamos também pensar na semelhança, na homogeneidade, na normalidade e na correspondência a um determinado modelo. Para a autora existem diferenças que se referem a características ou opções que mesmo sinalizando dessemelhanças, não geram conflitos, como características físicas (cor dos cabelos, cor dos olhos) ou preferências por cores, times de futebol, tipos de música, etc.

Porém, existem diferenças que ela denomina *diferença significativa*, que se referem ao desvio e a anormalidade. São diferenças que “saltam aos olhos”, tornando mais complexos os contextos e as relações humanas que se estabelecem a partir de características que sinalizam para o significativamente diferente. Ainda, sobre a diferença significativa, afirma o seguinte:

Tenho defendido a ideia de que são três os grandes parâmetros utilizados para definir a diferença significativa, ou desvio, ou a anormalidade. E é sobre eles que agora me debruço. Ou seja, penso que a diferença significativa, o desvio, a anomalia, a anormalidade, e, em consequência, o ser/estar diferente ou desviante, ou anômalo ou anormal, pressupõem a eleição de critérios, sejam eles estatísticos (moda e média), de caráter estrutural/funcional (integridade de forma/ funcionamento) ou de cunho psicossocial, como o tipo ideal (AMARAL, 1998, p.12).

O critério estatístico possui duas vertentes: a média e a moda. A média é a variável matematicamente alcançada. Ou seja, ela nos dá, por exemplo, a altura média do homem brasileiro e, assim, todos aqueles que se afastam significativamente dela, acima ou abaixo, são diferentes e representam um desvio, uma
anormalidade.

Já a moda é a variável que corresponde a um máximo de frequência numa curva de distribuição, que pode ser exemplificado pela maior frequência de mulheres atuando nas séries iniciais do Ensino Fundamental, e assim os homens que optam por atuar nesse nível de ensino, passam a ser considerados diferentes anormais ou desviantes. O critério estrutural/ funcional corresponde ao “pleno funcionamento” do corpo humano, quando todas as partes do corpo desempenham suas funções de maneira adequada. Sobre esse critério Amaral diz que:

Todavia, é inegável que a espécie humana tem na vocação de sua forma/função a existência de determinadas características, como por exemplo, peculiaridades de metabolismo que se correlacionam a órgãos específicos (também em número predeterminado), uma estrutura própria (cabeça, tronco e membros-integros e localizados de uma única forma), olhos que vêem, ouvidos que ouvem, membros que se movimentam e praticam ações como pegar, andar, sentar, etc, - tudo isso, em princípio, sem o auxílio de equipamentos ou recursos específicos e especiais (1998, p.12).

Outro critério apresentado pela autora é o da comparação entre uma determinada pessoa ou grupo, com aquele sujeito que ela denomina como o “tipo ideal”, o qual é produzido e legitimado pelos grupos que são “autorizados” a categorizar os sujeitos, como por exemplo, a mídia. Amaral faz as seguintes considerações:

Todos sabemos (embora que não confessemos) que em nosso contexto social esse tipo ideal - que na verdade, faz o papel de um espelho virtual e generoso de nós mesmos – corresponde no mínimo, a um ser jovem, do gênero masculino, branco, cristão, heterossexual, física e mentalmente perfeito, belo e produtivo. A aproximação ou semelhança com essa idealização em sua totalidade ou particularidades é perseguida, consciente ou inconscientemente, por todos nós, uma vez que o afastamento dela caracteriza a diferença significativa, o desvio, a anormalidade. E o fato é que muitos e muitos de nós, embora não correspondendo a esse protótipo o utilizamos em nosso cotidiano para a categorização/validação do outro (1998, p.13).

Concordo com a autora quando afirma que muitos de nós, de maneira consciente ou não, desejamos alcançar, ou chegar o mais próximo possível do “tipo ideal”. Pois, se alcançarmos esse modelo, não seremos considerados diferentes ou anormais. Além disso, *a priori*, não correremos o risco de sermos excluídos ou discriminados. O “tipo ideal” é “perseguido” por muitos de nós e para atingi-lo

recorremos a tratamentos de beleza a partir do uso de cosméticos, na tentativa de retardar as marcas do envelhecimento, cuidamos do corpo a fim de evitar a obesidade, etc..

Entretanto, saliento que não é minha intenção atribuir juízos de valor a tais práticas. Busco, sim, discutir e problematizar as questões relacionadas aos sujeitos que podem ser considerados a partir da perspectiva abordada pela autora “sujeitos significativamente diferentes”, como é o caso dos negros, dos homossexuais, dos cegos, dos surdos, enfim aqueles que de acordo com os critérios apresentados anteriormente, dificilmente atingirão o status de “tipo ideal”. E em relação aos sujeitos “duplamente diferentes”? Que ao invés de uma diferença significativa possuem duas, como os surdos negros. Ser “duplamente diferente” é sinônimo de ser “duplamente discriminado”? De que forma os surdos negros estão vivendo na sociedade? Que lugar(s) estão ocupando?

A fim de investigar estas questões busquei conhecer através da realização de entrevistas algumas narrativas de surdos negros sobre a questão da “dupla diferença”. Para isso realizei questionamentos no sentido de saber se enfrentaram mais discriminações e preconceitos durante sua vida por serem surdos negros, possuindo assim, duas “diferenças significativas”. Segundo Silva (2002), a diferença não pede tolerância, respeito ou boa vontade. A diferença desrespeitosamente, simplesmente difere. Ele afirma que a diferença não é uma relação entre o um e o outro, ela é simplesmente um devir-outro, ou seja, ela produz o outro.

Considero relevante salientar que dialogo com os teóricos mencionados anteriormente, na tentativa de melhor compreender o surgimento da concepção de diferença, deficiência e anormalidade e dos critérios utilizados pela sociedade para definir os sujeitos que nela serão incluídos, os que serão “consertados” ou reabilitados para posteriormente serem incluídos e os que, em função de sua diferença, serão excluídos.

Outro aspecto que considero relevante discutir é a “patologização da diferença”, que consiste na percepção da diferença como doença, patologia, deficiência, déficit. Dito com outras palavras é a concepção na qual as diferenças são compreendidas como algo nocivo, indesejável e como algo que sugere práticas de medicalização em busca da cura e da reabilitação. Estas abordagens teóricas fundamentam meu olhar para a questão da “dupla diferença” e é a partir delas que realizo a análise dos dados empíricos coletados durante esta pesquisa.

A fim de aprofundar essas discussões, busco novamente aporte teórico em Amaral (1998), que afirma, citando Gilberto Velho (1989), que essa patologização pode mediante circunstâncias peculiares voltar-se para o aspecto social ou individual, sendo mais recorrente o investimento no primeiro. Penso que ao discutirmos sobre isso é relevante refletirmos sobre o papel dos estereótipos na vida dos sujeitos diferentes.

Para a autora, o estereótipo pode ser entendido como a concretização e a personificação do preconceito. Ela explica que é criado um tipo fixo e imutável que passa a caracterizar o objeto em questão, seja ele um grupo, uma pessoa ou um fenômeno. Compreende que o estereótipo é algo que reduz os sujeitos ou grupos a quem se refere, ou seja, resume esses sujeitos apenas às características atribuídas ao referido estereótipo.

Outra característica do estereótipo é a sua capacidade de generalização, ou o modo como coloca os sujeitos diferentes em um “único pacote”, por exemplo, ao afirmar que todos os surdos gostam de isolamento, que todos os deficientes físicos são revoltados, etc. Ao ocorrer tais generalizações as especificidades de cada um dos sujeitos são desconsideradas ficando em evidência somente o estereótipo.

Ainda, sobre o estereótipo em relação às pessoas com deficiência, segundo Amaral

(...) encontramos também estereótipos particularizados em relação aos tipos de deficiência como: o deficiente físico ser “o revoltado” ou “o gênio intelectual,” o cego ser “o cordato” ou “o sensível” ou “o gênio musical”, o surdo ser o “isolado” ou o “impaciente”, a pessoa com síndrome de Down ser “a meiguice personificada”. (1998, p. 14)

Ao analisarmos a citação acima, é possível constatar que de acordo com o estereótipo, não é um determinado deficiente físico que é “revoltado” ou “gênio intelectual”, mas a partir dele o discurso que se produz é que todos os deficientes físicos possuem uma ou outra dessas características, ocorrendo assim a generalização mencionada anteriormente. Porém, os sujeitos “significativamente diferentes” (cegos, surdos, deficientes físicos, pessoas com déficit intelectual, negros etc) não devem ser concebidos como produtos resultantes de uma “linha de produção em série” que possuem características idênticas, nem como uma massa homogênea. Mas precisam ser entendidos como seres humanos que mesmo fazendo parte de um determinado grupo, possuem características e especificidades

próprias, além de trajetórias de vida distintas e diferentes maneiras de viver e compreender sua diferença.

Para Hall (2003) estereótipo pode ser definido como um conjunto de “práticas representacionais” que possuem efeitos essencializantes, reducionistas e naturalizantes. Ele reduz as pessoas a características simples e essenciais que passam a ser como fixas, impostas pela natureza e, por isso, permanentes. Nessa perspectiva, podemos compreender que o estereótipo faz com que os sujeitos por ele representados sejam “lidos” apenas a partir do referido estereótipo, como se não existisse nenhuma outra característica além dele.

Lobo (2008) afirma que compreender a deficiência como acontecimento, seja do ponto de vista coletivo ou individual, é assegurar-lhe a historicização. Significa reconhecer a trajetória histórica das deficiências, entendendo que ao longo dos tempos elas foram compreendidas de diferentes maneiras. Segundo a autora a deficiência só passou a existir mediante uma prática que a objetivou a um discurso que a nomeou. A deficiência como coisa não existe, o que não significa que ela deixe de ser algo.

Amaral (1998) comenta que com relação aos estereótipos existentes sobre os sujeitos deficientes, existem outros além dos que foram mencionados anteriormente os quais ela denomina de “trio deplorável”, que consiste no estereótipo de herói, vilão e vítima. O “Herói” é aquele que venceu todos os obstáculos enfrentados, que é alguém que “se superou” e que “apesar de” ser cego, ser surdo, ser deficiente físico, ser negro, etc, conseguiu vencer na vida e ocupar seu espaço na sociedade.

Penso que esse estereótipo que a *priori* pode ser considerado algo positivo e um elogio para as pessoas deficientes, traz consigo uma pré-concepção, ou um preconceito pelo fato de que se existe o entendimento de que houve uma superação, é porque até então estes sujeitos eram considerados incapazes. O estereótipo de vilão consiste no fato da deficiência ou diferença dos sujeitos ser associada com o mal, com algo negativo, como se as pessoas deficientes fossem uma espécie de “corporificação do mal”. O referido estereótipo define ainda os sujeitos que utilizam sua condição para obter vantagens, principalmente financeiras, além de diversos privilégios. Por fim, no estereótipo de vítima os deficientes são considerados os coitadinhos, aqueles que necessitam da benevolência e solidariedade.

Com relação a deficiência, cabe enfatizar que há muito tempo a ciência e a medicina buscam compreender as causas da existência de crianças diferentes. Relata Lobo (2008) apud Paré (1971), que no século XVI os deficientes eram chamados de monstros. E que o discurso recorrente na época era que as “monstruosidades” tinham como causa a glória ou a ira de Deus. O século XVI distingue duas classes de monstros: as espécies monstruosas e os monstros individuais, distinção Medieval proveniente de santo Agostinho. Nesta perspectiva, os monstros eram entendidos como criações divinas, criados por Deus para garantirem a harmonia entre as coisas. As espécies monstruosas estavam mais relacionadas aos desvios comportamentais, como por exemplo, os vagabundos, os quais eram entendidos como impostores que deviam ser banidos da sociedade e castigados a chicotadas.

Já os monstros individuais eram considerados exemplos da cólera de Deus, frutos das cópulas desordenadas e indevidas que provocam a mistura de sementes, seu excesso ou sua falta, ocasionam a desordem que o homem introduz na ordem das coisas. Mas, apesar disso, estes ainda mantêm o sinal de Deus, a marca de sua ira, que é consequência da transgressão dos preceitos divinos, porém, por ser a natureza, obediente à Deus faz com que os pequenos monstros tenham semelhanças com o primeiro casal de seres humanos existentes na terra, do qual foram originados. (LOBO, 2008; PARÉ, 1971).

Em outro momento da História as pessoas com deficiência passaram a ser consideradas uma espécie de instrumento de purificação dos ditos normais. Pois, através das obras de benevolência que faziam para os deficientes, os “normais” poderiam obter o perdão de seus pecados, garantindo assim, o direito ao céu.

No século XIX surge a realização de estudos a partir da presença de estigmas físicos no corpo. Eles eram considerados um dos indícios mais fortes da incurabilidade e do grau de monstruosidade dos sujeitos. Essa prática era denominada “o espelho da alma” e visava procurar na superfície do corpo as marcas de sua profundidade, além do diagnóstico de doenças crônicas. Tal prática buscava também desvendar por meio das características físicas dos sujeitos “os abismos da alma”, ou seja, encontrar no interior deles as possíveis causas das deficiências e dos desvios.

Foram privilegiadas algumas partes do corpo, como por exemplo, o formato do crânio, as deformações dos órgãos genitais, as assimetrias faciais, a fisionomia e

os cheiros provenientes de determinadas pessoas. Essa concepção foi por vezes criticada pelas exceções e generalizações contidas nela. A tentativa de buscar no corpo os “reflexos da alma” teve credibilidade também no século XX e, em função disso, foram publicadas diversas obras sobre este tema. Entre elas o livro: Eugenia e Medicina social (Problemas da Vida) uma obra de Renato Kehl, figura expressiva do movimento eugênico no Brasil, que foi publicada em 1923. Livros como esses realizavam a associação entre saúde e beleza, afirmando, por exemplo, que a desarmonia e a assimetria das formas, a magreza excessiva, a obesidade, etc, são indícios de estados regressivos e seu estudo era considerado importante porque constituíam desvios ou perturbações da evolução normal devido à hereditariedade. (LOBO, 2008, p. 57).

Lombroso (1876)¹, traduzido por Roque (2007), defende que as características físicas e fisiológicas dos sujeitos como o tamanho da mandíbula, a conformação do cérebro, a estrutura óssea e a hereditariedade biológica são características de um criminoso. O referido autor explica que o sujeito criminoso é constituído geneticamente para o mal, devido a razões congênicas. Ele realizou ainda estudos sobre as medidas do crânio, analisando os crânios muito alongados ou muito arredondados. Além disso, analisou as desproporções da face, pessoas que tinham lábios volumosos, os dentes posicionados desordenadamente, diferença no formato das orelhas, etc.

Considero essas abordagens relevantes, pois demonstram o quanto as diferenças dos sujeitos são associadas à anomalia, à deficiência e ao desvio, ou seja, a algo considerado inadequado. Sendo assim, trago essas abordagens para esse texto, ainda que de forma sucinta, pois acredito que elas nos ajudam a compreender e problematizar questões relacionadas à diferença, sob uma perspectiva cultural, e/ou entender sob uma perspectiva cultural o fato de se buscar no corpo dos sujeitos deficientes, ou desviantes da norma, a explicação para tais deficiências e desvios. A partir dessa concepção, a causa dos desvios e das diferenças está presente no corpo dos sujeitos, sendo evidenciadas em suas características físicas.

¹ Cesare Lombroso nasceu na cidade de Verona em 1835. Médico Especialista em Psiquiatria realizava estudos analisando as características físicas e fisiológicas dos sujeitos. Criador da Antropologia Criminal.

É relevante enfatizar que muitas vezes é feito todo um investimento no corpo dos sujeitos deficientes, no sentido de identificar as causas da “doença” e de buscar uma possível cura para a mesma. A partir disso, os sujeitos são nomeados como cegos, deficientes físicos, e conseqüentemente, doentes, incapazes, diferentes e anormais. O que busco demonstrar com essas considerações é primeiramente o papel da medicina nomeando e rotulando os sujeitos e o quanto tais rótulos podem produzir estigmas e preconceitos em relação a determinados grupos de sujeitos.

Nesta perspectiva, é significativo conhecermos a origem dos termos normal e anormal. Canguilhem (2000) explica que normal é o termo utilizado a partir do século XIX para designar o protótipo escolar e o estado de saúde orgânica. O autor explica ainda que o normal é, ao mesmo tempo, a extensão e a exibição da norma. Ele enfatiza que o conceito de normal não é estático ou pacífico, mas é um conceito dinâmico e polêmico.

O conceito de normal teve origem na medicina e penso que isso explique porque as pessoas deficientes são concebidas como doentes, sendo muitas vezes, submetidas à medicalização e práticas que visam à correção das deficiências. Isso demonstra que, numa perspectiva clínica, as deficiências são compreendidas como patologias e, por isso, os sujeitos deficientes são medicalizados a fim de que as “doenças” sejam eliminadas, ou para que eles fiquem o mais próximo possível da norma.

A palavra norma é um termo de origem latina que significa esquadro e *normalis* significa perpendicular. A norma é uma regra, é aquilo que serve para retificar, colocar de pé, endireitar e visa também unificar o diverso e eliminar as diferenças. Isso significa que são considerados normais os sujeitos que estão de acordo com a norma. Compreendo que a norma é uma espécie de régua que tem o objetivo de “medir” os sujeitos a fim de definir aqueles que farão parte dela e os que serão excluídos, dando origem aos sujeitos anormais. O conceito de anormal é formulado a partir do conceito de normal e o anormal é a negação lógica do normal. Cabe enfatizar que foi o anormal que originou o conceito de normal.

Ser anormal significa estar fora da norma, ser “significativamente diferente” daqueles considerados normais, em função de características físicas, intelectuais ou comportamentais. A anormalidade sugere a realização de práticas de correção, as quais têm o objetivo de normalizar os sujeitos anormais (CANGUILHEM, 2000).

As tentativas de normalizar os sujeitos anormais são feitas há muito tempo, principalmente pela Medicina e pela Pedagogia. Nesta perspectiva, vale ressaltar que Pinel² e Jean Itard³ utilizavam práticas educativas com o objetivo de reabilitar os sujeitos, eliminando assim tais diferenças. O exemplo mais significativo do trabalho realizado por eles foi a tentativa de educar, no final do século XVIII, um menino selvagem abandonado pelos pais na floresta de Aveyron quando criança, que posteriormente recebeu o nome de Victor. Os dois médicos trabalharam na tentativa de “civilizar” o menino, porém tinham opiniões divergentes em relação a ele.

Pinel foi o primeiro a investir na educação de Victor e descreveu em seus relatórios que ele possivelmente teria sido abandonado pelos pais por volta dos 9-10 anos de idade. Destacou ainda que o “selvagem” podia ser comparado aos idiotas internados nos asilos parisienses e que sua suposta selvageria não era decorrente do fato de ter vivido vários anos sozinho na floresta, mas que ela existia em função de sua *idiotia*⁴, sendo assim, não haveria nenhuma possibilidade de êxito na educação dele, essa constatação fez com que Pinel desistisse de educar o menino.

Itard acreditava que Victor tenha sido abandonado por volta dos 4-5 anos de idade e que seu “estado de selvageria” se devia ao isolamento em que viveu durante muitos anos na floresta. A partir dessa concepção, Itard se sente instigado a educar o “selvagem” e ao tomar essa decisão, ele inaugura um campo denominado médico-pedagógico ou, Educação Especial, nome que possui atualmente.

As práticas utilizadas por Itard a fim de educar o menino selvagem foram basicamente a tentativa de despertar a sensibilidade nervosa utilizando para isso energéticos estimulantes como choques, exposição do menino ao frio, ao calor etc. Itard investiu ainda em estratégias a fim de que Victor obtivesse o aprendizado da fala.

Itard realiza intervenções no sentido de ensinar ao “menino selvagem” questões relacionadas à leitura e a escrita, mas não obteve sucesso. Também com

² Philippe Pinel, médico francês pioneiro no tratamento mais científico e menos supersticioso da loucura. Tornou-se um dos precursores da Psiquiatria moderna.

³ Jean Itard, médico e psiquiatra francês, ganhou destaque na história da Psiquiatria Francesa como responsável pela educação de um menino encontrado na floresta de Aveyron, ficando os procedimentos adotados por ele para educar o selvagem registrados em dois relatórios (1801 e 1807).

⁴ A idiotia foi um termo utilizado na psiquiatria para nomear o grau mais elevado da tríade oligofrênica (debilidade, imbecilidade e idiotia). Os indivíduos que possuem idiotia têm o menor grau de desenvolvimento intelectual e são considerados sujeitos desprovidos de inteligência.

o objetivo de “reabilitar” o menino a fim de que ele pudesse viver em sociedade, o médico trabalhou no sentido de ensinar Victor a caminhar de forma ereta, usar calçados nos pés, vestir roupas sem auxílio e alimentar-se utilizando talheres (BANKS-LEITE & GALVÃO, 2000).

Trago o exemplo de Victor a fim de demonstrar o quanto, ao longo da história da humanidade, a Pedagogia e a Medicina têm se aliado com o objetivo de eliminar as diferenças, de “normalizar os anormais”. Compreendo que estas práticas demonstram o quanto as diferenças são indesejadas pela sociedade e que a existência delas se caracteriza como uma mancha nessa sociedade que deseja que seus integrantes sejam, uniformes, iguais, ou seja, normais.

Considero significativo discutir e problematizar essas questões no momento em que realizo uma pesquisa sobre surdos negros, pensando na “dupla diferença” desses sujeitos, principalmente porque os surdos durante muito tempo foram alvos dessa articulação entre a Pedagogia e a Medicina, pois enquanto a primeira ocupava-se de ensinar aos surdos a leitura e a escrita proibindo a utilização das Línguas de Sinais, a segunda incentivava a oralização por meio de técnicas fonoaudiológicas, bem como, a utilização de aparelhos auditivos e cirurgias de implante coclear.

No que se refere à oralização, que é outra tentativa de “normalizar” os sujeitos surdos, tenho constatado durante a realização desta pesquisa que a maioria dos surdos negros por mim entrevistados, foi oralizado na infância e teve acesso a Libras somente na adolescência ou já na fase adulta.

Essas considerações são relevantes porque demonstram o desejo da humanidade de conhecer as causas das deficiências e dos desvios, bem como o desejo de eliminar as diferenças. A partir das abordagens trazidas pelos referidos teóricos, podemos perceber ainda os seres humanos buscando na religiosidade respostas para suas perguntas sobre o surgimento das deficiências e desvios de comportamento. Cabe ressaltar que nos discursos religiosos da época, as deficiências eram compreendidas como uma forma utilizada por Deus para punir a humanidade pecadora.

A partir do século XIX, com o surgimento da biologia, as concepções religiosas perderam sua credibilidade e a hereditariedade passou a ser considerada a principal causa do nascimento dos “monstros”. A hereditariedade pode ser compreendida como a transmissão das disposições orgânicas dos pais aos filhos. O

mecanismo da hereditariedade não é o mesmo para a saúde e para a doença. Pois, o mecanismo da saúde é serial e progressivo, sustenta a marcha da evolução, reproduz o mesmo, o “normal”. Já o mecanismo da doença é singular e regressivo, produz o diferente, o “anormal.” É relevante salientar, que esse momento marca o surgimento dos termos “normal” e “anormal”. Neste período tem origem o conceito de degenerescência, que pode ser concebida como a degradação da espécie humana.

Lobo (2008) explica a partir de Morel (1857) que a degenerescência não era uma evolução negativa, no sentido inverso que nos levaria de volta a condição animal, seria sim um desvio, um desarranjo doentio e contagioso do processo hereditário que poderia produzir uma variedade degenerada da espécie ou ainda um retorno e uma parada na forma primitiva de nossos ancestrais. As degenerescências constituíam “um espetáculo de variedades doentias.” Tais “variedades doentias” eram físicas, morais e intelectuais.

O combate às degenerescências passou a ser a principal tarefa dos médicos. Por isso, foram realizadas campanhas publicitárias a fim de divulgar para a sociedade a ameaça da anormalidade, enfatizando seus males. Era preciso elaborar um projeto de intervenção higiênica e moral de regeneração da sociedade. Dito com outras palavras era necessário limpar, purificar a sociedade. É relevante enfatizar que no Brasil o movimento eugênico só ganhou adeptos no século XX. Ao analisarmos essas considerações sobre as degenerescências, é possível constatar que as deficiências (morais, intelectuais e físicas) eram concebidas como um problema para a sociedade que passou a investir em “estratégias de combate” às mesmas.

Durante o movimento eugênico a educação passou a ter função dobrada, pois além dos conhecimentos sistematizados, deveria trabalhar no sentido de prevenir os males, evitando o contágio físico e moral das crianças e jovens com os fatores da degenerescência. Para isso, deveria fazer parte do currículo escolar questões relacionadas ao combate das doenças transmissíveis, causadas pela promiscuidade. Além disso, os alunos eram incentivados a ter uma alimentação adequada, não consumir álcool e a não cometer práticas imorais. Para corrigir os males reversíveis era utilizada a disciplina, os bons exemplos e o trabalho intensivo.

Nesta perspectiva, a escola era concebida, conforme Gallo (2005), como máquina-de-Estado, ou seja, como instrumento utilizado pelo Estado para gerenciar

os riscos e produzir sujeitos “normais”. Assim, a escola busca (va) realizar uma produção em série “formando” identidades que se repetem, se reproduzem e que mesmo sendo diferentes retornam ao mesmo. Sendo assim, a escola tem a função de produzir sujeitos idênticos e para atingir esse objetivo, utiliza métodos considerados eficazes a fim de garantir o controle dos sujeitos.

Sendo assim, a escola pode ser compreendida como uma fábrica e os alunos como “produtos” colocados em uma linha de produção. O esperado é que após passarem por diversos processos, tais “produtos”, cheguem ao final da linha de produção, idênticos, perfeitos e sem nenhuma diferença, prontos para ser utilizados, ou seja, aptos para serem inseridos na sociedade e atuarem nela como cidadãos produtivos. Já os “produtos” considerados defeituosos são eliminados, muitas vezes, ao longo do processo, antes mesmo de chegarem ao fim da “linha de produção”. Tais eliminações ocorrem na escola principalmente por meio de reprovações frequentes, que ocasionam a evasão. Este aspecto foi relatado por um número significativo de surdos negros entrevistados durante esta pesquisa.

Porém, em determinado momento, o excesso de disciplina nos colégios foi criticado pelos eugenistas, tanto no que se refere aos castigos, como em relação à sobrecarga intelectual. Eles afirmavam que o excesso de trabalho intelectual, que denominavam *surmenage*, causava a perda da capacidade intelectual e a debilidade mental, além de outros efeitos. De acordo com os profissionais que buscavam a higienização da sociedade, as práticas que visavam purificá-la, evitando anormalidades, estavam contribuindo para a produção das mesmas. (LOBO, 2008).

No que se refere ao movimento eugênico, é possível constatar que ele foi uma tentativa da Medicina e da Pedagogia de “normalizar” a sociedade, eliminando dessa forma as deficiências e diferenças. A Pedagogia, mais especificamente a escola, deu sua contribuição usando a disciplina e as punições a fim de controlar os sujeitos, tentando dessa forma, evitar possíveis desvios de conduta. Já a Medicina contribuiu realizando estudos, diagnósticos e também a esterilização dos deficientes, para que eles não gerassem filhos também deficientes, aumentando assim o número de sujeitos “anormais” existentes na sociedade.

Saliento, porém, que até aqui estou mencionando situações de pessoas que possuem “uma única diferença”, na condição de deficiente físico, cego, surdo, sujeito com déficit intelectual, enfim, algo que os diferencie significativamente dos ditos normais. Mas agora, quero convidar os leitores a refletir sobre como vivem as

peessoas que possuem mais de uma diferença, ou mais especificamente, pessoas que são “duplamente diferentes” como é o caso do deficiente físico negro, do surdo-cego, do surdo negro, enfim, como vivem as pessoas que possuem duas “marcas” ao invés de uma.

Considero relevante salientar que quando utilizo o termo dupla diferença, não significa que desconheça a variedade de diferenças que existem entre os sujeitos, entendo ainda que tais diferenças não se limitam a uma ou duas. Porém, neste projeto de pesquisa, pretendo ter como foco de análise as pessoas que possuem duas diferenças evidentes, então investigarei questões referentes aos surdos negros, pois neste momento meu interesse de pesquisa é este, assim como poderia ser o surdo homossexual, o surdo-cego, o cego deficiente mental, questões que poderão ser investigadas em outro momento.

Partindo destes pressupostos, me sinto instigada a investigar como vivem as pessoas que possuem uma “dupla diferença”, concebendo esta “dupla diferença”, não no sentido de desconsiderar as outras diferenças, como já expliquei anteriormente, mas o que considero relevante no termo “dupla diferença” são os questionamentos que se pode realizar a partir dele.

1.1 UM POUCO DA HISTÓRIA DE UMA PESQUISADORA “DUPLAMENTE DIFERENTE”

Pretendo agora relatar algumas de minhas vivências, na condição de negra com deficiência física, ou seja, na condição de pessoa “duplamente diferente”. Busco, com isso, definir de onde me posiciono ao realizar determinadas considerações, pois não se trata de um dito normal escrevendo sobre o outro, sobre o diferente, como ocorre na maioria das vezes, mas trata-se de alguém que é o “outro”, e por isso, está inserida na categoria daqueles que, aqui neste projeto de pesquisa, serão denominados “duplamente diferentes”.

Nasci na cidade de Pelotas e, segundo relatos de minha família, ao nascer, era uma menina normal e perfeita. Mas, algumas horas após meu nascimento, tive uma poliomielite, mais conhecida como paralisia infantil, que atingiu principalmente meus membros inferiores e superiores, além de ocasionar problemas em minha coluna. Em função disso, comecei a caminhar com três anos de idade. Lembro que

usava botas ortopédicas, que não eram nada confortáveis, pelo menos enquanto não amaciavam.

Lembro ainda que usei, durante algum tempo, um colete ortopédico, feito de couro que ia da cintura até o pescoço e era usado por baixo da roupa com o objetivo de corrigir um desvio existente em minha coluna. Ainda em busca da correção ou da normalização, passei por várias cirurgias durante minha infância, além de ser levada a vários curandeiros e passar por alguns rituais bem estranhos, tudo em busca da suposta cura ou, pelo menos, de uma melhora significativa.

Mas ainda assim, considero que tive uma infância feliz, pois entre uma cirurgia e outra, eu brincava de bonecas como as outras meninas, participava das rodas cantadas, tinha amigos, esperava ansiosamente as tardes de domingo, pois meu pai me levava à praça principal da cidade e lá eu me divertia muito, comia pipoca, doces e no final da tarde voltávamos felizes para casa.

Porém, minha diferença causava nas pessoas muito espanto e curiosidade, pois muitas eram as perguntas que faziam para meus pais sobre minha deficiência. Não tenho noção das vezes que os presenciei respondendo a várias perguntas quando saíam de casa comigo; lembro ainda, que após ouvirem as respostas, satisfazendo sua curiosidade, as pessoas sempre diziam palavras de consolo, dizendo que imaginavam o quanto deveria ser difícil ser pai ou mãe de uma criança “doente” deixando bem claro seu sentimento de total piedade. Lembro que eu ficava me perguntando qual seria o significado da palavra ASSIM, pois muitas eram as pessoas que perguntavam: “Como ela ficou ASSIM”?

Em função das cirurgias que mencionei anteriormente, ingressei na escola com oito anos de idade, direto na primeira série. Não obtive aprovação naquele ano, possivelmente pelo fato de que meses antes meus pais haviam se separado, o que me abalou emocionalmente. No ano seguinte, repetindo a primeira série, logo nos primeiros meses do ano letivo já estava alfabetizada, passando ao final do ano para a segunda série, com excelentes notas.

No ano de 1983, quando estava na terceira série, precisei parar de estudar e vir para Porto Alegre com minha mãe, a fim de realizar uma cirurgia na coluna para corrigir uma escoliose que estava muito acentuada. Fiquei mais de um mês hospitalizada e quando voltei para minha casa, em Pelotas, estava com um gesso que ia da cintura ao pescoço, com o qual eu deveria ficar durante seis meses.

Como a cirurgia foi realizada no mês de setembro, mais precisamente, no dia 19 de setembro de 1983, passei o verão todo com aquele gesso, o que posso garantir, não foi nem um pouco agradável. Em março do ano seguinte, quando deveria voltar para a escola, eu ainda estava com ele, mas mesmo assim voltei a estudar. Era muito engraçado, eu parecia um robô, pois da cintura para cima, eu tinha uma forma quadrada. Mas mesmo assim, me divertia muito na escola, brincava e corria no recreio como se não estivesse engessada.

Desde que cheguei à escola, me apaixonei por aquele universo e decidi que queria ser professora. Minha brincadeira preferida era “dar aulinhas” e, para isso, reunia em minha casa várias crianças da quadra. Mas, quando não existiam alunos reais, eles eram imaginários; o que importava era que eu estivesse atuando como professora.

Quando eu passei para a quarta série, minha mãe decidiu que iria me tirar da escola, pois eu já sabia ler e escrever, o que já estava muito bom, já que por ser “doente”, eu jamais poderia ter uma profissão. Além disso, em função de “minha doença” eu poderia receber um benefício da Previdência Social, com o qual garantiria meu sustento. Quando ouvia estas palavras, chorava muito e dizia que eu não queria parar de estudar, pois iria ser professora. Felizmente e graças ao apoio de meu irmão, minha mãe desistiu de me tirar da escola. Mas, ainda assim, lembro de muitas vezes ouvi-la comentar que era um tempo perdido, pois eu nunca teria condições de ser uma profissional.

Saliento, porém, que meu objetivo ao realizar estes relatos, não é julgar ou criticar a atitude de minha mãe, apesar de que na época sua postura me provocava profunda indignação. Mas, hoje compreendo que ela era constituída por um discurso recorrente, no qual as pessoas com deficiência são consideradas incapazes, improdutivas, necessitando então de tratamento médico e de atitudes de benevolência.

Outro aspecto recorrente, no que se refere aos deficientes, é que além de serem considerados incapazes, são vistos como sujeitos assexuados, sem habilidades afetivas e cognitivas. Em outras palavras, é como se os deficientes já nascessem com seu destino previamente determinado e que sua vida devesse se basear na incansável busca da normalização, na segregação e benevolência vinda dos ditos normais.

A *priori* não se acredita que os sujeitos deficientes possam atingir níveis mais elevados de ensino ou que possam casar e constituir família e quando isso ocorre estas pessoas são tidas como exemplos de superação, passando a ser uma espécie de heróis, alguém que conseguiu se desviar do caminho previamente traçado para ele.

Cabe salientar ainda que, no que se refere à vida afetiva dos sujeitos deficientes, além da concepção recorrente de que são incapazes de constituir família, há um temor, por parte da sociedade, de que estes sujeitos gerem filhos também deficientes, deixando a sociedade repleta de sujeitos “doentes e incapazes”. Estas questões já foram abordadas no tópico anterior, na discussão sobre os discursos eugênicos.

De acordo com Hall (1997), porém, é relevante enfatizar que estes discursos e representações são produzidos na e pela cultura em um jogo de relações de poder. Pela recorrência destes discursos e representações vão se constituindo algumas “verdades”, que são naturalizadas e raramente questionadas. A cultura está relacionada com “significados partilhados”, sendo que a linguagem é a principal responsável pela criação e produção de significados que são dados as coisas.

Os significados só podem ser partilhados através de um acesso comum à linguagem. Assim, a linguagem é central para os significados e para a cultura, sendo considerada também o “depositório chave” dos valores e significados culturais. Isso significa que os significados são produzidos na cultura, tendo a linguagem como principal veículo de transmissão e manutenção destes. Porém, cabe salientar, que os significados não são universais ou imutáveis, mas se diferenciam em relação ao tempo e ao lugar, o que significa dizer que em cada cultura existe um significado diferente para o mesmo fato ou objeto e, no que se refere ao tempo, os significados mudam de acordo com o momento histórico em que se vive (HALL, 1997).

O que busco demonstrar com estas considerações é que as representações sobre deficiência e sobre os sujeitos deficientes foram produzidas na e pela cultura. Isso significa dizer que a concepção recorrente sobre a deficiência, concebida na maioria das vezes, como incapacidade e não como diferença, foi produzida culturalmente ao longo dos anos, contando com a “contribuição” significativa da medicina. E penso que é significativo sinalizar o fato de que, por se tratar de um

processo histórico, ou seja, representações que foram constituídas na cultura durante muitos anos, sendo transmitidas por várias gerações as gerações seguintes, a desconstrução destas representações não são fáceis de ocorrer.

Outro aspecto que considero relevante salientar é que, conforme foi mencionado anteriormente, as representações não são universais e imutáveis. No passado, o tratamento dado às pessoas que nasciam com deficiência era semelhante em diferentes culturas, embora muitas vezes, as práticas fossem diferentes, mas a concepção de deficiência era semelhante, alguém que não era desejado, que representava uma mancha na sociedade.

Mas afinal, o que é representação? Para Hall (1997), representação é a produção de significados através da linguagem, é parte fundamental do processo no qual o significado é produzido e intercambiado entre os integrantes de uma cultura, envolvendo a utilização da linguagem, sinais e imagens que significam ou representam coisas, não sendo, entretanto, um processo simples ou direto.

Nesta perspectiva, podemos compreender que representação é a forma como externamos o conceito que temos das coisas, dos lugares ou das pessoas. Como descrevemos as coisas, os lugares e as pessoas, ao que nos remetemos ao pensarmos e falarmos sobre os mesmos. Um exemplo bem prático é a representação recorrente no exterior, do Brasil, como sendo o país do samba, do carnaval e do futebol. Há no Brasil estas coisas, mas ele não é constituído apenas por elas.

Nesta esteira de pensamento, considero relevante destacar que já vivenciei situações bem engraçadas em função das representações recorrentes na sociedade em relação às pessoas deficientes. Poderia destacar as várias vezes que em lojas e outros estabelecimentos comerciais me traziam uma esponjinha para eu colocar o polegar, partindo do pressuposto de que em função de minha deficiência, não era alfabetizada. Além disso, é comum quando entro em ônibus ou lotação em minha cidade ouvir do motorista: Você sabe para onde vai este ônibus? Você sabe para onde quer ir?

Exemplos como estes demonstram a representação de deficiência presente no imaginário dos ditos normais. Observo que é algo naturalizado: é deficiente, logo não sabe ler, escrever e, pior, não sabe nem mesmo para onde está indo. É interessante observar, em relação ao primeiro exemplo, as reações dos vendedores quando repondo tranquilamente: Eu sei assinar, pode emprestar uma caneta? Eles

ficam ao mesmo tempo envergonhados, admirados e com os rostos muito vermelhos. Lembro de uma vez que, ao devolver o papel para a vendedora acrescentei: Você sabia que além de saber escrever eu ainda sou professora alfabetizadora e que minha formatura de Pedagogia será daqui a alguns dias?

Estas representações circulam na sociedade e têm um estatuto de “verdade”. Quem foge à regra passa a ser considerado um herói, um exemplo a ser seguido, quase um ídolo.

Com relação às pessoas com deficiência, é importante que compreendamos que tais deficiências podem impedi-las de andar, como no caso de alguns deficientes físicos; enxergar, como os cegos, mas não as tornam inferiores ou dignos de atitudes de benevolência. Cabe salientar ainda que quem pode definir nossas limitações (falo isso como alguém que possui uma deficiência física) e possibilidades somos nós mesmos, ou seja a própria pessoa com deficiência. Cada deficiente sabe definir o que pode ou o que não pode fazer e o que ocorre, na maioria das vezes, é que são os outros, os ditos normais, que falam por nós, muitas vezes cometendo equívocos, generalizações e perpetuando “verdades”.

Segundo Amaral⁵ (2004), no livro Resgatando o passado: Deficiência como Figura e vida como Fundo, na concepção dos ditos normais, a deficiência é a FIGURA, ou seja, o foco principal, o centro e a vida das pessoas que as possuem formam o FUNDO. Isso evidencia o que foi dito nos parágrafos anteriores, pois a autora afirma que todas as atitudes das pessoas deficientes são justificadas por sua diferença-

No que se refere a minha experiência pessoal, sempre entendi minha deficiência como FUNDO e não como FIGURA. O que quero dizer com isso é que nunca neguei ou ignorei minha deficiência, mas nunca me senti incapaz. Tinha consciência de minhas limitações físicas, mas ao mesmo tempo acreditava em minhas potencialidades.

Por outro lado, sempre percebi que na sociedade ocorria o inverso, pois o que estava em evidência era minha deficiência, como se ela fosse totalidade em minha

⁵ Ligia Assumpção do Amaral formada em Biblioteconomia e Psicologia, no ano 1989 ingressou na USP e suas pesquisas e práticas docentes centraram-se nas questões sobre diferença, deficiência e preconceitos. Ligia possuía uma deficiência física, ocasionada por uma poliomielite que teve na infância.

vida. E isso gerava em mim um grande conflito, principalmente na adolescência, pois muitas vezes me questionava sobre qual era minha identidade, se eu era quem eu acreditava ser, ou se era aquilo que as pessoas diziam ou pensavam sobre mim. Mas meus sonhos, e principalmente, o sonho de ser professora, fizeram com que eu seguisse em frente.

Retomarei a seguir minha trajetória escolar porque penso que nela existem questões relevantes para serem abordadas. Cursei praticamente todo o Ensino Fundamental na mesma escola, era considerada uma boa aluna. Os colegas jamais me discriminaram, principalmente nas Séries Iniciais, pois lembro que nas Séries Finais, já possuía um grupo de amigos bem reduzido, uma ou duas meninas. Com relação aos professores, nas Séries Iniciais estavam mais próximos de mim. Lembro que, em função de minhas limitações motoras, sempre me atrasava para copiar as atividades do quadro e minhas professoras pediam para um colega, que concluísse suas tarefas primeiro, que então terminasse de copiar as minhas.

Saliento que cabe questionar até que ponto as atitudes das professoras estavam adequadas, mas meu objetivo é demonstrar que elas tinham consciência da minha presença na sala de aula, mesmo que não tivessem uma proposta de trabalho na qual eu estivesse incluída. A partir das Séries Finais, a situação mudou, pois eu era apenas mais uma na sala de aula, então precisei criar minhas próprias estratégias, como pedir o caderno de algum colega para levar para casa, enfim, tinha que me “virar”. Eu me sentia invisível, pois não havia uma discriminação explícita, mas não havia nenhum tipo de aproximação.

Lembro que meu maior tormento eram as aulas de Educação Artística, porque eu não conseguia realizar as atividades de recorte, colagem, pois elas exigiam uma motricidade fina bem desenvolvida. Então, ficava parada nas aulas assistindo meus colegas que faziam trabalhos lindos, enquanto eu ouvia muitas broncas, porque as professoras pensavam que eu era preguiçosa. Minhas notas eram péssimas, várias vezes, ao final do ano, fiquei em recuperação em Educação Artística.

Tais relatos demonstram que havia uma supervalorização da falta, pois eu era avaliada por aquilo que eu não podia fazer, pela ausência de uma habilidade e não pelas minhas potencialidades, já que eu poderia realizar pesquisas sobre arte, fazer dramatizações, expressar-me diferentemente da norma. É relevante enfatizar que não é apenas na escola que isso ocorre, mas o mesmo acontece na sociedade

como um todo, pois as diferenças não são entendidas como diferenças, mas como perdas, e é nesta perspectiva que os sujeitos diferentes são concebidos.

Em 1992, ingressei no Curso de Magistério, atual Curso Normal, no Instituto Estadual de Educação Assis Brasil, em Pelotas, tendo a conclusão do mesmo no ano de 1995. Durante o curso mais uma vez minha deficiência foi entendida como falta, como déficit, principalmente quando eu precisava realizar atividades práticas, em sala de aula, tendo contato direto com as crianças.

Eu considerava estes momentos mágicos, momentos de glória, com os quais eu sonhava desde criança. Minhas professoras, ou pelo menos a maioria delas, não acreditavam que eu conseguiria trabalhar com turmas de séries iniciais, mas ao observarem minha prática docente tinham que rever seu posicionamento. Lembro do relato de minha supervisora de estágio ao entregar minha avaliação de conclusão de curso. Ela admitiu ter convicção no início do estágio que eu era forte candidata à reprovação, mas quando me via dando aula, se encantava, pois, eu tinha, segundo ela, algo especial, conduzindo a aula de um jeito que encantava as crianças, conquistando sua total atenção.

No ano em que conclui o Magistério, vim morar com minha mãe na cidade de Guaíba. Poucos meses depois de minha chegada, houve concurso para o Magistério Público Estadual, no qual fui aprovada e, no dia 05 de maio de 1997, assumi minha primeira turma de séries iniciais. Trabalhei os seis primeiros anos de exercício docente na mesma escola com a primeira série. Trabalhei também com segunda, terceira, quarta e quinta séries, onde vivi experiências muito significativas.

Em 1998, ingressei na Universidade Luterana do Brasil, unidade Guaíba, para cursar Pedagogia. Em 2003, conclui o curso e pedi para trocar de escola, pois eu desejava realizar outro sonho antigo, que era trabalhar com formação de professores, no Curso Normal. Ao término de todos os trâmites legais, fui me apresentar na escola. Chegando lá, fui recebida pela diretora que ficou alguns minutos me observando atônita, sem saber o que dizer ou fazer. Passado o susto, ela pediu para eu sentar e me fez algumas perguntas, sobre minha experiência docente, sobre minha formação além de perguntar de qual escola eu estava vindo transferida, quando na verdade seu desejo era perguntar: de que planeta tu vieste? De quem foi a ideia de te mandar para a minha escola? O que eu faço contigo agora?

Saliento, porém, que estas palavras não foram ditas pela diretora, mas seu olhar e a expressão do seu rosto denunciavam seus pensamentos. Além disso, considero relevante salientar que não é só através de palavras que se expressa preconceito, mas através de atitudes, de expressões, e na minha concepção, principalmente através do olhar. Então ela pediu que eu voltasse dentro de dois dias para falar com a supervisora que não estava na escola naquele momento, mas que já me adiantaria de imediato que eu não seria professora de sala de aula, pois eu não demonstrava ter condições para isso, e que junto com a supervisora ela definiria o que teria para me oferecer.

Eu nem pensei em questionar, pois tudo que eu queria era sair dali para poder chorar. Lá estava eu, mais uma vez, sendo julgada pela minha condição física, pela minha diferença, por aquilo que eu não tinha. Naquele momento, me senti desconsiderada, como se minha experiência como professora alfabetizadora por tantos anos, não tivesse nenhuma importância. Além disso, eu era uma Pedagoga recém formada, desejando colocar meus conhecimentos em prática e, o mais importante, mas nada disso era importante para as pessoas, o que falava mais alto, na verdade só o que falava, era minha marca, a deficiência.

Dois dias depois, retornei à escola e fui recebida pela diretora e pela supervisora, que me disseram que haviam pensado e que não iriam me colocar em sala de aula, mas que eu faria um trabalho de reforço escolar, atendendo alunos do Ensino Fundamental em turno inverso, nas disciplinas em que apresentassem dificuldades. Lembro que tentei argumentar, mas não obtive resultados, pois a decisão já havia sido tomada. Fui levada até a sala onde eu iria trabalhar; detestei o lugar, porque era embaixo de uma escada, pequeno, escuro, gelado, enfim, horrível, mas mesmo assim, comecei meu trabalho.

Em maio de 2003, comecei a trabalhar como professora de reforço. Em primeiro lugar, providenciei uma decoração para a “sala” e coloquei um tapete para que eu e os alunos nos sentíssemos bem ali. Durante o dia trabalhava com vários alunos, pois havia um cronograma no qual era reservada uma hora para cada aluno. Não estava feliz, não era com aquilo que eu havia sonhado desde a minha infância, porém tinha consciência de que o “problema” não era eu, mas sim de toda uma rede de representações a respeito da diferença.

Em setembro do mesmo ano, duas professoras que atuavam no Curso Normal, foram demitidas pelo estado repentinamente, o que gerou um enorme

problema para a escola, pois várias turmas, inclusive alunas que estavam indo para o estágio final, ficaram sem professor. Naquele momento, a diretora lembrou que havia uma Pedagoga escondida na salinha embaixo da escada, dando aulas de reforço, que poderia assumir estas turmas. E mandou me chamar para pedir que eu fizesse este favor para a escola, já que naquele período do ano não seriam contratadas novas professoras e o término do ano letivo estava comprometido.

Coincidentemente, ou não, pedi dois dias para pensar e fiz um enorme esforço para esconder minha felicidade. Assim, passei a fazer parte do quadro de professores do Curso Normal. No ano seguinte, fui convidada para ser, além de professora, supervisora de estágios e, no mesmo ano, assumi a coordenação geral de estágios, encaminhando estagiárias para praticamente todas as escolas do município de Guaíba.

Tais vivências requerem que as pessoas com deficiência compreendam que as identidades são constituídas culturalmente pelos discursos que as rodeiam. É necessário que reconheçam seu valor como pessoas, que não são inferiores nem superiores a ninguém, que não são coitados, mas também não são heróis. São apenas pessoas, com qualidades, defeitos, que sonham que choram, que ficam tristes, que se alegram, que se irritam, se frustram, enfim, seres humanos. E que precisam de oportunidades para que possam mostrar que são capazes. Esse é um processo que penso que, assim como eu, a maioria das pessoas com deficiência passa.

No ano de 2005, voltei a estudar e fiz um curso de Pós-Graduação em nível de Especialização, em Educação Especial, o qual concluí no ano seguinte. Durante o curso, tive meu primeiro contato com surdos e com questões referentes à surdez, tendo realizado a pesquisa para a elaboração da monografia sobre este tema. A referida monografia deu origem ao livro: *Surdez e a Relação Pais-Filhos na Primeira Infância*, publicado em 2008 pela Editora da ULBRA, o qual aborda como ocorre o estabelecimento do vínculo afetivo entre pais ouvintes e filhos surdos nos três primeiros anos de vida da criança.

Finalizo esta apresentação, onde trago um pouco de minhas vivências na condição de pessoa “duplamente diferente”, salientando que não me considero uma heroína, uma vitoriosa ou um exemplo de superação, como algumas pessoas me definem. Até porque, tenho muitas restrições em relação ao termo superação.

Mas, me defino como uma sonhadora, alguém que desde sua infância teve muitos sonhos e, entre eles, o maior, era o sonho de ser professora. Além disso, nunca compreendi minha deficiência como impeditivo para a realização de meus sonhos, pois sempre acreditei que da mesma forma que possuo limitações físicas, possuo e sempre possuo potencialidades. Saliento, porém, que quando falo em potencialidades não estou me referindo à compensação, pensamento que muitas vezes é recorrente em relação às pessoas com deficiência; mas, refiro-me ao fato de que ninguém possui apenas limitações, mas que todas as pessoas concebidas como deficientes, possuem também potencialidades. Porém, o que ocorre muitas vezes é que elas não são percebidas pelos ditos normais, porque as representações “falam” mais alto.

Continuo sendo uma sonhadora, pois ainda tenho muitos sonhos, como acadêmica, como pesquisadora, como profissional, e em minha vida pessoal, pois acredito que quando os projetos e os sonhos se acabam, se acaba também a razão de viver e, conseqüentemente, a vida. Espero de alguma forma contribuir com esta pesquisa, e com pesquisas futuras, para o fomento de discussões e reflexões sobre as representações dos sujeitos deficientes.

1.2 CONCEPÇÕES DE CULTURA NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS

Neste tópico abordo concepções sobre cultura na perspectiva dos Estudos Culturais. Segundo Costa (2004), a cultura não pode ser dissociada das relações de poder e estas relações de poder originam a significação do que é culturalmente importante para cada grupo. Ela afirma ainda que a cultura é um artefato social que está submetido a conflitos e tensões envolvendo poder.

Hall (1997) afirma que não existe apenas uma cultura, mas várias culturas e cita como exemplos: a “cultura do trabalho”, a “cultura da masculinidade”, etc. Ele afirma que nesta perspectiva, todas as práticas sociais que possuem um significado relevante possuem uma dimensão cultural. O autor explica ainda que isso não significa que tudo seja cultura, ou que não existe nada fora da cultura, mas que toda a prática social, possui um significado que foi constituído culturalmente. Com base nestas considerações podemos perceber que não há um conceito universal de

cultura e que a cultura não é fixa, estanque ou engessada, mas que ela se modifica ao longo dos tempos.

De acordo com Strobel (2008), o vocábulo “cultura” tem origem no latim e significa o cuidado dispensado à terra cultivada. Segundo Eagleton (2005), “o conceito de cultura etimologicamente pensando, é proveniente do conceito de natureza, sendo que um dos seus significados originais é “lavoura” ou “cultivo agrícola”.

O que demonstra que o cultivo da linguagem e da identidade são os elementos fundamentais de uma cultura. Considero relevante sinalizar a partir destas considerações, que ao se “cultivar” a linguagem e a identidade, “cultivamos” também representações, estereótipos, estigmas e preconceitos. E o que ocorre é que, muitas vezes, estes, por serem transmitidos de geração a geração, são naturalizados, passando a ser concebidos como “estatutos de verdade”.

A cultura não está pronta, mas está sempre se transformando e se renovando. Outra característica da cultura é que ela não surge com o homem sozinho, mas das produções coletivas decorrentes do desenvolvimento cultural experimentado pelas gerações passadas. Assim, a cultura passa a existir, a partir da interação entre os sujeitos de diferentes gerações, tendo a linguagem como veículo principal para sua transmissão e sobrevivência (STROBEL, 2008).

É relevante enfatizar que ocorreu uma mudança no conceito de cultura, deslocando-se de um conceito impregnado de distinção, hierarquia e elitismos segregacionistas para um eixo de significados, que abre um amplo leque de sentidos cambiantes e dinâmicos. Assim, a cultura deixa aos poucos de ser um domínio da erudição, da tradição artística e literária, com padrões estéticos elitizados passando a contemplar também, “o gosto das multidões”. Nessa perspectiva, o termo cultura passa a ser utilizado em sua flexão plural, ou seja, culturas, pois esse conceito insere novas e diferentes possibilidades de sentido. Por isso, podemos utilizar o termo culturas ao nos referirmos às culturas juvenis, cultura surda, culturas indígenas, a fim de expressar a singularização e a diversificação que o conceito abrange (COSTA, SILVEIRA & SOMMER, 2003).

Conforme Costa (2004), nas concepções elitistas de cultura, essa palavra expressava apenas algo que se constituía como qualitativamente superior aos proporcionados pelos ditos “progressos de civilização”. Isso significa que em tal perspectiva, “cultura” e “civilização” eram concebidas como conceitos opostos.

As questões relacionadas à cultura são amplamente discutidas no campo dos Estudos Culturais. Para a autora, os Estudos Culturais são permeáveis às mudanças e diversidade de problematizações em diferentes momentos e espaços. Ela explica que este campo de estudos, nos últimos trinta anos, tem se caracterizado pela divergência, pelo amplo debate e pelas intervenções. Ela salienta, ainda, que os artefatos culturais como o cinema, a televisão, etc., instigaram novas e relevantes formas de debates e pesquisas. Para os Estudos Culturais não existem verdades inquestionáveis, mas tudo é passível de problematizações.

[...] os Estudos Culturais podem ser descritos como sendo saberes nômades, que migram de uma disciplina para outra, de uma cultura para outra, percorrendo grupos, países, práticas, tradições, sem serem capturados por limites pré-estabelecidos, de produção do pensamento humano (COSTA, 2004, p. 13).

Sendo assim, os Estudos Culturais são um campo de estudos, que transita por diversas disciplinas, países, povos, tempos e culturas, não ficando comprometido com apenas um foco de estudo e reflexão.

Segundo Costa (2004) “os Estudos Culturais podem ser concebidos como um conjunto de análises que deram origem a uma movimentação teórica e política que se articulou contra as concepções elitistas de cultura”. A autora enfatiza também, que os Estudos Culturais questionam a concepção de “verdadeira cultura” pelo caráter de hierarquia e distinção, onde a cultura denominada popular era sinônimo de desordem social e política e a “verdadeira” cultura era sinônimo de harmonia e beleza.

Assim, é possível compreender que, na perspectiva dos Estudos Culturais, não existem as concepções de alta e baixa cultura, ou em outras palavras, uma cultura popular e uma cultura da elite. Mas, existem culturas diferentes, cada uma com especificidades e características próprias. Costa (2004) afirma que as obras consideradas pioneiras nos Estudos Culturais contemporâneos⁶ foram escritas por autores vindos de famílias de classe operária, os quais foram os primeiros estudantes desse segmento que tiveram acesso às instituições universitárias da elite

⁶ As obras a que a autora se refere são “*The uses of literacy*” (1957), cujo autor é Richard Hoggart, e “*Culture and society*” (1958), de Raymond Williams.

britânica. A autora salienta ainda que este acesso foi possibilitado pelo processo de democratização.

Costa (2004, p.18) diz ainda que as referidas obras surgiram no período pós-guerra e que tinham como característica principal a análise da cultura popular como integrantes dela, e não como alguém que a olha à distância, sem possuir nenhum contato com a cultura que está sendo estudada.

Os Estudos Culturais possuem como característica principal o caráter não-disciplinar. Durante seus mais de trinta anos de existência, este campo de estudos passou por diferentes influências epistemológicas e políticas, como: socialismo, marxismo, estruturalismo, pós-estruturalismo, etc. Porém, cabe enfatizar que embora os Estudos Culturais tenham recebido influência de tais vertentes epistemológicas e políticas, não significa submissão e ausência de problematizações (VEIGA- NETO, 2004). A partir destas considerações podemos conhecer um pouco mais as temáticas das quais os Estudos Culturais ocupam-se, além de salientar mais uma vez sua relevância para este projeto de pesquisa.

2 SURDOS & SURDOS NEGROS: a “dupla diferença” presente no corpo

Nesse capítulo, que está organizado em seções, abordo a trajetória dos surdos ao longo dos anos, destacando suas lutas e principais conquistas. Na primeira seção: Algumas Concepções sobre Cultura (s) Surda (s) apresento o que alguns teóricos têm definido como cultura surda. Saliento que a cultura surda neste texto é entendida como algo plural, pois compreendo que não existe apenas uma cultura surda uniforme, mas existem culturas distintas com peculiaridades específicas como: a cultura dos surdos negros, dos surdos homossexuais, das surdas mulheres, dos surdos índios, etc.

Na segunda seção intitulada: Concepções de Surdez: Do Paternalismo Ouvinte à Emergência dos Estudos Surdos discuto os modos como a surdez tem sido entendida ao longo dos anos, primeiramente como patologia, déficit e perda e mais tarde como uma diferença linguística e cultural. Na terceira seção proponho discussões e problematizações sobre os surdos negros.

2.1 ALGUMAS CONCEPÇÕES SOBRE CULTURA(S) SURDA(S)

A (s) cultura (s) surda(s), ao longo dos anos, têm produzido outras narrativas sobre os modos de vida dos sujeitos surdos. No que se refere a cultura surda, aqui ela é concebida como algo plural, já que não existe uma única cultura surda, mas grupos com peculiaridades distintas, como os surdos homossexuais, as mulheres surdas, os surdos negros, entre tantas outras peculiaridades existentes no interior das comunidades surdas.

Segundo Furtado (2008), podemos definir cultura surda como sendo os costumes, hábitos e histórias que a comunidade surda compartilha e transmite às gerações seguintes. É no interior destas comunidades que as identidades surdas são constituídas e fortalecidas, originando o orgulho surdo. Strobel (2008, p.24), define a cultura surda como sendo

[...]o jeito do sujeito surdo de entender o mundo e de modificá-lo, a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isso significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.

Concordo com Strobel (2008), quando ela descreve a importância da cultura surda para os surdos que participam das comunidades surdas, que compartilham algo, que tem em comum um conjunto de normas, valores e estilos de vida. Para estes surdos, é como se a Cultura Surda estivesse impregnada em seus corpos.

O compartilhamento de uma língua pelo povo surdo foi proibido após o Congresso Internacional de Educadores de surdos, que ocorreu em Milão, na Itália, no ano de 1880. De acordo com Strobel⁷ (2008), a partir deste momento entrou em vigor nas escolas de surdos a metodologia oralista, sendo que as crianças surdas não podiam mais participar das comunidades surdas e eram levadas pelas famílias a asilos e instituições, nas quais eram entregues em regime de internato, até que estivessem prontas para retornarem ao convívio familiar, o que ocorria na maioria das vezes, quando já eram adultos.

A partir deste Congresso de Educadores de Surdos, as línguas de sinais passaram a ser proibidas na educação destes sujeitos. A resolução aprovada durante este evento determinava ainda que as línguas de sinais fossem completamente erradicadas. Cabe enfatizar que a erradicação das línguas de sinais significava também a tentativa de eliminação da cultura surda. Porém, as tentativas de extinguir as línguas de sinais e conseqüentemente a(s) cultura(s) surda(s) não obtiveram êxito, pois esta(s) cultura(s) nos últimos anos tem emergido significativamente.

Sobre esse evento, Wrigley (1996) destaca o fato de que apenas um educador surdo estava presente acompanhando as discussões. Portanto a decisão de proibir as línguas de sinais nas escolas de surdos partiu dos educadores ouvintes. Ou seja, foi mais um momento da trajetória dos surdos, possivelmente o mais marcante, em que os ouvintes, a partir de sua suposta superioridade, decidiram pela comunidade surda.

Segundo Lane (1992), o evento mais importante na história contemporânea dos surdos foi a Revolução de Galladeut, que ocorreu de 6 a 13 de março de 1988. Diversos líderes surdos de todo o país realizaram comícios no pátio da universidade, reivindicando a escolha de um reitor surdo, pois isso não ocorria desde a fundação de Gallaudet por Abraham Lincoln, no ano de 1864. A comunidade surda estava

⁷ Karin Lilian Strobel é surda e seu sinal é a configuração de mão K realizada no espaço neutro à direita com movimento para cima e para baixo acompanhado de uma leve rotação do pulso. Ela tem uma história intensa nos movimentos surdos brasileiros.

confiante de que sua solicitação seria atendida e aguardava a resposta do conselho reunida no pátio de Gallaudet. Mas, para a surpresa de todos, não foi isso o que aconteceu, havia sido eleita uma candidata ouvinte.

Sobre a reação dos surdos naquele momento, Lane (1992, p.171) relata que: “Vi a multidão reagir chocada, furiosa, incrédula e em lágrimas. Queimavam-se cartazes e folhetos e faziam-se discursos em ASL. A multidão engrossou”. A partir da descrição feita pelo autor é possível compreender que ele presenciou este momento tão significativo não só para os surdos americanos, mas para as comunidades surdas de todo o mundo. E por estar lá, ele pode ver de perto a decepção, a frustração, a dor e a revolta das comunidades surdas que estavam participando do evento.

Após saberem o resultado, um grande número de estudantes e de pessoas que os apoiavam, entre eles, um grupo de professores e de ex-alunos, realizaram uma marcha em direção ao hotel onde estavam os membros do conselho. A polícia tentou impedir, mas não conseguiu. Nos dias que se seguiram, os estudantes realizaram vários outros manifestos, como bloquear as entradas de Gallaudet, impedindo a entrada dos funcionários.

Para desbloquear as entradas da universidade os estudantes fizeram quatro exigências: retirar a nomeação da Dr^a Zinser como reitora, substituindo-a por um reitor surdo; efetuar a demissão do presidente do conselho, inserir a presença de membros surdos no conselho em 51% e a quarta exigência era não haver represálias contra os alunos que haviam participado do protesto.

Estas e outras formas de protesto realizadas pelos estudantes fizeram com que a reitora pedisse demissão. Atitude que foi muito comemorada pela comunidade surda envolvida no movimento. O dia 13 de março de 1988 foi um dia histórico para as comunidades surdas, pois neste dia foi nomeado o primeiro reitor surdo da Universidade da Gallaudet (LANE, 1992).

Muito mais teria para descrever sobre a Revolução de Gallaudet, mas não é meu objetivo neste projeto de pesquisa realizar um estudo aprofundado sobre a mesma. No entanto, por este acontecimento ser tão significativo, certamente foi um “divisor de águas” na vida e na trajetória dos surdos de todo mundo.

Cabe destacar que durante os anos de 2010 e 2011 foi realizado um Projeto de Pesquisa Interinstitucional, denominado: Produção, Circulação e Consumo da Cultura Surda Brasileira.⁸ Três universidades fizeram parte da pesquisa: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A busca de produções culturais surdas realizadas a partir da década de 1990 foi feita na internet (You Tube), em produções bibliográficas publicadas a partir deste período e também produções dos alunos do Curso de Licenciatura em Letras-Libras, realizados durante a disciplina de Literatura Surda

O Projeto de Pesquisa Produção, Circulação e Consumo da Cultura Surda Brasileira tem como objetivos: mapear as produções culturais das comunidades surdas brasileiras, coletar as produções culturais nas diferentes regiões brasileiras, com ênfase nos espaços em que há um movimento surdo organizado, através das associações de surdos, espaços educacionais, Federação de Surdos, etc. Além de buscar dar visibilidade e contribuir com a divulgação das produções culturais das comunidades surdas brasileiras (KARNOPP, KLEIN, LUNARDI-LAZZARIN, 2011)

Durante a realização desta pesquisa foram encontradas muitas produções culturais surdas. Os materiais coletados consistem em: poesias, piadas, dramatizações, adaptações de fábulas e produções teatrais criadas pelos surdos. É relevante ressaltar que todas estas produções foram feitas em Libras. Além do grande número de vídeos encontrados no *YouTube*, e da significativa quantidade de produções feitas pelos alunos do Curso de Licenciatura em Letras-Libras, durante a disciplina de Literatura Surda, também foram catalogadas muitas produções bibliográficas surdas.

A referida pesquisa consistiu também no mapeamento das produções culturais existentes nas escolas de surdos no Rio Grande do Sul e outras regiões do país que foram visitadas pelos pesquisadores envolvidos na pesquisa, a fim de realizar a coleta de materiais. O Projeto de Pesquisa: Produção, Circulação e Consumo da Cultura Surda Brasileira teve como atividade de encerramento a realização do Festival Brasileiro de Cultura Surda, realizado nos dias 13, 14 e 15 de novembro de 2011, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

⁸ Projeto coordenado pela professora Dra. Lodenir Becker Karnopp e financiado pela CAPES.

O evento contou com a presença de surdos das diferentes regiões do Brasil e ainda de países como Estados Unidos, Argentina, Portugal e outros. O Festival foi estruturado a partir de três eixos: Artes Visuais Mídia/Cinema e Teatro. Os surdos que desejassem apresentar suas produções poderiam inscrever-se em um dos eixos. Os trabalhos, que foram selecionados por uma comissão, foram apresentados durante o evento. Houve ainda a realização de palestras e mini-cursos ministrados por convidados do Brasil e do exterior.

O Festival Brasileiro de Cultura foi um evento muito significativo para a Cultura Surda e para os surdos de todo o mundo. Ele possibilitou, entre tantos outros aspectos, o encontro de um grande número de surdos vindos das diferentes regiões do Brasil e de outros países. O evento proporcionou ainda a interação entre os surdos, trocas e diálogos. Além disso, a partir dele foi possível evidenciar aquilo que já havia sido constatado durante a pesquisa, a riqueza e diversidade da cultura surda brasileira.

Ainda como atividade de culminância do Projeto Produção, Circulação e Consumo da Cultura Surda Brasileira foi publicado pela editora da Ulbra, o livro: Cultura Surda na Contemporaneidade: negociações, interlocuções e provocações. O livro foi organizado pelas professoras responsáveis pelo referido projeto: Lodenir Karnopp, Madalena Klein e Márcia Lise Lunardi-Lazzarin, que escreveram a primeira parte do livro intitulada: Imperativos da Cultura Surda Brasileira, onde problematizam as relações de poder envolvidas na construção de identidades surdas e de significados culturais. A segunda e a terceira parte da referida publicação foi elaborada por pesquisadores do Brasil e do exterior que possuem algum tipo de parceria com o grupo responsável pelo projeto de pesquisa.

2.2 CONCEPÇÕES DE SURDEZ: DO PATERNALISMO OUVINTE À EMERGÊNCIA DOS ESTUDOS SURDOS

O paternalismo dos ouvintes sobre os surdos pode ser entendido como um sistema segundo o qual uma autoridade, ao mesmo tempo satisfaz as necessidades, controla e regula a conduta daqueles que estão sob o seu domínio. Este regime visa inserir os surdos em um mundo de experiências auditivas.

Outra característica do paternalismo ouvinte é o fato de acreditar que possui a tarefa de “civilizar” os surdos a fim de devolvê-los à sociedade. O paternalismo

ouvinte não consegue compreender os valores e a estrutura das comunidades surdas, pelo fato dos ouvintes não conhecerem os surdos e sua cultura, construindo então, a imagem a respeito destes sujeitos a partir de suas próprias concepções e baseados em estereótipos.

Lane (1992) descreve uma lista que foi elaborada por ele a partir de descrições feitas por especialistas ouvintes que forneciam as mesmas para manuais e jornais da área da saúde na África. O autor relata que a referida lista é o resultado final de uma pesquisa realizada por ele durante vinte anos, nos quais realizou uma investigação sobre a “psicologia do surdo”.

Ele explica que organizou a mesma, com base na análise de trezentos e cinquenta artigos e livros que abordavam questões referentes às características de crianças e adultos surdos, e que tais características eram o resultado de avaliações psicológicas. O autor estruturou a lista dividindo-a em quatro categorias: social, cognitiva, comportamental e emocional. E relata que na lista os surdos são descritos pelos psicólogos como sendo: socialmente isolados; intelectual, comportamental e emocionalmente fracos.

Cabe salientar que estas palavras são uma síntese da lista elaborada por Lane (1992), na qual constam expressões como: “pensamento confuso”, “pouco inteligente”, “raciocínio estreito”, “neurótico”, “facilmente irritável” e muitas outras palavras que chocam profundamente. A lista foi elaborada pelo autor a partir da análise de especialistas que estudavam e tratavam a surdez. Porém, é relevante enfatizar que esta não era uma concepção recorrente apenas na Europa, mas em todo o mundo, inclusive no Brasil.

A surdez associada à cultura ouvinte é definida como uma barreira que limita a comunicação e a participação dos sujeitos surdos. A surdez foi e muitas vezes ainda é, concebida por muitos ouvintes como doença, perda da comunicação, exclusão do mundo e uma marca excludente de diferença. A partir desta concepção, ela é entendida pelos ouvintes como algo desagradável, uma alteridade, um estigma que produz piedade e que é sinônimo de silêncio, solidão e isolamento (WRIGLEY, 1996).

Lobo (2008) explica, com base em Leite (1927), que no século XIX e no início do século XX, o surdo-mudo, termo utilizado na época para nomear os sujeitos surdos, era comparado ao imbecil e vinha logo a seguir na escala das monstruosidades e degenerescências. Seja qual fosse a origem dos casamentos, a

“surdo-mudez” era, na maioria das vezes considerada inata e esse fato lhe conferia um caráter ainda maior de degenerescência e atraso intelectual. Além disso, o estereótipo de surdo congênito recorrente na época era de um sujeito com a face pálida, a fisionomia morta, com o olhar fixo, a caixa torácica deprimida, com movimentos lentos, o caminhar trôpego e oscilante, excessivamente tímido e desconfiado.

Sobre o retardo mental, Jean-Jacques Valade-Cabel, autor francês que teve seu livro traduzido e publicado no Brasil em 1874, relata que aos 10 e 11 anos de idade o comportamento dos “surdos mudos” não é superior ao da criança ouvinte aos 4 e 5 anos. Segundo o autor, os primeiros são tímidos e inquietos, irascíveis e violentos, sombrios e desconfiados. O mesmo autor afirma em seu livro, que tal fato ocorre devido às dificuldades enfrentadas pelos “surdos-mudos” de compreenderem e de serem compreendidos pelas pessoas que estão ao seu redor.

É possível observar que nessa concepção, os surdos são entendidos como sujeitos deficientes, diferentes, estranhos e anormais. Sujeitos desajustados, intelectualmente limitados. Aqueles que são considerados incapazes de se comunicar com os ouvintes. Ou seja, os surdos são o “problema”. Eles são os “errados,” os “defeituosos,” os degenerados. Com relação às narrativas dos surdos negros entrevistados durante a pesquisa foi possível observar que muitos deles declararam que já foram discriminados pelos ouvintes por serem surdos. Cabe destacar, que tal discriminação pode ser consequência de tais representações.

Cabe enfatizar, esse fato ocorre, não apenas em relação aos sujeitos surdos, mas com aqueles que são diferentes, que não se enquadram na norma estabelecida pela sociedade como sendo ideal. Mas, no que se refere aos surdos, após essas considerações, é impossível não pensar que muitos deles podem ter passado sua infância, sua juventude, e por que não dizer, sua vida sendo tratados como deficientes. Além disso, penso que cabe refletirmos sobre quantos surdos podem ter sido medicalizados em nome de um suposto *déficit* intelectual.

O que considero significativo nesta trajetória percorrida pelos surdos, é que eles, através de suas lutas realizaram uma quebra de paradigma. Os surdos conseguiram deixar de ser considerados deficientes, incapazes, conseguiram escapar do modelo clínico, que os tinha como pacientes, passando a ser considerados como uma minoria linguística e cultural, tendo o reconhecimento da sociedade ouvinte de que possuem uma língua e uma cultura própria.

Obviamente, este não foi um processo rápido, nem definitivo, mas foi ocorrendo paulatinamente, durante anos e os resultados são visíveis na atualidade. Considero relevante enfatizar que os surdos possuem e sempre possuíram uma organização enquanto grupo, enquanto comunidade, onde discutiam suas necessidades e anseios e juntos iam e vão, em busca das soluções. E, na minha concepção, isso fez toda a diferença na concretização de seus desejos enquanto comunidade surda.

Existe um campo de estudos que discute questões relacionadas à língua de sinais e a educação de surdos, denominado Estudos Surdos. Ele é considerado um campo conceitual que propõe uma mudança de paradigma, deslocando a surdez de um modelo clínico, que a concebia como deficiência e patologia, para um modelo sócio-antropológico. Os Estudos Surdos questionam as dicotomias normalidade/anormalidade, saúde/patologia, ouvinte/surdo, maioria/minoria, oralidade/gestualidade etc (SKLIAR, 2005).

Desta forma, fica claro que é objetivo dos Estudos Surdos proporem uma mudança epistemológica, a partir da qual os surdos sejam respeitados em sua diferença, sem que esta seja vista como déficit, como algo que necessite ser normalizado, curado ou restaurado. A partir da perspectiva dos Estudos Surdos podemos entender que não são os surdos que precisam ser mudados, mas os discursos sobre surdos e surdez, recorrentes na sociedade.

2.3 SURDOS NEGROS: SUJEITOS “DUPLAMENTE DIFERENTES”

Nesta seção discuto questões relacionadas aos surdos negros, ou ao que denomino de sujeitos “duplamente diferentes”. Estas discussões são baseadas nas poucas fundamentações teóricas encontradas sobre a temática dos surdos negros e nos resultados obtidos durante a pesquisa. Compreendo os surdos negros como sujeitos “duplamente diferentes” a partir dos estereótipos existentes em relação aos surdos e em relação aos negros.

Nestes estereótipos tanto os surdos como os negros são concebidos como sujeitos inferiores, limitados intelectualmente, com tendência à criminalidade (negros), considerados deficientes e incapazes (surdos). Os surdos negros, porém “carregam sobre seus ombros”, estes e tantos outros estereótipos, em uma espécie de associação que os constitui como “os outros” na sociedade. Por isso considero

significativo discutir e problematizar estas questões que perpassam por aspectos étnicos, culturais e linguísticos.

No que se refere aos surdos negros, Padden e Humphries (1988) relatam que até a década de 1970, a segregação racial existente nos estados do sul dos Estados Unidos determinava que crianças surdas brancas e negras frequentassem escolas separadas. Esta separação ocasionou o surgimento de uma diferenciação no uso da língua de sinais, pois nas escolas dos surdos negros começaram a surgir novos sinais, novos dialetos, apesar de que tanto nas escolas frequentadas por surdos brancos, como nas escolas frequentadas pelos surdos negros, a língua de sinais utilizada era a ASL.

Quero chamar atenção para o fato de que este relato dos autores evidencia a presença do racismo, separando as crianças surdas brancas das crianças surdas negras, possivelmente, partindo do princípio da suposta superioridade dos brancos. Cabe salientar ainda, que nem o fato de todas as crianças serem surdas, o que deveria ser motivo para a união entre elas e de terem em comum a língua de sinais, conseguiu vencer o preconceito materializado através do racismo.

Em cidades como Washington e Nova Iorque existem grandes clubes de surdos negros os quais são centros ativos para suas comunidades. Compreendo que a separação ocorrida nas escolas entre crianças surdas e brancas e negras mencionada anteriormente pode ter sido o início da organização destes clubes. Pois desde a infância eles foram criando vínculos, criando histórias em comum, e isso os motivou para depois de adultos organizarem-se em comunidade (PADDEN & HUMPHRIES, 1988).

Hairston e Smith (1983) ao abordar questões relacionadas aos surdos negros comentam que foi realizada nos Estados Unidos em abril de 1972, a IV Conferência Bienal dos Trabalhadores de Reabilitação Profissional com Adultos Surdos. Em um painel composto por quatro profissionais surdos negros das áreas de educação e reabilitação foram discutidos, alguns dos maiores problemas e preocupações dos sujeitos surdos negros. Os autores comentam que quatro questões foram apontadas como sendo as principais dificuldades enfrentadas pelos surdos negros naquele país.

A primeira questão refere-se às taxas de desemprego, que segundo os autores são maiores entre os sujeitos surdos negros. A segunda questão discutida é o fato de que poucos surdos negros continuam seus estudos após concluírem o

oitavo ano escolar. O terceiro aspecto que foi apontado pelos autores a partir das discussões realizadas durante a Conferência, como sendo uma das dificuldades enfrentadas pelos surdos negros, diz respeito ao desconhecimento por parte deles e de suas famílias, daquilo que eles denominam como facilidades e serviços que estão disponíveis como: educação continuada, bolsas de estudo e programas de treinamento.

O quarto aspecto discutido em relação aos surdos negros durante a Conferência mencionada pelos autores refere-se ao reduzido número de profissionais surdos negros atuando na área da educação e da reabilitação, muitas crianças surdas negras não têm exemplo para que se sintam estimuladas a serem bem sucedidas. Após as considerações feitas pelos autores considero interessante realizar articulações a fim de identificar e discutir possíveis semelhanças existentes entre os aspectos apontados sobre a realidade dos surdos negros dos Estados Unidos, na década de 1970, com os dados obtidos durante a realização desta pesquisa.

Primeiramente, no que tange ao desemprego, cabe destacar que dos dez surdos negros entrevistados durante esta pesquisa, nove possuem emprego e um está inserido na categoria de autônomo, pois vende os artesanatos produzidos por ele, sem possuir nenhum tipo de vínculo empregatício. Não pretendo com isso afirmar que no Brasil os surdos negros não enfrentam dificuldades para conseguir emprego, uma afirmação como esta seria no mínimo insensata, pois os dados obtidos nesta pesquisa referem-se a apenas um grupo de surdos negros. No entanto, compreendo que estes dados nos convidam a “olhar” de forma mais atenta para os sujeitos surdos negros, e sinalizam a necessidade de mais discussões, estudos e pesquisas sobre a temática da “dupla diferença”.

Já no que se refere à escolaridade, a diferença entre os dados apresentados pelos autores e os obtidos durante esta pesquisa consiste no fato de que a maioria dos entrevistados foi além do oitavo ano do Ensino Fundamental e os que ainda estão cursando este nível de ensino pretendem concluir o Ensino Médio. Quero chamar atenção para o comentário feito pelos autores baseado nas discussões ocorridas durante a IV Conferência Bial dos Trabalhadores de Reabilitação Profissional com Adultos Surdos, com relação às facilidades e serviços, que segundo eles eram desconhecidas pelos surdos negros e suas famílias.

Esta ideia de “facilidades e serviços”, assim como a ideia de reabilitação está associada ao assistencialismo, a normalização e a benevolência, concepções ultrapassadas e equivocadas que relacionam os surdos à incapacidade e deficiência. O quarto aspecto apontado durante a Conferência como uma das principais dificuldades enfrentadas pelos surdos negros segundo os autores refere-se à inexistência de “modelos surdos negros” adultos.

Ao analisar os dados obtidos durante esta pesquisa foi possível constatar que os surdos negros entrevistados podem ser considerados “modelos de surdos negros” adultos, ou seja, pessoas com quem as crianças surdas negras podem se identificar, e a partir desta identificação realizar suas próprias escolhas, porque os surdos negros entrevistados nesta pesquisa rejeitaram a benevolência e o assistencialismo ofertado pelos ouvintes, se narram como surdos e possuem orgulho de fazer parte da cultura e da comunidade surda.

Porém, este “modelo de surdo negro” adulto, não deve ser confundido com a ideia de “um exemplo a ser seguido”, mas trata-se da importância das crianças surdas conviverem com adultos surdos negros, e com surdos adultos de outros grupos, a fim de compartilhar uma língua e uma cultura, constituindo-se enquanto sujeitos surdos negros, possuindo assim uma auto-imagem positiva de si e de sua comunidade

A maioria dos relatórios da IV Conferência Bienal dos Trabalhadores de Reabilitação Profissional com Adultos Surdos destaca que as maiores dificuldades enfrentadas pelos sujeitos surdos negros são a baixa qualidade na educação e o subemprego. Os surdos negros podem ser definidos como uma minoria dentro de uma minoria, sendo minoria entendida aqui não no sentido quantitativo, conforme foi abordado no início deste texto, mas no sentido de minoria enquanto sujeitos que não possuem “voz” ou, ao contrário, possuem, mas ela é silenciada (HAIRSTON & SMITH, 1983)

Sendo assim, porque pesquisar sobre os sujeitos surdos negros? Compreendo que é relevante discutirmos as questões relacionadas aos surdos negros a fim de sabermos como eles têm vivido na sociedade, na condição de sujeitos que possuem, entre tantas outras, duas marcas identitárias que os distancia daquilo que seria considerado “o ideal”, ser um sujeito branco e ouvinte.

Os surdos organizaram-se em comunidades, rejeitaram a benevolência do paternalismo ouvinte e hoje, a maioria deles possui uma profissão e está inserida no

mercado de trabalho. É cada vez maior o número de surdos que ingressam no Ensino Superior, muitos deles possuindo inclusive, mais de um curso de graduação. Cabe salientar ainda, que há vários surdos que fizeram cursos de Pós- Graduação, alguns em nível de Mestrado, e outros em nível de Doutorado. E a presença deles nas universidades aumenta a cada ano. Além disso, é significativo o número de teóricos surdos que possuem livros publicados tratando de questões referentes à Cultura Surda e outras temáticas relacionadas aos surdos, alguns deles utilizados neste texto.

Os comentários feitos no parágrafo anterior referem-se a um pequeno número de surdos, pois muitos deles ainda estão vendendo alfabetos manuais em sinaleiras, pontos de ônibus e estabelecimentos comerciais, suscitando a piedade e a benevolência dos sujeitos “normais”. Possivelmente, os surdos que realizam estas práticas aprenderam a conceber a surdez como uma patologia, que os torna incapacitados e, portanto destinados à prática de pequenas tarefas (como vender alfabetos manuais) e a depender da solidariedade dos ouvintes.

No que se refere à escolarização, seria utópico afirmar que todos os surdos têm acesso a níveis mais elevados de ensino, além disso, não há como afirmar que não existem crianças surdas fora da escola e, adultos surdos não alfabetizados, pois conforme afirmado anteriormente, estes dados referem-se a um determinado grupo de surdos. Sobre as representações de surdos recorrentes na sociedade, cabe destacar que ainda circulam discursos onde eles são descritos como “surdos-mudos”, nos quais a Libras é definida como a “linguagem dos sinais” e o mais grave, discursos em que os surdos são descritos como deficientes e vítimas de uma fatalidade. Com relação a isso, Wrigley comenta que

[...] embora líderes surdos enfatizem o quanto os surdos têm em comum com outras minorias linguísticas, ignorância justificada exibindo-se à guisa da sabedoria comum, continua a tratar os surdos apenas como outro grupo de deficientes ou incapacitados. Um antropólogo até sugere que os surdos são uma “subcategoria prejudicada da cultura que os cerca”. Esta visão é simplesmente representativa da opressão das culturas surdas e das línguas únicas destas comunidades. Tais repressões são disfarçadas no escopo geral do discurso e metadiscurso educacional e científico (1996, p.34).

Podemos compreender, a partir destas abordagens, que as representações sobre os sujeitos surdos existentes na atualidade foram produzidas por discursos clínicos, pedagógicos e também do senso comum, contando com o apoio da mídia,

principalmente dos meios de comunicação de massa, como a televisão. Estas representações sobre os surdos foram produzidas culturalmente e transmitidas às gerações seguintes, conforme já discutido neste texto. E por isso, sua desconstrução é um processo lento e complexo.

Finalizo este capítulo, onde abordei parte da história dos surdos e discuti questões, relacionadas aos surdos negros, pensando-os como sujeitos “duplamente diferentes”. Acredito que os surdos continuam “escrevendo sua história”, rompendo com paradigmas e vencendo os preconceitos. Porém, ainda há um longo caminho a ser percorrido, no sentido da desconstrução de estereótipos sobre os surdos já arraigados em nossa sociedade. No próximo capítulo, abordarei algumas cenas da trajetória dos negros no Brasil, desde a escravidão até a atualidade.

3. NEGROS NO BRASIL: “algumas cenas” da Escravidão à Contemporaneidade

Neste capítulo abordo aspectos da trajetória dos negros no Brasil, a fim de compreender como o negro foi sendo subjetivado em nosso país ao longo dos anos. O capítulo está organizado em duas seções. Na primeira seção intitulada: *Os Negros Africanos no Brasil* relato, cenas da escravidão em nosso país, apresentando como e quando começou o tráfico de escravos africanos, as condições em que eram trazidos para o Brasil, a forma como eram tratados, bem como a pesada jornada de trabalho a que eram submetidos. Abordo ainda como os negros eram concebidos pelos senhores de escravos e a sociedade como um todo, além de discutir as condições de vida dos negros após a abolição da escravatura.

Na segunda seção intitulada *Desigualdade Social entre Negros e Brancos no Brasil*, discuto as diferenças sociais entre negros e brancos, principalmente no que se refere à educação, saúde e atuação profissional.

3.1 OS NEGROS AFRICANOS NO BRASIL

Segundo Lobo (2008), os negros foram trazidos da África para o Brasil pelos Portugueses como escravos, para trabalharem primeiramente com a cana-de-açúcar, no plantio, colheita e trabalhos nos engenhos (século XVI e XVII), com ouro (século XVIII) e com café (século XIX). No que se refere a economia açucareira, cabe destacar que esta foi marcada pelos contatos entre portugueses e indígenas ao longo da costa. A escravidão dos índios e o uso de sua mão de obra no plantio e beneficiamento da cana de açúcar foi uma etapa transitória no desenvolvimento da indústria açucareira, durante a qual foi empregada uma mão de obra relativamente barata e acessível até que a atividade se tornasse totalmente capitalizada. Em seguida, nos séculos XVI e XVII, os negros africanos substituíram os índios nesse trabalho. Porém, esse foi um processo gradual visto que a escravidão indígena continuou mesmo após a chegada dos africanos. (Schwartz, 1988) Além disso, o comércio de escravos negros era lucrativo para Portugal, por isso produziu-se o discurso da incapacidade do índio para o trabalho.

Rodrigues (2008) comenta que os Portugueses começaram o comércio de escravos em 1452, 50 anos antes do “descobrimento” do Brasil. Eles fizeram relações comerciais com os mouros⁹ mercadores de Adrar¹⁰ e durante o ano eram comercializados cerca de 700 a 800 escravos. Para autor é relevante destacar que é difícil precisar com exatidão a data em que a entrada dos escravos negros começou no Brasil. O comércio de Africanos na Europa data de quase meio século antes do “descobrimento” e Portugal era a sua sede. A escravidão negra no Brasil é, portanto contemporânea à sua colonização. Nos primeiros tempos, ela manteve a aparência portuguesa de fenômeno secundário restrito ao serviço doméstico. Porém, devido à escassez de mão-de-obra para a lavoura e posteriormente para o trabalho nas minas, surgiu a necessidade de trabalhadores e assim, criou-se um comércio de escravos diretamente com a África.

Segundo o autor, o tráfico intenso de escravos começou com alguns navios que iam à África levar comerciantes particulares. O problema étnico surgiu aos poucos, pois não existiam negros brasileiros, existiam apenas europeus que traziam para o Brasil uma extensão de Portugal e para eles, os negros que não possuíam “laços de sangue ou ligações sociais” eram considerados “estrangeiros na América” e meras “máquinas e instrumentos” de trabalho. Já Lobo (2008) comenta que os negros eram considerados uma massa homogênea, sem diferenças ou multiplicidades. Sujeitos considerados inferiores, “peças”, “fôlegos vivos” ou simplesmente negros. Acreditava-se que eles eram oriundos de um continente desorganizado e que não possuíam passado, história ou cultura.

Rodrigues (2008) afirma que a partir de Spix e Marius (1820), que os negros que foram trazidos para o Brasil eram procedentes de colônias portuguesas do Sul da África e das ilhas do Golfo e de Guiné. Os escravos da costa ocidental eram representados por um grande número de indivíduos entre negros e homens de cor o Brasil, onde eram uniformemente chamados de *minas*, os quais na multidão de africanos importados eram considerados pela opinião pública da época, os melhores.

No que tange aos escravos que foram trazidos para o Brasil, Lobo (2008) explica que muitos negros morriam ainda na África durante o período de espera para

serem colocados nos navios que os trariam para o Brasil. Ela observa ainda que muitos deles morriam durante a viagem, devido às péssimas condições em que eram trazidos, como superlotação dos navios, altas temperaturas, condições precárias de higiene, maus tratos e demais fatores que somados, caracterizavam uma condição totalmente desumana. Alguns negros, ao perceberem que estavam sendo retirados de seu país, separados de suas famílias e levados para um lugar distante como escravos, bem como obrigados a deixar para trás sua história, seus costumes etc., suicidavam-se, jogando-se ao mar, ou ainda enforcando-se. Em função disso, estes navios, passaram a ser chamados de tumbeiros.

Além disso, muitos negros perderam suas vidas durante as revoltas que eram promovidas por eles, como estratégia de resistência à escravidão. No século XIX, por exemplo, as principais revoltas são chamadas de insurreições e ocorreram no período de 1813 a 1826. Durante as insurreições, os escravos declararam “guerra aos brancos” e por onde passavam cometiam atentados, assassinatos, roubos, incêndios e depredações; além disso, eles invadiam senzalas a fim de capturar outros negros para fazer parte do grupo. Entravam em armazéns de outros negros, levavam com eles os que aceitavam e feriam gravemente os que se recusavam a segui-los (RODRIGUES, 2008).

Segundo Rodrigues (2008), nem sempre estas ações eram bem sucedidas, pois em algumas delas, o plano foi descoberto pela polícia, que era avisada por algum informante, muitas vezes, um dos próprios negros, na esperança de ser beneficiado de alguma maneira pelo seu senhor. Ao obter conhecimento do “levante”, a polícia esperava os negros no local, matando muitos deles, além de bater e deixar um grande número de feridos.

Em síntese, as insurreições eram caracterizadas por tiroteios, um grande número de mortes (de brancos e negros), pessoas feridas e pessoas que desapareceram escondidas na mata. Os negros que participaram das insurreições foram condenados de diferentes maneiras. Uns foram castigados com açoites, variando entre seiscentos e mil açoites, segundo a gravidade dos delitos cometidos, outros foram condenados à morte e houve também os negros que foram deportados para seus países de origem.

Além das insurreições citadas anteriormente ocorriam rebeliões menores, que deixavam os senhores temerosos, como fugas, rebeldias individuais e motins a bordo dos tumbeiros. No entanto, as diferenças étnicas prejudicavam bastante o

estabelecimento de alianças entre os negros. Por outro lado, a organização dos quilombos permitiu todo o tipo de alianças, unindo os negros escravos aos índios, que também haviam se rebelado contra os brancos. Alguns quilombos serviam como refúgio de brancos e negros forros¹¹ que fugiam do trabalho forçado. Lobo (2008) sinaliza para o fato de que alguns quilombos desenvolveram uma perícia militar sofisticada para a época, tanto no que tange às rebeliões coletivas como na defesa. Isso ocorria porque muitos negros eram provenientes de povos com tradições guerreiras bem desenvolvidas na África. Nesse mesmo período, grupos de escravos fugidos, que eram nômades, assaltavam viajantes, saqueavam propriedades em busca de munição e gêneros alimentícios e estavam sempre prontos para enfrentar as expedições que os perseguiram em número muito maior. A tática utilizada era a guerrilha, na qual não se agrupava mais de doze componentes.

Compreendo que as estratégias de resistência dos negros podem ter contribuído para que sejam associados à criminalidade. Pois, durante as rebeliões e insurreições, os escravos cometiam roubos, depredações e demais atos de violência. Essas ações praticadas por grupos de negros (não pela totalidade) ao circularem pela sociedade, através da linguagem e, ao serem transmitidas para as próximas gerações por meio da cultura, podem ter contribuído para a produção do estereótipo de negro como sujeito com tendência à criminalidade.

Após a abolição da escravatura, segundo Lobo (2008), não houve nenhuma melhoria na qualidade de vida dos negros, pois eles não tinham para onde ir, não tinham emprego e muitos deles eram velhos ou tinham o corpo mutilado pelos castigos sofridos ou em função da pesada jornada de trabalho a que eram submetidos e pelas péssimas condições de segurança no trabalho, principalmente quando eram obrigados a trabalhar com máquinas, sem nenhum tipo de proteção ou treinamento prévio. Em tais trabalhos, muitos escravos tiveram dedos, mãos e até braços decepados.

Silva (2007) explica que os escravos foram “educados” no sentido de não terem seu trabalho valorizado. Ao contrário, aprenderam que o mesmo era algo obrigatório e degradante. Ao se referir ao regime escravista, Lobo (2007) afirma que

¹¹ Escravos libertos por meio de carta de alforria. Documento através do qual o proprietário de um escravo rescindia de seus direitos de propriedade sobre o mesmo,

não houve instituição mais persistente, conservadora e duradoura como a escravidão no Brasil.

Vale destacar que o Brasil foi o último país a extinguir a escravidão, após quatro séculos consecutivos, nos quais os negros passaram por inúmeros sofrimentos e geraram muitas riquezas para seus senhores. Durante este período houve um verdadeiro extermínio da raça negra, pois muitos foram os negros que perderam suas vidas durante a escravidão.

3.2 DESIGUALDADE SOCIAL ENTRE NEGROS E BRANCOS NO BRASIL

Nesta seção discuto as desigualdades sociais existentes entre negros e brancos no Brasil, enfatizando questões relacionadas à educação, à violência e dificuldades enfrentadas pelos jovens negros nas grandes cidades brasileiras. Realizo ainda comentários sobre o racismo e sobre o mito da democracia racial. Cabe enfatizar, que meu objetivo não é propor uma dicotomia, posicionando de um lado os brancos, como vilões e de outro, os negros como vítimas. O que busco, no entanto é problematizar como os sujeitos negros vivem na sociedade contemporânea, como têm sido subjetivados e que fatores estão inseridos nestes processos de subjetivação. Compreendo que refletir sobre estas questões, me ajuda a discutir a “dupla diferença” em relação aos sujeitos surdos negros.

Concordo com Silva e Rosemberg (2008) quando afirmam que o Brasil pode ser definido como uma sociedade racista, pois a dominação social de brancos sobre negros é sustentada e associada à ideologia da superioridade dos brancos. A mídia contribui de forma significativa para a sustentação e produção daquilo que os referidos autores denominam racismo estrutural e simbólico da sociedade brasileira, pois ela produz e faz com que circule um discurso que torna natural a superioridade branca. Estas afirmações evidenciam o papel da mídia na produção do racismo na sociedade contemporânea.

A partir da década de 1950, pesquisas patrocinadas pela UNESCO demonstram as desigualdades sociais existente entre as “raças” e explicitaram as desigualdades sociais existentes entre negros e brancos no Brasil (SILVA, 2007). Cabe enfatizar que estas desigualdades sociais estavam encobertas pelo manto da democracia racial, que após a realização e divulgação dessas pesquisas foi colocado sob suspeita.

O racismo contemporâneo e histórico, que constitui a sociedade brasileira, torna-se notório ao analisarmos os diversos indicadores sociais, ou ao se calcular o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) separadamente da população negra e da população branca. O índice relacionado aos brancos é de 0,791 (41ª posição) e o índice dos negros é de 0,671 (108ª posição). Cabe salientar que este índice refere-se basicamente aos indicadores de renda, saneamento básico e educação. No que tange à educação, as desigualdades são encontradas em todos os níveis, mas são mais acentuadas no Ensino Superior (SILVA & ROSEMBERG, 2008).

O Censo 2010 destacou ainda a persistência de diferenças na distribuição dos grupos raciais, com uma maior concentração de pretos e pardos no Norte e no Nordeste, e de brancos no Sudeste e Sul, o que acompanha os padrões históricos de ocupação do país e perpetuação nas desigualdades sociais. Dados do Censo 2010 indicam que os pretos e pardos estão em maior proporção no grupo de pessoas abaixo de 40 anos; já os brancos têm maior proporção entre os idosos – maiores de 65 anos e, principalmente, maiores de 80 anos de idade – o que provavelmente está ligado às diferenças de condições de vida e acesso a cuidados de saúde, bem como à participação desigual na distribuição de renda. Os rendimentos médios mensais dos brancos (R\$ 1.538) e amarelos (R\$ 1.574) se aproximam do dobro do valor relativo aos grupos de pretos (R\$ 834), pardos (R\$ 845) ou indígenas (R\$ 735) (IBGE, 2010).

Os rendimentos entre brancos/pretos e brancos/pardos, os maiores diferenciais estão nos municípios com mais de 500 mil habitantes. Entre as capitais, destacam-se: Salvador, com brancos ganhando 3,2 vezes mais do que pretos, Recife (3,0) e Belo Horizonte (2,9). Entre brancos e pardos, São Paulo (2,7) aparece no topo da lista, seguida por Porto Alegre (2,3). Em terceiro lugar estão empatadas Salvador, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, onde brancos têm um rendimento 2,3 vezes maior do que pardos. estudo mostra, por exemplo, que, embora no país como um todo a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade tenha se reduzido de 13,63% em 2000 para 9,6% em 2010, ainda chega a 28% nos municípios com até 50 mil habitantes na região Nordeste. Além disso, o percentual de analfabetos entre pretos (14,4%) e pardos (13,0%) era, em 2010, quase o triplo dos brancos (5,9%). No caso do analfabetismo de jovens, a situação da região Nordeste era também preocupante, na medida em que mais de ½ milhão de pessoas de 15 a 24 anos de idade (502.124) declararam que não sabiam ler e

escrever. Na região do Semiárido a taxa de analfabetismo também foi bem mais elevada do que a média obtida para o país, mas teve uma redução de 32,6%, em 2000, para 24,3%, em 2010. Entre os analfabetos residentes nessa região, 65% eram pessoas maiores de 60 anos de idade. Por fim, em relação ao saneamento básico, embora a proporção de domicílios adequados (ligados à rede geral de esgoto ou fossa séptica, abastecidos por rede geral de água e com lixo coletado direta ou indiretamente por serviço de limpeza) tenha subido de 56,5% em 2000 para 61,8% em 2010, nas cidades menores (com até 5 mil habitantes), não chegava a 1/3 (30,8%), enquanto nas maiores (mais de 500 mil habitantes) era 82,5%. (IBGE, 2010)

Para Silva (2007), o mito da democracia racial no Brasil consiste na ideia de que a convivência entre negros e brancos ocorre de forma tranqüila, sem conflitos. O cientista norte-americano Donald Pierson estudou as relações raciais em nosso país nos anos 1960. Ele concluiu que no Brasil não existia racismo e declarou que a inferiorização social do negro existia devido ao estigma da escravidão e não por causa da questão racial. Pierson afirmava que o diferencial era o status social ocupado pelo negro e que a tendência seria emergir uma relação harmoniosa da representação social entre negros e brancos. Ele adverte ainda que no Brasil a discriminação deva ser concebida como um “fenômeno de classe” e não como discriminação racial.

O referido mito é conveniente para quem o promove, pois, além de garantir a harmonia entre as “raças”, garante a manutenção da organização política do Brasil. Ou seja, a noção de que tudo está bem, no seu devido lugar, que os negros têm acesso à saúde, educação, moradia, emprego, etc, nas mesmas condições que os brancos. Este mito, além de ser uma “ideologia oficial” foi produzido também fora do Brasil, elevando a imagem do país no exterior.

Na primeira metade do século XX, o modelo Brasileiro foi comparado ao norte-americano e a ideia de que o Brasil era um “paraíso” atraía a população negra dos Estados Unidos, até o final dos anos 1940, quando o Pan-africanismo dominara o cenário de lutas anti-racistas no contexto pós-Segunda Guerra. No entanto, o “paraíso racial” tinha seus limites, no que tange à seleção dos imigrantes que seriam aceitos no Brasil, estando entre eles, chineses, japoneses e negros norte-americanos. Estes momentos eram embaraçosos para o Brasil, mas quando o país

negava a entrada de imigrantes, isso era feito com muita diplomacia e em nenhum momento a questão racial era mencionada (SILVA, 2007).

A desconstrução do mito da democracia racial começou a acontecer a partir de 1950, em função das hierarquizações existentes na sociedade que já não podiam mais ser mascaradas simplesmente com a negação do racismo. Além disso, a suposta democracia racial visava encobrir as hierarquizações provenientes do status da cor, que tinha o branqueamento como condição de ascensão social. Como demonstram os dados, a maioria dos negros vive sem saneamento básico, com renda baixa, insuficiente até mesmo para suprir suas necessidades básicas e apenas um pequeno número tem acesso ao Ensino Superior. Como explicar tantas desigualdades? Remetendo toda a responsabilidade ao passado? À escravidão? Segundo Hall (1997),¹² o discurso racista é estruturado e composto por um conjunto de oposições binárias onde há a forte oposição entre a “civilização” atribuída aos brancos e a “selvageria” atribuída aos negros. Há ainda o aspecto relacionado às características físicas biológicas, que são baseadas em diferenças fisiológicas e anatômicas.

Hall (1997) adverte que algumas diferenças são reais, mas outras são imaginárias, como as características do crânio e dos ângulos faciais, o que, de acordo com tal concepção, explicava equivocadamente a inferioridade mental e física do negro. Outro equívoco é a suposta relação existente entre negros e brancos na qual aos primeiros são atribuídos o desenvolvimento intelectual, o requinte, o aprendizado, o conhecimento, a existência da razão, a presença de instituições desenvolvidas, governo, lei e uma vida emocional, sexual e civil equilibrada e de acordo com os princípios estabelecidos pela “cultura”. Já os negros eram relacionados com tudo que fosse instintivo, havendo o predomínio das “expressões francas”, das emoções e dos sentimentos no lugar do intelecto. Ele salienta que era ainda atribuída aos negros a falta de “requinte civilizado”, no que tange a vida sexual e social.

Os dados do censo 2010 do IBGE trazem a informação de que há mais pessoas se declarando pretas e pardas. Este grupo subiu para 43,1% e 7,6%, respectivamente, na década de 2000, enquanto, no *censo* anterior, era 38,4% e

¹² Stuart Hall é um sociólogo Jamaicano, nascido em 1932. Seu trabalho é centrado nas questões de hegemonia e de Estudos Culturais. É autor de diversas obras. Realizou trabalhos sobre preconceito racial e mídia.

6,2% do total da população brasileira. Já a população branca representava, em 2010, 47,7% do total; a população amarela (oriental) 1,1% e, a indígena, 0,4%.

Os dados do referido Censo, revelam que houve uma mudança significativa na configuração da população brasileira ao longo do século. As transformações foram registradas em todas as regiões do país e em todos os grupos sociais e raciais, embora com diferentes velocidades. Uma delas, no entanto, chamou atenção no último levantamento apresentado: pela primeira vez na história do Censo, as pessoas que se declaram brancas são menos da metade da população. Pela classificação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 97 milhões de pessoas se dizem negras (pretas ou pardas) contra 91 milhões de pessoas brancas. Outras cerca de 2,5 milhões se consideram amarelos ou indígenas. Os brancos ainda são a maioria (47%) da população, mas a quantidade de pessoas que se declaram assim caiu em relação a 2000. Em números absolutos, foi também a única categoria que diminuiu de tamanho. Como resultado, a taxa de crescimento da população negra na última década foi de 2,5% ao ano e a da branca aproximou-se de zero.

Com relação aos jovens negros no Brasil e em outros países do mundo são frequentemente eles são associados à criminalidade e esse fato pode ser evidenciado principalmente nas grandes cidades. No que tange ao Brasil, Yúdice (2006) relata o arrastão ocorrido na cidade do Rio de Janeiro no dia 18 de outubro de 1992. O autor comenta que o acontecimento foi divulgado pelos jornais e noticiários de televisão em todo o território nacional e enfatiza que os infratores logo foram identificados como sendo jovens funkeiros de favelas da Zona Norte e Oeste do Rio de Janeiro.

A mídia descrevia esses jovens como negros e mulatos enfatizando que eles se dirigiam às praias com o objetivo de causar pânico na população. O autor salienta que a pele negra era enfatizada em diversas reportagens. Primeiramente quero chamar atenção para a associação feita entre negritude, pobreza, criminalidade. Além disso, cabe salientar que após um acontecimento como esse, havia tantas outras questões para serem discutidas e analisadas como, por exemplo, as causas sociais que produzem episódios como esse, o papel da escola, a necessidade de planejamento e execução de projetos culturais e esportivos, destinados aos jovens pobres, sejam eles, brancos ou negros.

Compreendo que o incentivo a ações como estas por parte da mídia seriam mais significativas do que enfatizar questões referentes à cor e etnia. Porém, é relevante destacar que todo o sensacionalismo feito pela mídia sobre o arrastão ocorrido no Rio de Janeiro não aconteceu por acaso, mas havia um motivo para a realização do mesmo. Sobre isso, explica o seguinte

O estardalhaço em volta do arrastão aconteceu a menos de um mês das mais importantes eleições da história do Rio. A favelada e autodidata filha de uma faxineira, a candidata negra do Partido dos Trabalhadores (PT), Benedita Souza da Silva, representante da mencionada coalizão ideológica e de classes do movimento pró-democracia disputava as eleições com um economista branco de classe média da Zona Sul. Benê, como é chamada no Brasil, ganhou uma pluralidade de votos nas eleições gerais, mas não conseguindo a maioria, enfrentou o segundo colocado, César Maia, no segundo turno das eleições do dia 15 de novembro. Samba e outras atividades culturais, que supostamente criam solidariedade social, não foram suficientes para frear a polarização racial que tomou conta da cidade. O resultado foi que Benê perdeu as eleições por três pontos percentuais, uma vez que muitos eleitores ambivalentes da classe média, temendo um aumento de violência, votaram no homem 'da lei e da ordem' (YÚDICE, 2006, p.170)

A partir desse relato é possível constatar que o arrastão foi utilizado, de certa forma, contra a candidatura de Benedita da Silva, uma candidata negra, filha de uma faxineira, moradora da favela. Assim, podemos compreender a possível causa da ênfase que foi dada pela mídia ao fato dos infratores envolvidos no arrastão serem negros. Assim, se a figura dos negros estivesse associada à violência, a criminalidade e a pobreza, logo uma candidata negra e pobre não seria eleita para assumir a prefeitura do Rio de Janeiro. Dessa forma, ficaria “tudo no seu lugar”, ou seja, o Rio de Janeiro seria administrado por um homem, branco e de classe média da Zona Sul. E os negros continuariam na favela.

Ainda com relação ao arrastão ocorrido no Rio de Janeiro, cabe enfatizar que, dias após o episódio, alguns noticiários divulgaram que o mesmo foi uma briga entre gangues e não uma ação planejada para causar tumulto e pânico nas pessoas que estavam nas praias naquele momento, como havia sido declarado anteriormente pela mídia. Saliento, porém que meu objetivo não é amenizar a gravidade desse acontecimento, mas demonstrar a forma que ele foi utilizado para reforçar estereótipos em relação aos negros, em um momento oportuno para que tais estereótipos fossem reforçados.

Conforme foi abordado anteriormente, os participantes do arrastão ocorrido no Rio de Janeiro foram identificados como jovens funkeiros, pobres e negros. Essa afirmação por parte da mídia fez com que o *funk* passasse a ser relacionado com violência e criminalidade, deixando de ser concebido pela sociedade como um componente da cultura dos jovens negros pobres que vivem nas favelas das grandes cidades. Dessa forma, os funkeiros passaram a ser vistos como uma ameaça para a sociedade.

No que se refere à violência em relação aos jovens negros, moradores das grandes cidades brasileiras, cabe destacar que ela é muitas vezes originada por aqueles que deveriam protegê-los. Os jovens negros ou mulatos e pobres não são protegidos pela polícia, muitas vezes, esta se alia com “justiceiros” e vigilantes para assediá-los, ou para matá-los deixando seus corpos nas ruas como exemplo para os outros. Registros das organizações de direitos humanos mostram que no ano de 1991, somente na cidade de São Paulo, a Polícia Militar matou 876 “meninos de rua” e que estimativas indicavam que no ano seguinte o número aumentaria para 1350 jovens assassinados (YÚDICE, 2006).

Aproximadamente 20 anos se passaram e cabe refletirmos sobre quantos jovens foram mortos durante esse tempo e sobre o que considero mais importante, o que tem sido feito para que ocorra uma efetiva mudança nessa situação. Tal prática é chamada por Yúdice (2006) de “limpeza social” que consiste no método através do qual ao invés das esferas públicas buscarem a solução para problemas como o desemprego, a fome, as dificuldades existentes no acesso a oferta de uma educação de qualidade nas escolas públicas, etc, se realiza a eliminação dos sujeitos pobres e na maioria das vezes negros, principalmente, quando eles representam riscos para a sociedade.

Segundo o autor, durante a realização de uma grande reunião ambiental realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992 (Eco 92), a polícia removeu da Zona Sul e de áreas centrais a juventude pobre, composta na maioria por jovens negros e mulatos. Eles deveriam ser “varridos” destes locais para que as ruas estivessem seguras para receber os visitantes. Os jovens foram levados e mantidos em áreas de isolamento em uma comunidade-dormitório.

Enquanto a maioria da sociedade a partir das representações produzidas pela mídia acreditar que todos os jovens negros que moram na favela são criminosos, e que por isso, o melhor é que eles fiquem o mais afastado possível das “famílias de

bem,” não poderá haver nenhuma mudança. Enquanto ficarmos pensando que o arrastão ocorrido nas praias do Rio de Janeiro, em 1992, foi um ato de vandalismo praticado por jovens negros e pobres que queriam causar pânico nas famílias de classe média e turistas que estavam na praia, as discussões continuarão acontecendo de forma superficial e equivocada.

O que busco demonstrar é a complexidade desse cenário, no qual estão inseridos estigmas, estereótipos e representações, constituídos ao longo dos tempos sobre o “ser negro”. Mas, por que essas questões são relevantes nesta pesquisa? Interessa-me conhecer as vivências dos sujeitos surdos negros, por meio de suas narrativas, a fim de compreender como é viver na sociedade contemporânea sendo concebido pela mesma a partir dos estereótipos mencionados anteriormente sobre negritude e os atribuídos aos surdos. Isso, na minha concepção, constitui uma “dupla diferença”.

Os estereótipos presentes na mídia e principalmente nos programas de TV atingem um grande e variado público. Ou seja, eles possuem uma vasta circulação na sociedade. E ao circularem, nesta proporção e com esta facilidade, vão produzindo estigmas, preconceitos e representações. Tais representações constituem-se em “estatutos de verdade”, sendo raramente questionados, inclusive pelos próprios negros, pois alguns acabam internalizando e até se conformando com a concepção de que são inferiores.

Finalizo este capítulo onde apresentei, de forma resumida, alguns dos cenários da trajetória dos negros no Brasil procurando discutir e problematizar como eles têm sido concebidos e representados na sociedade ao longo dos anos. As abordagens contidas neste capítulo me ajudam a “olhar” para as narrativas dos sujeitos surdos negros, que foram entrevistados durante a pesquisa. No capítulo a seguir apresento a metodologia utilizada durante a realização da pesquisa e a análise dos dados obtidos.

4 TRAJETÓRIA DA PESQUISA: (des) caminhos percorridos durante a pesquisa

Neste capítulo apresento os (des) caminhos percorridos durante a pesquisa, com ênfase na forma como os dados foram obtidos, a forma como as entrevistas foram realizadas, os locais de realização e as contingências da pesquisa.

A coleta de dados da pesquisa se constituiu em diferentes momentos, que são: a análise dos perfis dos alunos do Curso de Letras-Libras, a realização de entrevistas realizadas em diferentes formas: (a) entrevistas presenciais; (b) entrevistas à distância, feitas através da internet, por meio de emails enviados pela pesquisadora aos entrevistados e (c) entrevistas obtidas a partir da postagem de um vídeo na rede social Facebook, divulgando a pesquisa e convidando os surdos negros para participarem da mesma.

Ao todo foram realizadas 10 (dez) entrevistas e a forma como ocorreram as mesmas está descrita no tópico onde analiso os dados empíricos. No que se refere às entrevistas, Silveira (2007) explica que, quando pensamos em entrevista, logo imaginamos: de um lado, o entrevistador, que é o sujeito que pergunta, que questiona a fim de obter respostas; de outro, o entrevistado. A autora enfatiza que o segundo, muitas vezes, lança mão de diversas estratégias de fuga, substituição e subversão dos tópicos propostos, principalmente quando o assunto proposto faz com que ele se sinta inseguro, ou que o desestabilize por alguma razão. Acrescenta que a entrevista pode ser definida como

[...] um jogo interlocutivo em que um/a entrevistador/a “quer saber algo” propondo ao/a entrevistado uma espécie de exercício de lacunas a serem preenchidas. Para esse preenchimento, os/as entrevistados/as saberão ou tentarão se reinventar como personagens, mas não como personagem sem autor, e sim personagens cujo autor coletivo sejam as experiências culturais, cotidianas, os discursos que os atravessam e ressoam em suas vozes. Para completar essa “arena de significados”, ainda se abre espaço para mais um personagem: o pesquisador, o analista, que – fazendo falar de novo tais discursos – os releerá e os reconstruirá, a eles trazendo novos sentidos (SILVEIRA, 2007, p. 137).

Para o autor, outro aspecto significativo é que a entrevista se caracteriza pela ambiguidade de uma situação que é semelhante a uma conversa casual. Devido a relevância dos dados obtidos durante uma entrevista existe uma preocupação com o

registro dos mesmos, que pode ser feito através de gravações, filmagens e pela transcrição das entrevistas.

É interessante destacar que o registro das entrevistas realizadas nesta pesquisa foi feito por meio de filmagens. Ao término das entrevistas, as filmagens foram traduzidas para a Língua Portuguesa por um intérprete de língua de sinais (ILS), que fazia a tradução das mesmas e legendava os vídeos para que posteriormente fossem analisados pela pesquisadora.

A partir da análise das narrativas dos surdos negros entrevistados durante a pesquisa discuto questões sobre “dupla diferença”.

4.1 COTIDIANO DA PESQUISA: “MEU DIÁRIO DE BORDO”

Neste tópico apresento os motivos pelos quais decidi realizar essa pesquisa, tendo como foco de análise os surdos negros e descrevo os procedimentos realizados para a obtenção dos materiais empíricos. Meu interesse surgiu a partir de diversas leituras e discussões feitas em sala de aula nas disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Educação do qual sou aluna. Durante tais disciplinas líamos, entre outras temáticas, textos e artigos sobre questões relacionadas aos surdos, às identidades, às culturas, às diferenças, sobre a Língua de Sinais e estereótipos recorrentes na sociedade sobre os sujeitos surdos.

Além disso, foram realizadas leituras, discussões e problematizações sobre as representações de sujeitos negros, o regime escravista e a trajetória dos negros desde sua chegada ao Brasil. Porém, comecei a perceber que essas leituras e discussões ocorriam de maneira dissociada, ou seja, não líamos textos ou artigos que abordassem questões relacionadas aos surdos negros e isso começou a me “incomodar”, pois fazia o seguinte questionamento: Onde estão os surdos negros?

Um dia, ao retornar de uma reunião do Projeto Pró-Cultura¹³ realizada na cidade de Santa Maria na UFSM, eu e minha orientadora viajamos até Porto Alegre com os alunos do Curso de Letras-Libras que retornavam de uma atividade presencial em seu pólo. Nesta viagem conheci um surdo negro, que posteriormente tive a oportunidade de entrevistar.

¹³ Projeto Produção, Circulação e Consumo da Cultura Surda Brasileira. Esse projeto do qual sou bolsista é financiado pela CAPES.

Esse fato produziu outro questionamento: e os outros surdos negros, onde estão? No que tange a esse surdo negro, fiquei sabendo durante a viagem de suas atividades na área da educação, bem como sua inserção no Movimento Surdo e no Movimento Negro. Naquele momento tive uma “sacação”: vou pesquisar sobre os surdos negros, ou sobre o que nessa pesquisa denomino de sujeitos “duplamente diferentes”.

Imediatamente contei a “sacação” para minha orientadora que apoiou dizendo que o tema era relevante e eu deveria investir na proposta. Naquele momento, durante a aula de orientação, definimos que deveríamos localizar sujeitos surdos negros no Movimento Surdo, no Movimento Negro ou, ainda, no Movimento Surdo Negro. Decidimos ainda realizar a busca entre os alunos do Curso de Letras-Libras, turma 2008, na modalidade a distância através do acesso ao Espaço Virtual do referido curso, a fim de realizar o mapeamento dos alunos surdos negros existentes.

Saliento, porém, que essa viagem fez toda a diferença para mim, uma aluna no primeiro semestre do Mestrado que após tantas leituras, discussões e reflexões com o grupo de pesquisa, ainda não havia definido qual seria seu objeto de pesquisa, ou que caminho iria percorrer. Minha felicidade naquele momento era indescritível, acreditava que tudo estava “resolvido”. Já tinha minha “sacação”, a questão da “dupla diferença”, o apoio da minha orientadora e sabia onde iria buscar os dados. Eu imaginava que em breve teria muitos dados para analisar e que depois disso seria sentar e escrever.

Porém, à medida que o tempo passava, descobri que não era bem assim, que pesquisar não é uma prática tranqüila e linear, mas é percorrer um caminho íngreme sendo muitas vezes surpreendido por situações imprevistas. Percebi também nesse e em outros momentos da pesquisa que o ato de pesquisar é constituído de alegrias, encantamentos, frustrações, avanços, retrocessos, medos, dúvidas e muitas incertezas. E cabe destacar que essas constatações, produzem alegria, pela descoberta de que se estou vivendo isso tudo, é por que sou uma pesquisadora.

Ao acessar o Espaço Virtual do Curso de Licenciatura em Letras-Libras, turma 2008, constatei que nenhum dos alunos surdos se declarava negro, no entanto, possivelmente existam alunos surdos negros. Porém, todos se declaravam surdos, provavelmente porque neste curso a maioria dos alunos é surdo e é interessante deixar registrada sua identidade. Ao analisar esses perfis pude

observar aspectos relevantes, que descreverei no tópico referente às análises dos dados empíricos.

Após a realização da análise dos perfis teve início as entrevistas. Porém, uma pesquisa como essa implica deslocamentos, viagens, visitas a diferentes locais, movimentos que para uma pesquisadora com deficiência física e com dificuldade de locomoção, não são viáveis. Então decidi utilizar os recursos que estavam a minha disposição, principalmente, a internet. Passei a buscar sites de associações de surdos e de movimentos negros, com o objetivo de encontrar alguma referência aos surdos negros, com os quais eu pudesse fazer contato, mas não obtive êxito.

Em minha busca por surdos negros fiz contato com todas as pessoas que acreditava que pudessem ajudar indicando onde poderia encontrar tais sujeitos. Para isso, enviei emails a antigos professores, a ILS de outras cidades e conversei com amigos e conhecidos, sempre fazendo a mesma pergunta: Conheces algum surdo negro que possa fazer parte de minha pesquisa? Obtendo na maioria das vezes uma resposta negativa, ou então pessoas que diziam: “Sim, tenho um conhecido que é surdo negro, posso tentar conseguir o contato dele para ti”. Porém nunca tive acesso a estes contatos.

Um dia, durante uma aula com o grupo de orientação relatei para meus colegas e orientadora a dificuldade enfrentada por mim em coletar os dados empíricos, pois não encontrava surdos que se dispusessem a participar da pesquisa. Então me foi sugerida a postagem de um vídeo na rede social *Facebook*, a fim de divulgar a pesquisa e incentivar a participação dos surdos negros na mesma.

De acordo com a sugestão dos colegas, a postagem do vídeo poderia fomentar discussões online entre os surdos negros e a exposição de suas idéias sobre sujeitos surdos negros. Outra sugestão dada por um dos colegas foi que o vídeo que seria postado no *Facebook* fosse feito por um surdo negro, através da Libras com o mesmo texto traduzido para o Português.

Naquele dia, sai da aula com muitas expectativas. Dias depois foi feito e postado no *Facebook* o vídeo com uma surda negra que já havia sido entrevistada em outro momento. O vídeo que foi feito em Libras e com legenda, a surda negra apresentou a pesquisa e incentivou os internautas a participarem da mesma fazendo contato com a pesquisadora através do email indicado no vídeo. Foi mais uma tentativa de encontrar surdos negros e de tentar mobilizá-los para participarem da discussão proposta.



Figura 1: Convite virtual para participação de surdos negros em pesquisa sobre dupla diferença

Desde o dia em que o vídeo foi postado no *Facebook* passei a acessá-lo diariamente, várias vezes no mesmo dia sempre na expectativa de encontrar pessoas que tivessem acessado o vídeo. Fazia o mesmo processo em meu email, pois ele constava no vídeo como forma de contato comigo para responder ao questionário. O vídeo continua postado em meu mural no *Facebook*, mas nenhum surdo negro fez contato, postando comentários sobre a questão da “dupla diferença”, ou se propondo a responder o questionário referente à entrevista.

Compreendo que o silenciamento pode significar o reconhecimento não explícito de que ser surdo negro constitui sim, uma “dupla diferença”. Saliento, porém, que não desejo falar pelos surdos negros, mas, penso que o fato de não participarem de uma pesquisa que busca investigar questões relacionadas aos preconceitos vivenciados por eles, pode ser uma forma de não “tocar” em algo que já os incomodou muito e que por isso, é melhor ser esquecido.

Nesse mesmo período, fiquei sabendo através de colegas que na Bahia há um grande número de surdos negros e, casualmente minha orientadora iria até lá para fazer parte de uma Banca. Ao saber disso, solicitei a ela que levasse alguns questionários impressos e fizesse entrevistas por mim, caso encontrasse algum surdo negro. Ela gentilmente atendeu minha solicitação, mas, naquela semana, um grande número de surdos estava em Brasília participando da Passeata contra a proposta de Educação Inclusiva do Ministério da Educação e Cultura (MEC),

realizada no dia 19 de Maio. Dessa forma, não foi possível realizar nenhuma entrevista. Mas, ao conversar com um ILS, ela conseguiu contato com uma surda que realizou uma pesquisa sobre surdos negros na Universidade Federal da Bahia durante a elaboração de sua monografia.

Ficamos muito entusiasmadas com a nova possibilidade de pesquisa e, fui tentar contato com a surda através dos números de celular e do email. Nosso objetivo era que eu tivesse acesso à referida monografia, pois, poderia buscar contato com os surdos pesquisados ou ainda, utilizar os resultados obtidos pela pesquisadora para fundamentar minha pesquisa sobre surdos negros. Porém, tentei vários contatos por email e telefone, mas não obtive nenhuma resposta.

Semanas depois, relatei em sala de aula para o grupo de orientação do qual faço parte, como estava o andamento de minha pesquisa e, uma colega surda negra, a mesma que já colaborou com a pesquisa em outros momentos, comentou que tinha uma amiga que também era surda negra e que eu poderia tentar entrevistá-la.

Nesse momento, teve início uma discussão entre os surdos que estavam presentes e que também conheciam a surda que a colega sugeria que eu entrevistasse. A discussão baseava-se no seguinte questionamento: Ela é negra? Alguns surdos argumentavam que não, já que ela tem a pele morena e o cabelo liso. Por outro lado, outros diziam que sim que a referida surda é negra. Esses comentários feitos por meus colegas me fizeram refletir sobre as representações de negro e negritude presentes em nosso imaginário. Ou seja, ao ouvirmos a palavra negro, logo nos remetemos a um homem ou uma mulher, de pele escura, lábios grossos e cabelo carapinha.

A referida surda negra aceitou fazer parte da pesquisa e a entrevista, que foi filmada, e aconteceu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), poucos dias depois, com a presença de uma bolsista de Iniciação Científica da Universidade, fluente em Libras. Ao conhecer a surda, entendi o motivo dos questionamentos dos colegas surdos relatado anteriormente já que ela possui a pele morena, cabelos lisos e longos. Mas, o fato dela aceitar dar a entrevista demonstra que ela se considera negra e surda.

As entrevistas se constituíram em momentos significativos, pois produziram reflexões, análises e problematizações relevantes. Porém, em alguns momentos, me senti frustrada em função da língua, ou seja, pelo fato de não ser fluente em Libras,

fluência que provavelmente nunca adquira em função de minhas dificuldades motoras. Percebo que isso limita minha comunicação com os entrevistados, pois gostaria de poder interagir com eles, tecendo comentários e questionamentos. Penso que isso não desqualifica a pesquisa, mas em vários momentos durante as entrevistas senti muita vontade de “falar” com os surdos. Porém, o diálogo foi intermediado pelo ILS.

No entanto, em visita a uma escola de surdos, localizada em Porto Alegre, tive a oportunidade de conversar com dois dos entrevistados. Sim conversar, pois eles oralizam e ambos disseram que não seria necessária a presença do ILS, pois gostariam de oralizar. Assim, eu mesma fiz as perguntas interagindo com os surdos. A entrevista foi muito produtiva e aconteceu de maneira informal e descontraída. Os dois surdos foram entrevistados juntos, o que colaborou para que o momento ficasse ainda mais leve. Compreendo que a língua, em muitas ocasiões pode se tornar uma fronteira entre os sujeitos.

Dando continuidade às entrevistas, tive a oportunidade de visitar uma escola de Surdos. É uma escola Municipal de Ensino Fundamental localizada, no centro de Porto Alegre e que atua exclusivamente na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Através de um dos entrevistados fiquei sabendo que nessa escola havia um número considerável de surdos negros. Ao saber disso, entrei em contato com a coordenadora pedagógica da escola, falei sobre minha pesquisa e perguntei se haveria a possibilidade de ir até lá para realizar algumas entrevistas. Ao realizar o contato, minha solicitação foi aceita.

Essa escola possui além dos alunos ditos normais, alunos cegos, com baixa visão e com déficit intelectual. Há também alunos surdos que possuem deficiências associadas à surdez, como déficit intelectual e outras deficiências. No que tange à educação de surdos, a escola possui 11 turmas formadas apenas por alunos surdos. Essas turmas têm a Libras como primeira língua e o Português é ensinado em paralelo como L2, ou seja, a escola possui uma proposta de educação bilíngüe. Ela está organizada por totalidades do conhecimento (1, 2, 3, 4, 5 e 6) e ao concluir a sexta totalidade, o aluno conclui o Ensino Fundamental. Segundo a proposta pedagógica da escola, as totalidades do conhecimento são estruturadas interdisciplinarmente e cada totalidade está relacionada com as anteriores.

Cabe destacar que, em sua proposta pedagógica, a escola é descrita como um lugar de formação e encontro da Cultura Surda, onde os surdos interagem

através da Libras. De acordo com o texto da referida proposta, para alguns alunos surdos, a escola é o único lugar onde tal interação acontece. A escola busca ainda possibilitar aos alunos surdos o acesso aos conhecimentos escolares a fim de viabilizar sua participação social e política, garantindo a acessibilidade aos direitos sociais e aos bens culturais da cidade.

Nessa escola foram realizadas somente duas entrevistas, pois fui até lá em uma noite fria do mês de julho e os demais alunos surdos negros não estavam em aula. As entrevistas foram intermediadas por uma ILS, que também é coordenadora pedagógica em outra escola de surdos de Porto Alegre e que, ao fim da entrevista, convidou-me para visitar sua escola a fim de entrevistar os alunos surdos negros e discutir com eles questões relacionadas à “dupla diferença”.

A data foi agendada e no dia previsto fui à escola, onde realizei quatro entrevistas. Conforme destaquei anteriormente, a coordenadora pedagógica é ILS, então ela se propôs a realizar a tradução das entrevistas. A escola, que foi fundada no dia 13 de Maio do ano de 1988, localiza-se em Porto Alegre e é uma das escolas vinculadas à FADERS¹⁴. Possui turmas de Educação Infantil (Jardim B), Ensino Fundamental e Médio. No que se refere ao Ensino Médio, este passou a ser oferecido pela escola a partir do ano de 2007. De acordo com a proposta pedagógica da escola, o currículo está estruturado de forma a atender as especificidades da comunidade surda, promovendo o desenvolvimento e a construção de sua identidade através da história dos surdos, da Arte e da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Assim, encerro a busca de materiais empíricos desta pesquisa, ou seja, o caminho percorrido durante a realização da mesma. Agora é o momento de analisá-los, eis um grande desafio: ter um olhar aguçado capaz de observar cada detalhe, extraindo o “máximo” de cada um deles. Para isso, muitas vezes é necessário assistir mais de uma vez ao mesmo vídeo, pausando e retornando repetidamente. Além disso, as transcrições e legendas das entrevistas precisam ser lidas e analisadas diversas vezes, enfim, isso é pesquisar, um ato que requer envolvimento e dedicação e que se constitui em uma espécie de vício, um “bom vício”, pois quem pesquisa uma vez, dificilmente conseguirá parar de pesquisar.

¹⁴ Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e Altas Habilidades do Rio Grande do Sul.

Concordo com Silveira (2007) quando relata que pesquisar é uma aventura que exige rigor, reflexão, ousadia e método. E como em toda a aventura, há muitas surpresas, umas muito boas (como estar realizando entrevistas em uma escola e receber convite para ir a outra) e outras nem tão boas assim (como perder vídeos de entrevistas e precisar voltar à escola e entrevistar novamente todos os alunos). Mas, conforme abordei anteriormente, isso é pesquisar, é conviver com as contingências, com o imprevisto e com o inesperado.

A partir da análise das narrativas dos surdos negros entrevistados durante a pesquisa discuto questões sobre “dupla diferença”. Primeiramente realizo uma síntese da metodologia utilizada para a realização da pesquisa, mencionando o número de entrevistados, a forma como foi realizada cada uma delas e seus respectivos locais. Com relação aos dados empíricos elaborei três categorias de análise, sendo que a terceira está subdividida em três seções.

Na primeira seção: Cotidiano da Pesquisa: "Meu Diário de Bordo", relato como a pesquisa foi realizada. Na segunda seção: "Dupla Diferença" Nas Narrativas de Surdos Negros, discuto questões relacionadas a “dupla diferença” a partir das narrativas dos entrevistados. Na terceira seção: *Questão Identitária: Negro Surdo ou Surdo Negro?* Comento a questão da identidade a partir das narrativas dos sujeitos entrevistados durante a pesquisa. Na quarta seção: *As Recorrências: Aspectos que Saltam aos Olhos* abordo as questões convergentes nas narrativas dos surdos negros, no que se refere à escolarização, ao aspecto socioeconômico e ao aprendizado de Libras. Finalizo a seção realizando discussões sobre a incidência de surdos que atuam na área da educação.

Foram realizadas dez entrevistas, sendo nove presenciais e uma à distância, via internet¹⁵. Sobre as entrevistas presenciais cabe ressaltar, que três foram realizadas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pois os surdos negros vieram à referida universidade conversar com a pesquisadora. As outras seis entrevistas ocorreram em duas escolas localizadas na cidade de Porto Alegre, sendo que uma delas atua exclusivamente na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a outra é uma Escola de Ensino Fundamental e Médio.

Na primeira escola, que é Municipal, foram realizadas duas entrevistas e na segunda escola, que pertence à rede Estadual, quatro surdos negros foram

¹⁵ A Internet foi uma das ferramentas utilizadas a fim de viabilizar a realização da pesquisa.

entrevistados. No primeiro tópico deste capítulo, referente à metodologia da pesquisa, onde abordo a trajetória da mesma realizo uma descrição minuciosa de cada uma das escolas e a transcrição das entrevistas é apresentada nos anexos deste trabalho.

A entrevista realizada à distância ocorreu via internet, a partir de um contato feito com um surdo negro aluno do Curso de Licenciatura em Letras-Libras, turma 2008, Pólo INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) localizado no Rio de Janeiro. Ao realizar o contato, apresentei minha pesquisa ao surdo negro e convidei-o a participar da mesma. Ao receber o seu aceite, enviei o questionário por email, a fim de que ele respondesse e me enviasse novamente.

O questionário¹⁶ previamente elaborado para a realização das entrevistas possui seis questões que objetivam provocar discussões sobre a temática da “dupla diferença”. A primeira questão que visa desencadear a discussão é: O que significa para você ser surdo negro? Na tua opinião este fato constitui uma “dupla diferença!”? Justifique tua resposta. Nas questões seguintes são realizadas indagações a fim de saber se os entrevistados vivenciaram ou não, maior preconceito por serem surdos negros. Entretanto, por tratar-se de uma entrevista semi-estruturada, conforme abordado no tópico anterior, o questionário foi utilizado apenas como um suporte, uma forma de nortear a discussão proposta, já que as entrevistas foram realizadas de modo informal.

Busco constatar a partir da análise das narrativas dos sujeitos surdos negros aqui entrevistados, se é possível identificar em seus relatos marcadores culturais da “dupla diferença”. No que se refere às narrativas, concordo com Lopes *et al.* (2010) que afirma que toda a narrativa contém histórias que se atualizam ao serem contadas e, além disso, oferecem ao narrador a possibilidade de dar continuidade às mesmas, de acordo com o que lembra e seleciona para contar de sua trajetória.

Ao narrar-se, o narrador pode escolher acontecimentos de sua vida que deseja compartilhar com o outro. Quando um sujeito se narra, ele o faz da maneira que quer ser visto e escutado. Compreendo que narrar-se significa despir-se diante do outro, compartilhando vivências que até então eram só suas. O ato de narrar-se está diretamente relacionado às emoções, pois em vários momentos, durante a

¹⁶ O questionário que foi utilizado durante a realização da pesquisa será apresentado nos anexos do trabalho.

realização das entrevistas, os surdos negros expressaram sentimentos de tristeza, indignação ou alegria (variando de acordo com o que estivesse sendo narrado), enquanto contavam suas histórias de vida.

A experiência de si é constituída em grande parte pelo narrar-se. O que somos e o sentido de quem somos depende das histórias que contamos aos outros e daquelas que contamos a nós mesmos, nas quais somos ao mesmo tempo narrador e personagem principal. O que contamos é, porém construído a partir de histórias que escutamos que lemos e que de alguma maneira nos dizem respeito, e estamos compelidos a produzir nossas histórias em relação a elas (LARROSA 1994)

Quando nos narramos, contando nossas histórias, estamos também relatando para o outro e para nós mesmos nossas vivências e, nesse momento, estamos também nos constituindo enquanto sujeitos. Cabe ressaltar que nossas narrativas são formadas também daquilo que ouvimos que lemos que assistimos e, a partir disso produzimos nossas próprias histórias.

Em relação às diferenças compreendo que ser diferente significa ser o estranho, o “outro,” o “anormal,” aquele que por questões físicas, sensoriais, intelectuais ou comportamentais, está fora da norma. Significa ainda ser aquele que a *priori* ninguém quer “ser ou ter,” visto que ninguém deseja ser ou ter um filho, ou familiar “significativamente diferente”. Ou seja, os sujeitos ditos normais jamais cogitam a possibilidade de serem diferentes, ou de tornarem-se “anormais” assim como não cogitam a possibilidade de terem, por exemplo, um filho “anormal,” diferente.

Não pretendo condenar essas posturas ou realizar uma espécie de apologia às diferenças e, conseqüentemente aos sujeitos diferentes. Mas, o que tenho buscado fazer, ao longo desse texto, é demonstrar que os sujeitos anormais têm sido produzidos em nossa sociedade, na e pela cultura ao longo dos tempos.

O que pretendo é problematizar, a partir das abordagens contidas neste texto sobre deficiência, diferença, “normal” e “anormal” como são concebidos os sujeitos que possuem aquilo que Amaral (2004) conceitua como diferenças significativas, e, a fim de realizar tal problematização analiso narrativas de surdos negros.

Enfatizo, entretanto que as análises que serão apresentadas aqui não podem ser entendidas como verdades inquestionáveis, pois referem-se às narrativas de um determinado grupo de surdos negros, em um determinado tempo e espaço. Porém,

suas narrativas fornecem instrumentos que nos ajudam a pensar o que significa ser
um sujeito duplamente diferente.

5 SURDOS NEGROS NA CONTEMPORANEIDADE: quais são suas narrativas sobre “dupla diferença?”.

No capítulo a seguir apresento a análise dos materiais empíricos adquiridos durante a pesquisa. Proponho discussões sobre aspectos relacionados à “dupla diferença”, a partir do que na concepção dos entrevistados, significa ser surdo negro. A fim de analisar os materiais empíricos foram elaboradas três categorias de análise, sendo que a terceira categoria está subdividida em três seções.

Na primeira seção: "Dupla Diferença" Nas Narrativas de Surdos Negros, discuto questões relacionadas a “dupla diferença” a partir das narrativas dos entrevistados. Na segunda seção: Questão Identitária: Negro Surdo ou Surdo Negro? Comento a questão da identidade a partir das narrativas dos sujeitos entrevistados durante a pesquisa. Na terceira seção: As Recorrências: Aspectos que Saltam aos Olhos abordo as questões convergentes nas narrativas dos surdos negros, no que se refere à escolarização, ao aspecto socioeconômico e ao aprendizado de Libras. Finalizo a seção realizando discussões sobre a incidência de surdos que atuam na área da educação.

5.1 “DUPLA DIFERENÇA” NAS NARRATIVAS DE SURDOS NEGROS

Neste tópico discuto e problematizo questões sobre “dupla diferença” a partir das narrativas de surdos negros que foram obtidas através de entrevistas realizadas com surdos negros e da análise dos perfis dos alunos do Curso de Licenciatura em Letras-Libras, modalidade à distância da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Skliar (1997, p.12), ao comentar sobre as diferenças diz que: “O Homem seria Homem se não fosse surdo, se não fosse cego, se não fosse retardado mental, se não fosse negro, se não fosse homossexual, se não fosse fanático religioso, se não fosse indígena, etc.”. Estas considerações trazidas pelo autor demonstram de forma clara, o caráter de incompletude relacionado às diferenças, como se nos sujeitos diferentes houvesse a falta de algo, ou seja, da normalidade.

Para Silva (1999) é relevante uma discussão, ainda que seja breve, sobre a relação existente entre os termos diferença e identidade. A diferença tal como a identidade, não é um fato, nem uma coisa. Mas, diferença e identidade são um processo relacional. Ou seja, uma depende da outra. Assim, diferença e identidade só existem numa relação de mútua dependência. Nessa perspectiva, uma nomeia a outra, pois o que é (a identidade) depende do que não é (a diferença) e vice-versa.

E o que dizer sobre os sujeitos que possuem mais de uma diferença? Como os surdos negros narram a “dupla diferença”? Ao analisar os materiais empíricos coletados durante a pesquisa, é possível observar que a maioria dos entrevistados não concebe o fato de ser surdo negro como uma “dupla diferença” e afirmam que nunca vivenciaram situações em que “duplo preconceito” foi explícito. Sobre o preconceito¹⁷ relatam ainda que ele ocorre de maneira dissociada, ou seja, em alguns momentos são discriminados por serem surdos e em outros, por serem negros. Os surdos negros entrevistados afirmam que o preconceito relacionado à surdez é mais frequente. Destacam ainda que o mesmo varia de acordo com o grupo onde estão inseridos e afirmam que, entre os ouvintes são discriminados porque são surdos; já entre os surdos, porque são negros.

Apesar da maioria dos surdos negros entrevistados durante essa pesquisa afirmar não ter passado por situações em que o preconceito por serem surdos negros seja “escancarado”, há aqueles que relatam que sim, que já foram discriminados por serem “duplamente diferentes” como é possível observar no excerto a seguir:

Eu acredito na existência do “duplo preconceito”, pois, já vi críticas sociais porque eu sou surdo e também negro, duas diferenças. Mas eu acredito que isso tem dois significados diferentes, uma parte em relação à surdez e outra em relação à negritude que tem significados diferentes. Meu objetivo, minha preocupação e foco são os surdos negros, porque começando a fazer pesquisa, comparando essas duas diferenças, porque negro ouvinte tem um problema, surdo negro têm dois, ser surdo e ser negro. Por exemplo, tenho duas opiniões, duas escolhas, mas eu não posso

¹⁷ O termo preconceito é utilizado nesse texto a fim de explicitar atitudes baseadas em julgamentos e concepções em relação às pessoas que possuem diferenças.

escolher, pois as duas são minhas. Elas estão lá, não posso cancelar uma delas.
(Entrevista 2)

Ao ser questionado sobre os “significados diferentes” este entrevistado relata que o “duplo preconceito” em relação aos surdos negros ocorre pelo fato de que, de um lado, está à surdez, que muitas vezes é concebida como deficiência; de outro lado está a negritude com as representações e estereótipos atribuídos a esse grupo étnico. Ele comenta que quando caminha pelas ruas sem utilizar a Libras, fato que pode identificá-lo como surdo (embora não sejam apenas os surdos que utilizam a Libras) ele é identificado somente como negro e vivencia um tipo de preconceito. Mas a partir do momento que é identificado como surdo, o preconceito aumenta.

Quero chamar atenção para o comentário feito por esse entrevistado quando afirma que: o “negro ouvinte tem um problema e o surdo negro tem dois.” Por conhecer o referido entrevistado e saber de seu envolvimento no Movimento Negro e na Comunidade Surda, além dos relatos feitos por ele durante a entrevista, observo que essa afirmação refere-se às dificuldades enfrentadas por esses sujeitos na sociedade, em função de sua “dupla diferença”. Ou dito de outra forma, o “problema” não é ser surdo negro, mas é enfrentar os preconceitos e discriminações¹⁸ decorrentes dessa condição.

No que se refere à negritude, cabe destacar que o contexto sócio-histórico de produção, circulação e consumo de discursos raciais no Brasil contemporâneo apresenta vários componentes que devem ser destacados: fomos o país que mais importou escravos africanos durante o regime escravista, fomos o último país a abolir a escravidão negra (em 1888), somos a segunda maior população negra mundial, perdendo apenas para a Nigéria, sendo aproximadamente oitenta milhões de brasileiros. Este número corresponde a 46% dos que se declaram negros (pretos ou pardos). Acalentamos o mito ou a ideologia de que as relações raciais no país são cordiais ou democráticas ao mesmo tempo em que convivemos com intensa dominação branca sobre outros segmentos étnico raciais no acesso a bens materiais e simbólicos (SILVA & ROSEMBERG, 2008). Estes aspectos nos ajudam a compreender o “problema” mencionado pelo entrevistado pelo fato de ser negro.

¹⁸ Discriminar consiste em separar, segregar e tratar de maneira diferente as pessoas em função de sua etnia, religião, condição física, intelectual, social, etc.

Ao analisar o excerto anterior é possível constatar que o referido surdo negro destaca que sua “dupla diferença é algo que está posto, pois segundo ele, não há a possibilidade de optar por uma delas, deixando de ser surdo ou de ser negro. Isso significa que as diferenças não são portadas por nós como algo que carregamos como quem carrega uma mala ou uma mochila por um tempo, e quando se sente cansado, pode livrar-se dela deixando-a em algum lugar ou pedindo que outra pessoa carregue. Mas, *a priori*, as diferenças são permanentes.

No que se refere aos surdos negros, Hairston & Smith (1983), explicam que o termo surdo negro agrupa um coletivo de sujeitos que compartilham semelhanças básicas de ser surdo e ser negro. No entanto, não significa que os surdos negros sejam um subgrupo ou um grupo segregado dos outros surdos. Significa, sim, que eles constituem um grupo com características étnicas e culturais distintas dos outros grupos de surdos. Porém eles advertem que apesar de existirem estas semelhanças, este não é um grupo homogêneo, pois as diferenças individuais existem como em qualquer outro grupo.

Outro aspecto observado durante a realização das entrevistas é que há surdos que reconhecem a “dupla diferença”; mas afirmam que as duas não formam um todo e não constituem uma unidade. Explicam que a dupla diferença é marcada, que o preconceito ocorre sim, mas é algo que não é explícito e não aparece em um único bloco, por serem surdos negros. Mas em alguns momentos e com algumas pessoas o preconceito ocorre porque são surdos; em outros, porque são negros.

Sobre o preconceito em relação a negritude, um dos entrevistados comentou o seguinte:

E ai com o tempo quando eu me mudei aqui para Porto Alegre, que eu estudei no Concórdia uma escola de surdos, teve um aluno que disse: Ah, tu combina seria legal se tu namorasse com um surdo negro. Eu disse: Não, eu não quero namorar não tem nada a ver eu escolher a cor. O importante é a relação se a gente se gosta. Então ele ficava dizendo: Não, não você tem que ser com pessoa negra porque tua cor é assim. Então tu combina mais com negro. Eu me lembro que aconteceu uma só vez, mas só isso, eu nunca me sentia angustiada por ser negra, só por ser surda. Mas, hoje eu me sinto muito feliz, por ser surda e negra, me sinto bem, tranquila.

Com relação a este excerto, cabe ressaltar o comentário feito pelo colega de escola da entrevistada, que argumenta que por ela ser negra deveria namorar com um negro. Este argumento pode ser proveniente da antiga idéia de que a mistura entre as raças não deveria ocorrer.

Silva (2009), a partir de Agassiz (1883, 1885, 2004), afirma que a mistura de raças era considerada perigosa porque a população proveniente dela era sempre degenerada e traziam consigo os vícios e defeitos de ambas as raças, nunca aproveitando o vigor físico delas. Dito de outra forma entendia-se que a mistura de “raças” gerava sujeitos constituídos pelas características negativas de cada uma das “raças”. Os mestiços eram concebidos como sujeitos cuja principal característica era a esterilidade. E a prática de miscigenação representava esquemas doentios, capazes de produzir uma sociedade irregular e instável. Cabe enfatizar, o quanto era recorrente o ideal da “raça pura”.

De acordo com Silva (2007), a miscigenação era considerada um dos fatores mais degenerativos do povo brasileiro. A população mestiça brasileira era apresentada como degenerada física e moralmente. Acreditava-se que a nação constituída pela fusão de sangues produziria o predomínio dos “inferiores sobre os superiores”. O negro na escala hierárquica era considerado inferior ao índio e este, inferior ao branco. Tal produção do negro como sujeito inferior no século XIX e na primeira década do século XX originou um movimento composto por diferentes áreas do conhecimento, cujo objetivo era propor uma nova política de intervenção. Tal política estava baseada na eugenia sendo dada uma grande ênfase ao higienismo.

Sobre o termo eugenia, o autor explica que Francis Galton elaborou baseado em Darwin, uma teoria que denominou Eugenia, que consistia no pressuposto de que a “raça” humana que está em constante evolução biológica deveria ser auxiliada no sentido de acelerar e aperfeiçoar esse processo. O autor afirma que a ideia eugênica surgiu pela primeira vez em 1869, na obra *Hereditary Genius*. O discurso cientificista do século XIX proclamava a esterilidade entre os relacionamentos interétnicos, alertando ainda para os “frutos malsãos” das uniões entre brancos e negros.

Essa concepção chega à literatura e ao discurso crítico de Silvio Romero que proclama que “as raças demasiadas distanciadas, pouco coabitam e, quando o fazem, ou não reproduzem, ou se reproduzem são bastardos infecundos, depois da

segunda ou terceira geração”. No Brasil, Gobineau exerceu grande influência, principalmente porque condenava a miscigenação que, segundo ele, era a causa da degeneração do povo brasileiro (DUARTE, 2010; ROMERO *apud* CORRÊA, 1996, p. 44; SILVA, 2007).

Segundo Silva (2007), no Brasil não foram estabelecidas políticas eugênicas de forma homogênea, o que existiu foi um significativo movimento intelectual fundamentado na Eugenia. Nas décadas de 1910 a 1930 o objetivo era promover a redefinição da nacionalidade com base no discurso eugênico. O movimento eugênico teve como aliado o movimento denominado políticas de branqueamento.

A partir de abordagens que evidenciam a rejeição da ideia de misturas de raças pela ciência, e a preocupação da sociedade com a existência de uma “raça pura”, podemos constatar que o discurso eugênico circulou amplamente aliando, ciência, medicina, literatura, mídia e demais artefatos culturais. A partir do século XIX, o Brasil passou a ser redescoberto, porém os resultados das descobertas não eram satisfatórios.

A publicação da obra de Elclides da Cunha *Os Sertões* (1902) chamava atenção para a decrepitude das condições de salubridade da população do Sertão. As missões científicas realizadas no Brasil a partir de então, como as de Artur Neiva e Belizário Pena (1999) mostraram um cotidiano permeado por endemias, verminoses, e todos os tipos de doença que flagelavam o homem brasileiro. A cartografia das mazelas do país permitia vislumbrar as causas da inferioridade do brasileiro, que passaram a ser apontadas para o abandono e precarização da saúde pública. O homem brasileiro era um doente (SILVA, 2007, p.46).

A obra citada pelo autor representa a situação do Brasil naquele momento. Além disso, ela perpassa as questões de “raça” e agrega aspectos relacionados à educação, saúde pública, ciência e moralidade. Os intelectuais da época acreditavam que o povo brasileiro poderia ser salvo através do branqueamento do país, pela salubridade e controle médico. Vale destacar que, apesar de todas estas discussões, a eugenia não era considerada uma prioridade nacional.

Considero que as “soluções” apresentadas pelos cientistas e intelectuais da época representam o ideal da construção de um país “branco e sadio” o que de acordo com este ideal, significa um país próspero e civilizado. Cabe destacar que embora estas concepções não circulem em nossa sociedade expressas dessa forma, ficaram “seqüelas” dela, no discurso que diz que: “branco combina com branco e negro combina com negro”.

Ainda com relação à pesquisa cabe destacar que em uma das escolas de surdos que visitei, tive a oportunidade de entrevistar dois surdos negros que oralizam muito bem e que agradeceram a tradução que seria feita pelo intérprete de Libras, então não houve a participação do mesmo e pude realizar a entrevista por meio de uma conversa direta com os entrevistados.

Um deles relatou que possui resíduo auditivo, que realiza leitura labial e que sempre estudou em escola comum. Destacou que é o segundo ano que está frequentando a escola de surdos e que antes disso não havia tido nenhum contato com a Libras, mas que agora está aprendendo. Comentou que nunca vivenciou situações de preconceito por ser surdo negro, mas enfatizou que várias vezes foi discriminado pelos colegas por ser surdo e em relação à negritude, nunca vivenciou preconceito. É interessante observar que o entrevistado possui a pele clara, porém, se declara negro e demonstra compreender que pertence a esse grupo étnico, sentindo-se parte dele.

Considero significativo destacar que mesmo afirmando “ouvir um pouco,” ele se descreve como surdo e mesmo tendo vivido até os 17 anos de idade em companhia de ouvintes, em casa e na escola, ao chegar à escola de surdos e passar a ter contato com a Libras, ele sente-se entre seus pares. Observei que ao concluir a entrevista, onde ele oralizou o tempo todo, saiu no corredor da escola e imediatamente começou a conversar com seus colegas, utilizando a Libras. Ou seja, ele “transita pelos dois mundos,” sem estabelecer dicotomias, sem nomear um deles como melhor ou pior, mas vivencia cada um deles.

Considero esse fato relevante, primeiramente porque demonstra que o ser surdo, assim como o ser negro, não se restringe a uma característica biológica, mas se evidencia como uma questão de pertencimento e de experiências compartilhadas. Outro aspecto interessante é que, por meio de narrativas como essas, podemos perceber que não há um muro, uma fronteira separando usuários de uma língua oral-auditiva e usuários de uma língua visual-gestual, mas o que ocorre é um entrecruzamento de culturas, de experiências e de maneiras de interagir com o mundo em que vivemos.

O segundo surdo também optou por oralizar durante a entrevista. Ele tem 22 anos de idade e está no 1º ano do Ensino Médio, estudou muito tempo em escola comum e seu primeiro contato com a Libras ocorreu quando chegou na escola de surdos. Afirma ter sido discriminado em função de sua “dupla diferença”

principalmente na escola e no local onde trabalha. Assim como o entrevistado mencionado anteriormente, ele oraliza muito bem, realiza leitura labial e comunica-se por Libras. Se narra como surdo que participa da Associação de Surdos e afirma estar muito feliz na escola de surdos.

A partir das narrativas dos surdos negros analisadas neste texto, não é possível formular uma única resposta, engessada, “verdadeira” e imutável sobre a “dupla diferença” e, conseqüentemente sobre o “duplo preconceito.” Além disso, por ser esta pesquisa realizada sob a égide dos Estudos Culturais, não há a preocupação em apresentar “verdades absolutas”.

Sendo assim, como descrever a “dupla diferença”? De acordo com as narrativas de surdos negros aqui analisadas é possível constatar diferentes posicionamentos. A maioria acredita que ser surdo negro não se constitui em “dupla diferença” e essa condição não significa experienciar o preconceito de forma mais intensa (ou duplamente). Destacam ainda que o preconceito ocorre ora por serem surdos e ora por serem negros.

Há, no entanto, alguns que acreditam que ser surdo negro se constitui uma “dupla diferença”, no entanto, isso não significa que o preconceito seja em dobro, ou duplamente evidenciado. Já um terceiro grupo de surdos negros se posiciona afirmando que sua “dupla diferença” faz com o preconceito em relação a eles seja maior e deixam esse fato explícito através de suas narrativas.

Cabe destacar, que os surdos negros entrevistados durante essa pesquisa possuem trajetórias de vida distintas, pois alguns sempre estudaram em escola de surdos, outros estudaram muito tempo em escola comum e depois foram para a escola de surdos, possuem diferentes situações socioeconômicas e cresceram em diferentes contextos familiares. Compreendo que esses sujeitos são subjetivados a partir dessas questões e que elas relacionam-se diretamente com suas experiências vividas e narradas.

5.2 A QUESTÃO IDENTITÁRIA: NEGRO SURDO OU SURDO NEGRO?

No que tange a questão identitária, Silva (2002), explica que a identidade é simplesmente aquilo que se é: “sou brasileiro”, “sou negro”, “sou heterossexual”, “sou homem”. Ele explica que a identidade assim concebida parece ser uma positividade (“aquilo que sou”) uma característica independente, um “fato” autônomo.

A partir dessa perspectiva, a identidade só tem a si própria como referência, ela é: autocontida e auto-suficiente. O autor destaca ainda que quando afirmamos o que somos estamos utilizando uma forma abreviada de relatar aquilo que não somos.

Meu primeiro *locus* de busca de material empírico ocorreu ao acessar o Ambiente Virtual de Aprendizagem do Curso de Licenciatura em Letras-Libras, turma 2008, onde foi possível chegar a alguns resultados. A coleta de dados foi realizada nesse Espaço Virtual, a partir da análise dos perfis dos alunos do curso. O perfil é um local existente no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Curso de Letras-Libras, onde os alunos se identificam e postam aquilo que consideram relevante sobre si. É recorrente encontrar narrativas relacionadas à formação acadêmica, atuação profissional, etc. Não foi possível encontrar nesse Espaço Virtual perfis em que os alunos se autodeclaram negros. Assim, esse é um local que eles se identificam como surdos somente. Possivelmente há surdos negros, mas não é possível encontrá-los através do perfil.

Sou surda, pedagoga, especialista em Desenvolvimento Psicológico. Mestranda de Linguística na UNB, onde trabalho como professora de Libras. (SURDO B)¹⁹

Pude constatar ainda que nenhum dos alunos descreve em seu perfil que é negro. Conforme afirmei anteriormente, praticamente todos iniciam suas apresentações nos perfis identificando-se como surdos, sem mencionar a questão da negritude. Podemos pensar que essa escolha ocorre pelo fato deles fazerem parte de um curso onde a maioria dos alunos são surdos e por essa razão nesse momento o que deve estar em evidência é a identidade surda. Ou seja, utilizam essa forma de apresentação para demonstrar um pertencimento. Penso que tal fato demonstra um posicionamento e uma inserção na comunidade surda.

Nas dez entrevistas com surdos negros realizadas durante esta pesquisa, pude constatar novamente a questão identitária, evidenciando o sentimento de pertencer à comunidade surda, compartilhando a língua, costumes e vivências, o que não foi evidenciado em relação à comunidade negra. Dos surdos negros

¹⁹ Utilizo a letra B porque esse foi o segundo perfil analisado e também para diferenciar das entrevistas.

entrevistados apenas um participa ativamente do Movimento Negro integrando as discussões, passeatas e discutindo as demandas do referido movimento em todo o Brasil.

Participo do Movimento Negro e também do Movimento Surdo Negro de São Paulo. Também participo da organização do projeto do Paulo Paim, cujo tema é o preconceito racial. (Entrevista 2)

No que se refere ao Movimento Negro, cabe destacar que ele é constituído por associações religiosas, culturais, políticas, e filantrópicas, ao longo dos anos 1970, criticou a visão integracionista das lideranças negras brasileiras vigentes entre os anos 1930 e 1960. A virada político-ideológica é atribuída à criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, ocorrida no ano de 1978. Durante a década de 1980, foram feitos muitos investimentos para a construção de uma aliança entre sociólogos das relações sociais e movimentos sociais na luta contra o racismo (FRY, 2006; HASENBALG, 1988; MAIO & SANTOS, 2006).

Segundo Fry (2006), Hasenbalg (1988), Maio e Santos (2006) a partir da realização de fóruns, de debates, projetos de pesquisa e publicações sobre esse tema ocorreram iniciativas estaduais (criação de secretarias e conselhos voltados para a população negra), realização de eventos históricos (o centenário da Abolição), a constituição de 1988²⁰, Lei Caó²¹ (1985) e a criação pelo Ministério da Cultura da Fundação Cultural Palmares. Essas iniciativas deram maior visibilidade à luta anti-racista e geraram um avanço no processo de institucionalização dos estudos raciais, a partir da criação de centros e núcleos voltados para a pesquisa na esfera demográfica, da educação, do mercado de trabalho, do nível de renda, etc.

Já na década de 1990, as ações anti-racistas ganharam mais força, passando inclusive a fazer parte da agenda de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que instituiu por Decreto, no dia 20 de novembro de 1995, o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra. Em junho de

²⁰ A partir do Art. 5º, XLII, Constituição Federal de 1988, a prática de racismo passou a ser considerada crime inafiançável e imprescritível.

²¹ A Lei Caó (Carlos Alberto de Oliveira Caó), Lei Nº 7.347, de 20 de Dezembro de 1985, inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, dando nova redação a Lei Nº 1.390, de 3 de julho de 1951- Lei Afonso Arinos.

1996, no Palácio do Planalto, o Ministério da Justiça, com o apoio do Itamaraty, promoveu o Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: o Papel da “Ação Afirmativa” nos Estados Democráticos Contemporâneos. Estas abordagens descrevem, de forma sucinta, as ações anti-racistas do Movimento Negro no Brasil a partir da década de 1990, bem como a elaboração de leis e a realização de eventos que respaldaram e incentivaram tais ações (SOUZA 1997, MAIO & SANTOS 2006).

Compreendo que o declarar-se e narrar-se negro não se restringe apenas a participação, ou não, no Movimento Negro; é algo mais amplo, mais complexo, referindo-se ao “sentimento de pertença”, ou seja, de sentir-se parte de um determinado grupo. Com relação a esse aspecto, Rocha (2009) diz que o negro brasileiro encontra dificuldade na formação de sua identidade, devido à marginalização, ao preconceito e às discriminações enfrentadas historicamente. Esta discriminação histórica dos negros durante um determinado tempo foi respaldada pela ciência, conforme foi abordado anteriormente.

Silva (2007) explica a partir de Munanga (2003), que foi estabelecida uma relação intrínseca entre o aspecto biológico e as qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais. Dessa forma, todos os indivíduos da “raça” branca passaram a ser considerados superiores aos da “raça” negra e amarela. Tal concepção era baseada nas características físicas e hereditárias, como a cor clara da pele, o formato do nariz, do crânio, do queixo, aspectos que de acordo com o pensamento da época, deixava os sujeitos mais bonitos, inteligentes, honestos e criativos.

Por outro lado, a “raça” negra, a mais escura de todas, era concebida como: menos inteligente menos honesta e, em consequência disso, sujeita à escravidão. Considerações como estas, que demonstram a forma como a raça negra e conseqüentemente, os sujeitos negros têm sido concebidos em diferentes épocas podem representar um dos motivos pelos quais as identidades negras são minimizadas, mesmo que inconscientemente

Rocha (2009) enfatiza que algumas conseqüências podem ser elencadas em função da situação vivida pelos negros, entre elas a autoestima fragmentada, a negação de seu pertencimento étnico-racial, bem como, a apatia e a desesperança assumida por alguns. No que tange aos surdos negros entrevistados durante esta pesquisa, de modo geral, constatei uma espécie de minimização da identidade negra, em detrimento, da identidade surda. Ou dito com outras palavras, entre as

duas identidades, a que predomina é a identidade surda. E as abordagens feitas anteriormente podem ser um dos fatores que contribuem para esta minimização.

Porém, como já mencionei o mesmo não ocorre com a questão da negritude, pois, é possível constatar que mesmo aqueles surdos negros que reconhecem a existência de uma “dupla diferença”, não salientam a questão étnica, ou seja, a identidade negra. Sendo assim, concordo com Szwako (2006) que ao citar Bauman afirma que as noções de pertencimento e identidade não são definitivas nem sólidas, mas revogáveis e negociáveis, dependendo das decisões que os indivíduos tomam, dos caminhos que percorrem e da maneira como agem.

Nas modernas reflexões sobre as ciências sociais, as identidades étnicas e raciais são concebidas como derivadas de contextos situacionais, os quais estão em constante fluxo. Já Larrosa (1994) explica que a identidade é definida e elaborada pelos sujeitos em um jogo social complexo e submetido a formas estritas de regulação, na qual a pessoa se descreve a si mesma em contraste com as demais. Dessa forma, podemos compreender que o processo de constituição da identidade ocorre na interação do sujeito com o outro, estando ligada também ao ato de narrar-se.

Mas, e quanto ao questionamento: negro surdo ou surdo negro, o que dizer? Com base nos perfis dos surdos negros dos alunos do Curso de Licenciatura em Letras-Libras, turma 2008, e nas dez entrevistas realizadas durante a pesquisa, é possível constatar que eles se descrevem como surdos negros, isto é, primeiramente são surdos, essa é a “sua marca,” a sua principal identidade, que fazem questão de apresentar. Isso pode ser evidenciado ao analisarmos suas narrativas que expressam o pertencimento à cultura surda, bem como o orgulho de compartilhar não só uma língua, mas uma história de lutas e de conquistas.

Segundo Lane (1992) a opressão vivida durante muito tempo pelas comunidades surdas pode ser comparada com o colonialismo, termo que conceitua como a subjugação física de um povo enfraquecido, na imposição de uma língua e de costumes estrangeiros, e no controle da educação, a fim de atingir os objetivos do colonizador. Nesta perspectiva, o objetivo da comunidade ouvinte era impor sua cultura (considerada superior) à comunidade surda, impor sua língua e seus costumes, a fim de que ficasse igual à maioria, tornando-os sujeitos “normais”. Mas, os surdos organizaram-se em comunidades e resistiram às imposições ouvintes.

5.3 AS RECORRÊNCIAS: ASPECTOS QUE “SALTAM AOS OLHOS”

Neste tópico abordo questões que mesmo não estando diretamente ligadas ao problema de pesquisa, foram emergindo durante a realização da mesma. E para que o texto fique coeso e coerente, as abordagens estão organizadas em quatro seções, conforme foi mencionado no início deste tópico.

5.3.1 Escolarização, fator socioeconômico e o aprendizado de Libras nas narrativas de surdos negros

Segundo Padden e Umphries (1988), grande parte das crianças surdas, principalmente as que são filhas de pais surdos, passam a compreender o que realmente significa ser surdo quando chegam à escola. Pois, as crianças surdas que até aquele momento conviviam com os pais também surdos e que tinham a língua de sinais como única forma de comunicação, no momento em que chegam à escola e passam a ter contato com crianças e adultos ouvintes, descobrem então que existiam maneiras diferentes de comunicação, ou seja, a fala e a audição.

A maioria dos surdos negros entrevistados relatou que, no início de sua escolarização, eles frequentaram escolas comuns e posteriormente passaram a estudar em escolas de surdos. Ao serem questionados a respeito dos preconceitos vivenciados na escola pelo fato de serem surdos negros, eles fizeram comentários que merecem ser discutidos e analisados. Alguns surdos relataram que foram discriminados na escola de surdos e na escola comum, porém por razões distintas. Essa afirmação pode ser constatada no excerto a seguir:

Frequentava escola de surdos e na oitava série entrei para a escola de surdos, INES, os dois são preconceitos diferentes, na escola de ouvintes o preconceito era por ser surdo, no INES era por ser surdo oralizado, mas quando aprendi a Libras o preconceito acabou. E agora sou professor de surdos no INES.(Entrevista 1)

Considero significativo chamar a atenção para o fato de o entrevistado afirmar que em ambas escolas enfrentou preconceitos em função da língua. Enfatiza,

porém, que o preconceito em cada uma das escolas ocorria por motivos diferentes. Na escola de surdos, o que causava discriminação era o fato de ser oralizado; na escola de ouvintes, era discriminado por ser surdo.

A partir deste relato, podemos entender que o que gera o preconceito é a diferença, é estar fora da norma. A escola comum, na maioria das vezes, é “regida” pela concepção de que o ideal é ser ouvinte e se comunicar através da oralidade. Na escola de surdos, geralmente, se espera que todos utilizem a Libras, como principal forma de comunicação. O entrevistado salientou que quando apreendeu Libras o preconceito acabou.

Com relação à escola de surdos, a maioria dos entrevistados descreve a mesma como um local de trocas, de compartilhamento, um lugar onde estão com seus pares. Na concepção de alguns, a escola é um lugar onde não há preconceito, e, onde é possível sentirem-se “em casa”, conforme exemplifica o seguinte excerto

Sempre estudei em escola de surdos, no Concórdia. Sempre cresci junto, nas trocas, na conversa. Nada de preconceito eu sofri por ser surdo. (Entrevista 4)

Nesse excerto o surdo negro destacou que sempre estudou em escola de surdos, o que na concepção dele justifica o fato de nunca ter sido discriminado, pois estava com seus pares em um espaço onde havia uma língua e uma cultura comum.

A primeira escola de surdos surgiu por volta do ano de 1760, quando o Abade L’Epée encontrou alguns surdos pelas ruas de Paris, os reuniu e fundou a primeira escola pública para surdos, o Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris. (KARNOPP & KLEIN 2005; SKLIAR 1997). Nos Estados Unidos as escolas para surdos eram denominadas “escolas residência”, pois as crianças deixavam sua casa e sua família e passavam a morar na escola, indo para casa apenas nos finais de semana, feriados e durante o verão. Estas escolas ofereciam ensino desde a pré-escola até o segundo grau. Atualmente os alunos que frequentaram estas escolas são adultos e fazem parte das comunidades surdas existentes naquele país.

Para as crianças surdas que estudavam nestas escolas o ambiente mais significativo era o “dormitório”, pois era em seus quartos, no final do dia, que as crianças interagem sem a formalidade imposta pela sala de aula. E nesses momentos, além de aprenderem a língua de sinais, tinham a oportunidade de

conhecer a cultura surda, passando a fazer parte da mesma. A maioria destas escolas eram escolas “manuais”, pois a língua de sinais era permitida nas salas de aula. Mas, existiam as escolas residências “orais”, que rejeitavam a língua de sinais oficialmente (PADDEEN & HUMPHRIES, 1988).

No Brasil, a primeira escola de surdos foi fundada no Rio de Janeiro, em 1857, pelo professor E. Huet. Ele era surdo e aluno egresso do Instituto de Paris, e por isso, a escola de surdos fundada no Brasil era fortemente influenciada pela proposta do referido Instituto. As primeiras décadas do Instituto no Rio de Janeiro foram marcadas por inúmeras dificuldades e, no início de suas atividades, Huet e seus alunos (meninos e meninas) possuíam uma sala emprestada no colégio Vassion e isso dificultava o desenvolvimento de seu trabalho.

Karnopp e Klein (2005) apresentam parte do primeiro relatório que Huet envia à D. Pedro II descrevendo a escola e a proposta de trabalho que seria desenvolvida por ele com seus alunos surdos. O trecho do relatório apresentado é o seguinte

[...] 4 horas por dia são dedicadas às aulas e 4 horas aos trabalhos manuais, distribuídos de modo a servir de recreação e distração entre os estudos. [...] As matérias de estudo serão principalmente a história, o catecismo, a aritmética, a geografia, a agricultura teórica e prática. [...] A agricultura sendo o estudo que mais convém aos surdos- mudos em geral, e além de necessitar um exercício moderado que os mantenha saudável [...] será a finalidade exclusiva dos trabalhos manuais (KARNOPP & KLEIN, 2005).

Ao analisarmos parte do primeiro relatório sobre a escola de surdos enviada por Huet a D. Pedro II, um aspecto significativo chama atenção. Trata-se da ênfase que era dada às atividades práticas, principalmente no que tange à agricultura. Cabe salientar que tais atividades além de serem consideradas as funções que os surdos realizariam com eficácia, por supostamente não necessitar de um desenvolvimento intelectual mais aguçado, visavam inserir os surdos na sociedade, tornando-os sujeitos produtivos e capazes de prover sua subsistência.

É importante destacar a ênfase dada às atividades manuais, que tinham como principal objetivo fazer dos surdos indivíduos produtivos e capazes de garantir seu sustento. Pude constatar durante a pesquisa que esta proposta ainda é recorrente atualmente nas escolas de surdos.

Já com relação à escola comum ou escola inclusiva, praticamente todos os entrevistados relataram as inúmeras dificuldades enfrentadas por eles durante o tempo em que estiveram “incluídos” como é possível observar no excerto a seguir:

Melhor na escola de surdos, pois é fazendo esta comparação de ouvintes e da escola de surdos... Por exemplo, na disciplina de história eu rodava porque a professora falava demais e eu ficava ali tentando entender e eu via que os colegas levantavam a mão para dar opiniões, fazer comentários, alguma coisa assim sobre a disciplina e eu queria entender o que eles estavam falando. Já na escola de surdos, todos os colegas falavam em Língua de Sinais, a professora dava aula em Língua de Sinais. Então quando eles levantavam o braço para dar opinião ou fazer uma observação, eles falavam em Língua de Sinais. E eu pensava: puxa! Agora eu estou entendendo, agora sim. (Entrevista 3)

Os surdos negros entrevistados que foram alunos de escolas comuns fazem questão de destacar sua preferência pela escola de surdos. Eles relatam que na escola comum eram meros expectadores em sala de aula, já que não conseguiam entender o que estava acontecendo, devido à ausência do intérprete de Libras.

Salientaram ainda a angústia que sentiam por estarem ali e não poderem participar, opinando, sanando dúvidas. Além disso, comentaram sobre a dificuldade de interação com os colegas da turma, principalmente durante a realização de trabalhos em grupo. Eles afirmam que essa postura dos professores e dos colegas em relação a eles, ocorre porque são surdos, conforme é possível constatar no excerto a seguir:

Em relação à escola inclusiva, os professores ouvintes e os colegas têm preconceito. Às vezes, eles falavam, falavam em sala de aula, viravam de costas, e às vezes, terminava a aula e eu, né? Já acabou? E eu não entendia as coisas. Os colegas também... Eu me sentia muito angustiada com isso. Os colegas, por exemplo, às vezes eram grupo de três para fazer um trabalho, e o pessoal já tinha se combinado, os grupos já tinham sido formados e eu onde ficava? Ninguém me convidava, ninguém me procurava para fazer parte do grupo. Então, eu tinha que procurá-los para que eu pudesse fazer o trabalho em grupo. E aí, a professora, às vezes dizia: Ela é surda, deixa ela entrar no grupo de vocês e ninguém respondia

nada. Ai, ela dizia: Puxa, vamos lá, vamos formar os grupos. Ai tinha um grupo que dizia: Tá, pode ser aqui. Sabe, então eu me sentia sempre a última, sentia preconceito em relação à surdez. (Entrevista 3)

Strobel (2008) afirma que a transmissão da cultura surda ocorre para muitos sujeitos surdos apenas na idade adulta, principalmente porque grande parte das crianças surdas são filhas de pais ouvintes que, na maioria das vezes, incentivam seus filhos surdos a conviverem com os ouvintes buscando sua inserção na cultura ouvinte. Assim, muitas destas crianças surdas, não frequentam as escolas de surdos, ficando assim, sem contato com a comunidade surda durante muito tempo.

Wrigley (1996) comenta sobre as comunidades surdas, que nos países mais pobres elas são encontradas em sua maioria nas áreas urbanas, pois os surdos das zonas rurais migram para as cidades em busca de possibilidades de emprego e do convívio com outros surdos. O autor relata ainda que os surdos que vivem isolados linguisticamente da cultura ouvinte voltam sua atenção para os outros surdos. Sendo assim, é comum a formação de pequenas cidades ou de vilas que são encontradas mesmo na zona urbana. Compreendo que as “cidades” e “vilas” a que se refere o autor são agrupamentos de surdos em determinados espaços. Tais espaços de produção e compartilhamento da cultura surda na contemporaneidade são representados pelas Escolas e Associações de Surdos.

Todos os entrevistados, que foram alunos de escolas comuns relataram que durante sua trajetória escolar foram várias vezes reprovados. Eles afirmam que a questão lingüística é a principal causa dessas reprovações, pois eles não compreendiam os conteúdos abordados pelos professores e ficavam alheios aos comentários feitos pelos colegas. Nessas condições, obviamente a aprendizagem dos conteúdos não ocorria e eles eram obrigados a repetir aquele ano letivo.

Há ainda relatos em que os surdos negros contam que frequentaram as séries iniciais em uma escola de surdos e depois foram transferidos para uma escola comum, pois sua família acreditava que nesta aprenderiam mais, já que a escola de surdos era considerada “fraca”. Mas, ao chegar à escola comum, passaram a vivenciar todas as dificuldades mencionadas anteriormente, razão pela qual, um dos entrevistados conta que, a fim de concluir o Ensino Fundamental, trocou de escola duas vezes. Ele diz que:

Até a 5ª série estudei em escola de surdos em Pelotas, depois minha mãe me mudou para uma escola de ouvintes, porque minha mãe queria que eu aprendesse mais coisas. Assim, eu estudei em duas escolas até a 8ª série. (Entrevista 2)

Em síntese as narrativas de surdos negros sobre as experiências na escola comum referem-se ao isolamento, frustração repetência e evasão. Cabe destacar que muitos deles, atualmente são alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola de surdos. Essa modalidade de ensino é para esses alunos uma possibilidade de concluírem seus estudos em menos tempo. Já a escola de surdos é descrita pelos entrevistados (todos) como um lugar onde eles podem construir conhecimento interagindo com outros alunos surdos, compartilhando uma língua e uma cultura. Nessa perspectiva, a escola de ser concebida como um lugar de produção e circulação da (s) cultura (s) surda (s).

Outro aspecto evidenciado durante a realização das entrevistas refere-se à defasagem idade-série, já que muitos dos entrevistados passaram vários anos frequentando escolas comuns e sendo reprovados. As causas dessa defasagem foram descritas nos parágrafos anteriores, baseados nas narrativas dos entrevistados. Cabe ressaltar que atualmente muitos desses alunos estão frequentando as séries finais do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio, como é possível observar no excerto a seguir:

Tenho 32 anos. Estou no 1º ano do Ensino Médio. Quando eu cheguei na escola de surdos, estava com 14 anos na primeira série e eu sabia muito pouco dos sinais. (Entrevista 8)

Ao presenciarmos narrativas como essas são pertinentes ressaltar, no que tange à inclusão de surdos nas escolas comuns, que o importante não é nos posicionarmos contra ou favor da mesma, mas é discutirmos sob que condições ela tem ocorrido e quais têm sido seus resultados. A inclusão escolar é concebida na lógica contemporânea como um “imperativo de Estado na contemporaneidade”. Nessa perspectiva, todos têm sido convocados a aceitar e conviver com as diferenças (Lopes, 2009). Assim é possível compreender que a inclusão é algo que

“está posto”. Mas, reitero a importância de problematizarmos a forma como ela tem sido realizada.

Compreendo que essas narrativas demonstram que a inclusão escolar não deve ser confundida com número de matrícula, mas que ela deve ter como finalidade principal a inserção de todos os alunos no ambiente escolar, respeitando suas peculiaridades e possibilitando a todos o acesso à aprendizagem.

Foi possível constatar durante as entrevistas com surdos negros, alunos de escolas de surdos, que a concepção de formação para o trabalho, conforme Karnopp e Klein (2005) ainda faz parte do cotidiano da educação de surdos. Atualmente a ênfase tem sido em atividades manuais, para que também assegurem a inserção dos surdos na sociedade, possibilitando independência e condições de sustento próprio. Os entrevistados relataram que a realização de oficinas de culinária, cabeleireiro e manicure, já fazem parte da rotina da escola. Além disso, um dos alunos diz que:

Fazemos cestos com jornal enrolado, com desenhos de rostos, culinária, manicure, cabeleireiro, enfim, diversas atividades. (Entrevista 5)

Os surdos negros entrevistados explicam que o artesanato produzido nas oficinas pode ser comercializado por eles posteriormente. Muitos deles salientam que confeccionam e vendem produtos artesanais para ajudar no orçamento familiar. Mas, muitos declaram que querem continuar seus estudos cursando uma universidade. Alguns comentam ainda que desejam ser professores, pois terão um salário maior que o salário atual.

Com relação ao fator socioeconômico, foi possível observar o quanto ele influenciou na vida dos entrevistados, pois aqueles que sempre frequentaram escolas particulares, que possuem famílias que tiveram condições financeiras de investir em sua educação, atualmente são estudantes universitários, alguns alunos de pós-graduação, fluentes em Libras e inseridos no mercado de trabalho, atuando em funções que lhes proporcionam viverem de maneira relativamente confortável.

Por outro lado, aqueles provenientes de famílias de baixo poder aquisitivo encontram-se em situação bem diferente, pois a maioria deles relata que não possui qualificação profissional, têm uma longa jornada de trabalho e que dependem dele para garantirem seu sustento. Um dos entrevistados comentou que não participa da Associação de Surdos porque não tem condições financeiras de pagar a

mensalidade. O que busco demonstrar é o quanto o fator socioeconômico interfere na vida e conseqüentemente, nas narrativas dos sujeitos.

Cabe destacar, que alguns surdos, ao serem questionados sobre a possibilidade de continuarem os estudos, ingressando em uma universidade, mencionaram a questão do trabalho, salientando que não podem parar de trabalhar porque precisam garantir seu sustento e que trabalhar e estudar é difícil. Nos excertos a seguir é possível conhecer um pouco da atuação profissional dos entrevistados, bem como a ênfase dada por eles à necessidade que têm de trabalhar a fim de garantir seu sustento a ponto de alguns deles afirmarem que possivelmente não ingressarão em uma universidade porque trabalhar é mais importante.

Sim. Trabalho em um posto. Uso uniforme azul. Trabalho lá há 9 anos, limpo, faço a higiene do local. (Entrevista 5)

Sim, trabalho no correio. Não sou carteiro, só faço a parte de organização das cidades, a seleção das cartas. Meu trabalho é interno. (Entrevista 6)

... Porque tenho que trabalhar. E trabalhar é mais importante, E fazer os dois é muito difícil. (Entrevista 6)

No que se refere ao aprendizado das Libras todos os entrevistados durante a pesquisa relataram que foram oralizados quando crianças e que tiveram acompanhamento com fonoaudiólogas, tendo acesso a Libras somente na adolescência (13-17 anos) e alguns somente na idade adulta (22-23 anos). Um dos entrevistados (entrevista 5) relata que foi oralizado quando criança e lembra que frequentava a fonoaudióloga, porém enfatiza que não gostava daquelas sessões. Ele comenta que sempre chorava ao chegar ao consultório e que isso dificultava o início das sessões e que, a fim de amenizar a situação, a fonoaudióloga oferecia-lhe balas. De maneira divertida ele finaliza o relato do episódio explicando que comia as balas e continuava chorando, pois nem elas tornavam aqueles momentos mais agradáveis.

Ao analisar os dados das entrevistas, foi possível observar que os surdos egressos de escolas comuns tiveram acesso à Libras quando ingressaram na escola

de surdos. Eles descrevem esse aprendizado como um “divisor de águas” em suas vidas, como uma nova fase, um novo caminho, que é entendido por eles, como a inserção na(s) cultura(s) surda(s) e a possibilidade de terem novas oportunidades. Um dos entrevistados (entrevista 1) relatou que para ele o aprendizado da Libras significou o fim do preconceito por ser surdo oralizado, o que possibilitou sua interação com seus colegas de escola que já eram usuários da referida língua. Essas afirmações podem ser observadas no excerto a seguir:

Fui oralizada. Mas, aprendi Libras quando tinha 13-14 anos. E sempre segui esse caminho. (Entrevista 4)

Já na escola de surdos, todos os colegas falavam em Língua de Sinais, a professora dava aula em Língua de Sinais. E eu pensava, puxa! Agora eu estou entendendo. Agora sim. (Entrevista 3)

feita por Strobel (2008) de que a partir do acesso à Língua de Sinais e do contato com o povo surdo, eles têm acesso às informações e aos conhecimentos necessários para a construção de sua identidade surda. Além disso, esses sujeitos, na maioria das vezes, são mais seguros, possuem uma boa auto-estima e orgulham-se de serem surdos. A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade do povo surdo, ela é uma das peculiaridades da cultura surda. É através dela que o sujeito surdo adquire e transmite o conhecimento.

Um dos entrevistados fez um relato muito significativo, pois comentou que passou dois anos em uma escola comum sem ter intérprete de Libras na sala de aula e que um colega ouvinte explicava para ele tudo o que estava acontecendo, da forma que podia. Ele comentou também que, em determinado ano, seu colega ouvinte foi reprovado e ele passou para a série seguinte.

Foi possível perceber que, mesmo já tendo passado muito tempo, o entrevistado fica emocionado ao lembrar o episódio, pois afirma que além de ficar muito triste pela reprovação de seu colega, entendia que naquele momento estava perdendo o único meio de comunicar-se com a turma. Ele explicou que tentou intervir na situação, solicitando na escola que o colega o acompanhasse na série seguinte, mas não obteve êxito. Com relação a isso, ele diz que:

Estudei dois anos, mas fiquei com pena que meu colega rodou, pois ficava me apoiando como intérprete. Eu surdo passei, ele não, eu lutei, pedi que ele fosse junto comigo. No terceiro ano foi quando consegui, teve um intérprete, havia 5 surdos na escola, em inclusão na escola de ouvintes. (Entrevista 2)

As línguas de sinais estão presentes em todas as partes do mundo com suas variações regionais e são amplamente usadas pelas comunidades surdas de cada país. Elas são consideradas as línguas das comunidades surdas e que compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico e que as distinguem dos demais sistemas de comunicação. As referidas línguas são consideradas pela lingüística como línguas, ou como um sistema lingüístico legítimo e não como um “problema do surdo” ou uma “patologia da linguagem”. (QUADROS & KARNOPP, 2004)

No Brasil, a Libras (Língua Brasileira de Sinais) foi reconhecida como a língua oficial das comunidades surdas em 24 de abril de 2002, com a regulamentação da Lei 10.436 e pelo Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005. A Lei 10.436/2002 determina a inclusão de Libras como componente curricular, devendo ser inserida no currículo dos cursos de formação em nível médio e supervisor e nos cursos de fonoaudiologia nas instituições de ensino públicas e privadas

5.3.2 A Incidência de Surdos Atuando na Área da Educação

No que se refere à atuação profissional, é interessante destacar que 4 (quatro) dos surdos negros que concederam entrevista atuam na área da educação, seja como professor ou desempenhando funções administrativas como secretarias de educação. Considero esse número significativo por se tratar de um total de 10 (dez) entrevistados. Essa constatação pode ser observada nos excertos a seguir:

... E agora sou professor de surdos no INES. (Entrevista 1)

Eu trabalho como professora de Educação Física, na escola de surdos Lília Mazon, pois já sou formada na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Trabalho também na Ulbra, lá tenho dois trabalhos, na Escola e também na Universidade, na

Educação à Distância (EAD). Trabalho a disciplina de Libras em diferentes cursos. (Entrevista 4)

Meu nome é R ("r" ao rosto). Sou surdo, estudo no Letras-Libras. Também trabalho na Secretaria de Educação, na Unidade de Inclusão. O objetivo do meu trabalho é mostrar o conhecimento sobre as diferentes culturas. (Entrevista 2)

Também foi possível constatar essa recorrência ao analisar os perfis dos alunos do Curso de Licenciatura em Letras-Libras, turma 2008, pois muitos, ao descrever sua atuação profissional, relatam que são professores, como mostra o seguinte excerto:

Sou surda, Pedagoga, Especialista em Desenvolvimento Psicológico... Mestranda de Língua de Libras na UNB, onde trabalho como professora de Libras. (Surdo B)

Considero importante refletirmos sobre as razões que fazem com que exista um grande número de surdos, e no caso dessa pesquisa, de surdos negros atuando na área da educação. Será que essa escolha ocorre devido às dificuldades enfrentadas por esses surdos durante sua trajetória escolar e, hoje trabalham na educação a fim de contribuir, evitando que outros surdos passem pelas mesmas dificuldades que eles passaram?

Ou é em função da Lei 10.436/2002 que determina a inclusão de Libras no currículo de cursos de formação em nível médio e superior, bem como nos cursos de fonoaudiologia, que determina ainda que essa disciplina seja ministrada preferencialmente por professores surdos? Não pretendo responder a esses questionamentos, mas fomentar discussões sobre a questão. Além disso, acredito que esse é um tema relevante para ser problematizado em futuras pesquisas.

No que tange aos entrevistados que ainda estão estudando no Ensino Fundamental ou Médio, a maioria deles afirma que pretende ingressar na universidade. Dois declararam que desejam ser professores. Um deles afirma que pretende ser professor de Educação Artística, pois gosta muito dessa disciplina. O outro relata que quer ser professor de Educação Física. Quero chamar atenção para

o fato de que mesmo enquanto estudantes, alguns surdos manifestam desejo de exercer essa profissão. Com relação a isso um dos entrevistados diz que

Eu quero me formar rápido, porque quero ser professor de Artes. Faltam professores de Artes nas escolas. (Entrevista 5)

Finalizo este tópico onde realizo discussões e problematizações a partir dos dados empíricos coletados durante a pesquisa que têm os surdos negros como foco de análise. Os dados apresentados foram obtidos através de entrevistas presenciais, à distância e pela análise dos perfis dos alunos do Curso de Letras-Libras. Ao analisar as narrativas de surdos negros, busco aporte teórico em autores que estudam e pesquisam questões étnicas e aspectos relacionados aos sujeitos surdos.

No tópico a seguir realizo as considerações finais. Cabe enfatizar, que essas abordagens não devem ser compreendidas como algo hermético ou definitivo, mas como possibilidades para novos questionamentos. Compreendo que essa pesquisa terá sido produtiva se ela proporcionar a partir das narrativas de surdos negros, aqui analisadas, novas discussões, reflexões e problematizações sobre a temática da “dupla diferença”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chego ao final da pesquisa, foi um longo caminho percorrido. No entanto, não tenho a pretensão de estabelecer verdades a partir das discussões e análises trazidas aqui. Além disso, compreendo que é impossível colocar um ponto final nas discussões referentes à diferença e a “dupla diferença”. São questões que estão abertas e que emergem no cotidiano da sociedade, necessitando em função disso, ser constantemente discutidas e problematizadas.

Busquei neste texto fomentar discussões sobre alguns estereótipos utilizados para representar as pessoas consideradas diferentes tendo os surdos negros, como foco de análise. Mas por que os surdos negros? Porque entendo que tanto os surdos, assim como os negros foram e muitas vezes são concebidos como seres inferiores, limitados e intelectualmente incapazes. Então procurei compreender o que ocorre quando um sujeito possui estas duas diferenças ser surdo e ser negro. No que se refere aos negros cabe destacar que os estudos sobre as desvantagens da população negra demonstram que as diferenças do passado não são suficientes para explicar as desigualdades atuais, o que significa que o regime escravista não deve ser considerado o único responsável pelas desigualdades sociais existentes na atualidade entre negros e brancos (SILVA & ROSEMBERG, 2008).

O racismo em relação aos negros é eficaz para manter e agravar as desigualdades, em um processo ocasionado por muitas desvantagens dos negros em relação aos brancos. Vários indicadores sociais revelam que o Brasil é um país onde existem altos índices de desigualdade entre brancos e negros, e que as mesmas vão além das classes sociais. O racismo, que também pode ser definido como preconceito de cor, pode ser evidenciado a partir de diversos estudos dos anos 1950 até a contemporaneidade. O racismo é um problema contemporâneo que desafia intelectuais, pesquisadores e a sociedade de modo geral. O discurso racista que circula no senso comum e na mídia não possui fundamentação científica. Pelo contrário, todo o discurso que busca respaldo no conceito biológico de raça está alicerçado em dogmas e ideologias políticas (SILVA e ROSEMBERG, 2008; SILVA, 2007).

No que se refere aos surdos, Lane (1992) afirma que no estereótipo dos ouvintes sobre a surdez, ela representa a falta, e não a presença de algo. Nessa

concepção, ser surdo é sinônimo de silêncio, de vazio, significa viver isolado, sem poder ouvir música, falar ao telefone, ouvir avisos e anúncios e sem poder se comunicar com os ouvintes que estão ao seu redor. Também é recorrente a idéia de que os surdos gostam de viver em guetos, isolados, evitando o convívio com pessoas ouvintes. No entanto, esses discursos se distanciam de outros significados da surdez e de outras experiências de ser surdo. Este fato ocorre, com praticamente todas as representações referentes aos grupos considerados minoritários, pois devido a sua suposta inferioridade, não possuem o direito de narrar ou de dizer quem são e qual é sua identidade.

Desde a infância “há maneiras de ser surdo”, pois esta palavra possui diferentes significados de acordo com a maneira que a surdez se constituiu na vida de cada uma das crianças. Isso significa que possivelmente, para uma criança surda, filha de pais surdos, que desde a tenra idade teve contato com a língua de sinais e com a comunidade surda, a surdez terá um significado diferente da criança que nasceu ouvinte e perdeu a audição após a aquisição da linguagem oral (PADDEN & HUMPHRIES, 1988).

Este foi o caminho que tentei trilhar partindo da concepção de que a diferença produz estranhamentos, então busquei conhecer e entender as narrativas dos surdos negros, entendidos aqui como sujeitos “duplamente diferentes”. Assim, durante esta pesquisa “ouvi” as narrativas de alguns destes sujeitos, a fim de conhecer suas vivências. Saliento, no entanto, que não pretendo estabelecer essencialismos, a partir dos dados analisados aqui, mas chamar atenção para a questão da “dupla diferença” e para a necessidade da realização de mais pesquisas sobre esta temática.

Com relação aos resultados da pesquisa foi possível evidenciar que a maioria dos surdos negros entrevistados afirma não ter passado por situações em que o preconceito por serem surdos negros foi evidente, no entanto há aqueles que relatam que sim, que já foram discriminados em função de sua “dupla diferença”. Há ainda surdos negros que reconhecem a “dupla diferença”; mas, afirmam que as duas não formam um todo e não constituem um todo.. Relatam que a “dupla diferença” é marcada, que o preconceito ocorre sim, mas é algo que não é explícito e não aparece no mesmo episódio, por serem surdos negros. Mas em alguns episódios o preconceito ocorre porque são surdos; em outros, porque são negros. No que se refere a análise dos perfis, não foi possível encontrar nesse Espaço Virtual perfis em

que os alunos se autodeclaram negros. Assim, esse é um local que eles se identificam como surdos somente, no entanto, praticamente todos iniciam suas apresentações identificando-se como surdos, sem mencionar a questão da negritude

A partir das narrativas de surdos negros, analisadas durante esta pesquisa, foi possível evidenciar que a experiência de ser duplamente diferente é distinta para cada um dos sujeitos. Uns a consideram um problema em função dos preconceitos existentes na sociedade. Outros a concebem como algo “leve”. Para outros o que “pesa” é o ser surdo e já para outros é, o ser negro. Sendo assim é possível constatar que existem diferentes maneiras de ser surdo negro.

Seria muito bom se um dia as pessoas diferentes, seja por questões étnicas, físicas, sensoriais, intelectuais, etc, fossem concebidas como “normais”. Ou seja, que não existissem em relação a elas preconceitos, discriminações, atitudes de medo, piedade, superproteção, desprezo e indiferença. Onde as diferenças não fossem entendidas como defeitos ou como marcas que desqualificam os sujeitos. Sei que considerações como estas são utópicas e que provavelmente isso nunca ocorra, mas penso que pesquisas como esta realizada na perspectiva dos Estudos Culturais podem contribuir, para o começo de uma nova trajetória, onde os sujeitos diferentes sejam vistos “com outros olhos”.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Lígia Assumpção do. **Resgatando o passado**: deficiência como figura e vida como fundo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre Crocodilos e Avestruzes: falando das diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Júlio (Org.). **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998. p. 11-30.

BANKS-LEITE, Luci Banks; SOUZA, Regina Maria de. O des (encontro) entre Itard e Victor: os fundamentos de uma Educação Especial In: BANCKS LEITE, Luci; GALVÃO Isabel (Orgs.). **A Educação de um Selvagem**: experiências pedagógicas de JEAN ITARD. São Paulo: Cortez, 2000. p.57-62.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. Lei Nº 7.347, 24 de julho de 1985. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 1985.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 36-61, 2003.

COSTA, Marisa Vorraber. Estudos Culturais - para além das fronteiras disciplinares In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.) **Estudos culturais em educação**: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres Marcadas: literatura, gênero e etnicidade In: DUARTE, Constância Lima; DUARTE, Eduardo de Assis. ALEXANDRE, Marcos Antonio. (Orgs). **Falas Do Outro**: literatura, gênero e etnicidade. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria**: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FURTADO, Rita Simone Silveira. **Surdez e a relação pais e filhos na primeira infância**. Canoas: Editora da ULBRA, 2008.

FRY, Peter Henry. Ossos do Ofício. In: STEIL, Carlos Alberto (Org.). **Cotas raciais na Universidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GALLO, Sílvio. Sob o Signo da Diferença: em torno da Educação para a Singularidade. In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel (Org.). **Cultura, Poder e Educação: Um debate sobre estudos culturais em Educação**. Canoas: ULBRA, 2005, p. 213- 223.

HAIRSTON, Ernest; SMITH, Linwood. **Black and deaf in America: are that different**. TJ Publishers, Inc., 1983.

HALL, Stuart. The Work of Representation. In: HALL, Stuart. (Org.) **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London: Open University, 1997.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HASENBALG, Carlos Alfredo. As imagens do negro na publicidade. In: HANSELBAG, Carlos Alfredo; SILVA, Nelson do Valle. **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**. Rio de Janeiro, Vértice, 1988.

KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN, Madalena. **A Língua na Educação do Surdo**. Porto Alegre: Governo do Estado. Secretaria Estadual de Educação/Departamento Pedagógico/Divisão de Educação Especial, v. 1, 2005.

KEHL, Renato. **Eugenia e Medicina social: Problemas da Vida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Alves, 1923.

LANE, Harlan. **A Máscara da Benevolência: A Comunidade Surda Amordaçada**. Coleção Horizontes Pedagógicos. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, Tomás Tadeu (Org.). **O Sujeito da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 35-86.

LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. Produção, circulação e consumo da cultura surda. In: KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN, Madalena. In: Karnopp, Lodenir; Klein, Madalena; Lunardi-Lazzarin, Márcia Lise. (Org.). **Cultura Surda na Contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações**. 1 ed. Canoas: Editora da ULBRA, 2011, p. 13-28.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os Infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOMBROSO, Cesare. O homem delinqüente. Tradução Sebastião José Roque. 1. ed. São Paulo: Ícone, 2007.

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo. Marcadores culturais surdos. In: VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa; LOPES, Maura Corcini (Orgs.). **Educação de surdos**: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010. p. 116-137.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de Inclusão e Governamentalidade. **Educação e Realidade**, v. 34, n. 2. Mai./Ago. 2009. p. 153-169.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Política de cotas raciais: “os olhos da sociedade” e os usos da antropologia - o caso do vestibular da UNB. In: STEIL, Carlos Alberto. (Org.) **Cotas Raciais na Universidade**: um debate. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006

PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. **O Surdo na América**: vozes de uma cultura. London England: Harvard University Press, 1988.

PARÉ, Ambroise. **Des monstres et prodiges**. Edition critique et commentée par Jean Céard. Genève: Librairie Droz, 1971.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira**: Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

ROCHA, Rosa Maria de. **Pedagogia da Diferença**: A Tradição Oral Africana para a Prática Pedagógica Brasileira. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008.

SILVA, Mozart Linhares da. A invenção da raça. In: SILVA, Mozart Linhares da. (Org.). **Ciência, Raça e Racismo na Modernidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

_____. **Educação, Etnicidade e Preconceito no Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista; ROSEMBERG, Fúlvia Brasil: lugares de negros e brancos na mídia In: DIJK, Teun A. Van (Org.). **Racismo e Discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 73-118.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade**: Uma Introdução às Teorias do Currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. Identidade e diferença: impertinências. **Educação e Sociedade**, São Paulo, n. 79, p. 65-66, 2002.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. A Entrevista na Pesquisa em Educação: Uma Arena de Significados. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos Investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em Educação. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SKLIAR, Carlos Bernardo. Prefácio. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Orgs.). **A Invenção da Surdez**: cultura, alteridade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

_____. Abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial SKLIAR, Carlos. (Org). **Educação e Exclusão**: Abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 1997. p 8 – 20.

_____. Seis perguntas sobre a questão da inclusão ou de como acabar de uma vez por todas com as velhas - e novas - fronteiras em educação. **Proposições**, Campinas: Unicamp, v. 12, n. 2-3, p. 11-21, 2001.

SOUZA, Jessé. (Org.). **Multiculturalismo e Racismo**: uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997.

STROBEL, Karin. **As Imagens do outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

SZWAKO, José. Identidades liquidadas. **Revista de Sociologia e Política**. n. 27. Curitiba. Nov. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782006000200017&script=sci_arttext>. Acesso em 8 nov. 2011.

WRIGLEY, Owen. **The politics of deafness**. Washington: Gallaudet University Press, 1996.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CENSO DO IBGE 2010

Disponível nos sites:

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2017&id_pagina=1. Acessado em Abr 2012.

<http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2011/04/30/ibge-brasil-e-mais-negro-cuidado-com-o-racismo/>. Acessado em Abr 2012.

ANEXOS

ANEXO A - QUESTIONÁRIO REFERENTE AO PROJETO DE PESQUISA: AS REPRESENTAÇÕES CULTURAIS DOS SUJEITOS DUPLAMENTE DIFERENTES: OS SURDOS NEGROS NA CONTEMPORANEIDADE.

Novembro/2010

Questões:

- 1) O que significa para você ser surdo negro? Na tua opinião este fato constitui uma “dupla diferença!”? Justifique tua resposta.
- 2) Participas ou já participaste de algum Movimento Negro?
- 3) Participas de alguma comunidade surda? Se a resposta for afirmativa, fale um pouco sobre ela
- 4) Vivenciaste durante tua trajetória escolar situações de preconceito pelo fato de ser negro? Faça um breve relato dessas experiências.
- 5) Na tua concepção, foste mais discriminado pelo fato de ser surdo negro, ou seja, acreditas na existência de um “preconceito duplo”, como se ao olhar para você na escola, as pessoas pensassem: ALÉM DE SURDO AINDA É NEGRO, ou o contrário. Fale um pouco sobre isso.
- 6) Frequentastes escola de surdos ou escola de ouvintes?

ANEXO B - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTAS

- Apresento a seguir a transcrição de 8 (oito) das 10 (dez) entrevistas que foram realizadas durante a pesquisa, já que de dois vídeos não foi possível fazer a transcrição devido à problemas técnicos ocorridos nos mesmos.

Entrevista 1: Aluno de uma Escola de Surdos de Porto Alegre

P: Bom dia, meu nome é Rita, e o seu?

Nome é Washington. Tenho 32 anos.

P: Qual a série que tu estas?

Primeiro ano do Ensino Médio.

P: Tu trabalhas?

Na Termolar.

P: Ah! Das garrafas térmicas?

Isso.

P: Eu queria que tu me falasses um pouco...

Eu trabalho das 15hs às 11hs da noite. Chego em casa 1h da manhã... E paciência, tem que trabalhar. Isso é o normal da vida. Faz dois anos já que eu trabalho lá. É assim.

P: Eu queria que tu falasses um pouco se ao longo da tua vida tu enfrentaste preconceito pelo fato de tu ser surdo e negro. Na escola, no trabalho, na família.

Só uma mulher uma vez que...AH. Uma criança uma vez me viu e eu estava conversando com um amigo. . Ela me viu e falou que eu era negro. Daí, meu amigo interferiu. Ele disse: "Não, não pode fazer esse tipo de relação. Precisa respeitar ter ética. Não pode ter preconceito". Então, esse amigo fez essa interferência. Mas o menino tinha dez anos não sabia o que tava fazendo. E eu não me preocupei. Deixei. Daí depois que eu fiquei sabendo que podia acontecer de ter preconceito, de provocação. Que podia acontecer de processar. Eu concordo com isso. Eu não concordo com a falta de ética e com a falta de respeito com as pessoas.

P: E por ser surdo, enfrentaste algum tipo de preconceito?

Sim. Alguns ouvintes também, porque é fácil. Muitas vezes o surdo não percebe que o ouvinte ta falando mal dele. É pouco mas eu sei que acontece isso de os ouvintes ficarem cochichando. É importante que no mundo os brancos e os negros aprendam a conviver e ter respeito pelos outros. Que as leis sejam estabelecidas assim e que nós possamos viver em união e que todos os países possam aceitar o convívio com as pessoas, porque as vezes as pessoas tem opiniões diferentes assim como tem cor de pele diferente, mas elas poderiam conviver e entender o significado de viver em colaboração. É branco e negro trabalharem em colaboração.

P: Com que idade tu aprendeste a língua de sinais?

Eu aprendi em São Paulo com 3 anos. Depois com 5 anos eu vim morar em Novo Hamburgo. Daí eu aprendi LIBRAS e minha mãe fazia muitas expressões faciais, Daí eu consegui. Depois meus pais se mudaram pra Capão e lá era inclusão. Os professores não sinalizavam nada. Não me auxiliavam em nada. Tudo escrito. Daí eu comecei a ir muito mal na escola. Daí mudei para Porto Alegre e fui estudar no Frei Pacífico, uma escola de irmãs.

P: O entrevistado continua dizendo que:

Então eu estava na primeira série com 14 anos. Daí assim, eu sabia muito pouco dos sinais. Daí eu perguntava muitas coisas pra minha mãe e ela dizia: “Não, vai tu; vai tu. Tu que tem que aprender.” Isso em 1993. Daí eu fiz uma avaliação com a fono. O nome dela era Tatiane e ela me ensinou muitas coisas. Aprendi a escrita, a matemática. Então, consegui me formar. Cresci e agora estou aqui no Lília Mazon

P: tu nasceste surdo?

Não, mas quando eu tinha cerca de 1 ano eu estava brincando com minha mãe e ela estranhou porque eu já sabia pegar os brinquedos que ela me pedia na caixa. E isso deixou de acontecer porque um dia uma porta bateu e o movimento do ar muito forte e minha mãe me levou no médico. Fizeram exame e eles descobriram que eu tinha meningite. Eles me deram soro também porque eu não conseguia comer eu estava com o corpo gelado e enrijecido. E nada adiantava. Depois disso que foi diagnosticada minha surdez. Fiquei assim por muito tempo. Minha mãe ficou muito preocupada e cuidava de mim. Depois que eu melhorei eu falei ainda algumas palavra e minha mãe ficou muito aliviada que eu não tinha morrido. Isso levou ao menos um mês com minha mãe comigo. Ela não tinha como trabalhar. Ia e vinha pra me cuidar. Muito preocupada. Depois eu melhorei, comecei a comer e engordei bem e, então, foi diagnosticada a surdez.

P: Que idade você tinha?

Tinha um ano. Minha mãe que me conta esta história.

Eu entrei na escola aos 4 anos em Minas Gerais no regime de inclusão. Eu lembro minha mãe me levar pra escola. Eu não entendia nada. Sentava e olhava para o quadro e copiava apenas a matéria sem entender. Isso faz muito tempo e tinha muitos alunos e apenas eu de surdo. Uma pena porque eu não aprendia nada.

P: Tu frequenta a Associação de Surdos?

Depende. Quando eu tenho tempo, porque eu trabalho das 15hs às 11h. Quando eu vou lá? Fica difícil.

P: Pretendes ingressar em uma Universidade quando concluíres o Ensino Médio?

Fico preocupado e todos nós surdos reivindicamos por uma escola de Ensino Médio pra poder cursar uma faculdade e ter uma condição de vida melhor. Muitos surdos não se importam com isso. Não se preocupam em trabalhar, estudar e serem pessoas mais qualificadas. E a faculdade permite que tu aprimore, vá em palestras e tenha acesso a esse conhecimento. Agora no Brasil já tem muitos surdos graduados, especialistas e mestres e conseguiram se formar. Muitos surdos não sabem disso e nem se imaginam assim, mas é preciso ter em mentes esses exemplos como modelo. Eu fico pensando nesses exemplos e pretendo segui-los. Muitos pensam que os surdos são burros ou incapazes, mas não. Somos inteligentes por isso a importância do bilingüismo. Usar a língua visual-gestual permitindo que construamos nossa identidade com a presença de intérpretes pra nos tornarmos melhor. Muitos ouvintes pensam que somos inferiores, mas não é verdade. O surdo pode ser igual usando a língua de sinais ou o português escrito ou talvez um bimodalismo. Esses elementos são fundamentais para o nosso desenvolvimento. Eu quero sim fazer uma faculdade. Só fico preocupado com a mensalidade de uma faculdade particular. É difícil, tenho medo, mas precisa tentar. Me preocupo também com as notas pra conseguir ingressar na faculdade.

P: Tu já tem algum curso em mente?

Depende de quando eu me formar. Parece ser daqui a 5 anos, mas posso acelerar e fazer em um ano e meio, mas ainda não escolhi um curso. Vou me formar primeiro e depois buscar me informar sobre isso e ver o que combina com o que eu gosto. Me interessa muito por robôs, eletroeletrônica e concertar

P: Ok, Obrigada. Foi muito bom conversar contigo

E: Obrigado. Que bom! Foi um prazer para mim também.

Entrevista 2: Aluno do Curso de Letras-Libras do INES/RJ- Turma 2008

Ser surdo e negro para mim é normal, na verdade, nunca fui vítima de preconceito. Mas estou sempre atento.

Ele explica ainda que:

Nunca tive preconceito na escola por ser negro, mas sim por ser surdo. Já vi um amigo surdo e negro que sofreu preconceito duplo, mas eu nunca, só sofri preconceito por ser surdo. Porque as pessoas são assim. A resposta é por causa da Língua, na verdade o preconceito é linguístico.

P: Participas ou já participaste do Movimento Negro?

Já participei do Movimento Negro em São Paulo.

P: E da Comunidade Surda participas?

Participava na Comunidade Surda, mas agora estou meio ocupado por causa das duas faculdades que faço ao mesmo tempo.

P: Durante tua trajetória escolar estudaste em escolas ao lado de escola de surdos ou de ouvintes?

Frequentava escola de ouvinte e na oitava série entrei para escola de surdo, INES, os 2 são preconceitos diferentes, na escola de ouvintes o preconceito era por ser surdo, no INES era por ser surdo oralizado, mas quando aprendi Libras o preconceito acabou. E agora sou professor de surdos no INES.

Entrevista 3: Aluno do Curso de Letras-Libras- UFSM/ R/S- Turma 2006

O entrevistado a seguir se apresenta da seguinte maneira:

Meu nome é R, meu sinal é este (“r” ao rosto). Sou surdo, estudo no Letras-Libras. Também trabalho na Secretaria de Educação, na unidade de inclusão. O objetivo do meu trabalho é mostrar o conhecimento sobre as diferentes culturas.

Esta entrevista foi realizada de forma bem informal e durante a mesma foram abordadas várias questões relevantes.

P: *“O que, para ti, significa ser surdo negro? Tu achas que o surdo negro se constitui em dupla diferença ou não? Dê tua opinião, discuta sobre isso”.*

Eu acredito que sim, pois eu já vi críticas sociais, duplo preconceito porque eu sou surdo e também negro, duas deficiências diferentes. Mas eu acredito que isso tem dois significados diferentes, uma parte em relação a surdez e outra em relação a negritude, que tem significados diferentes.

P: *“Que significados são estes que tu dizes que há em separado”?*

Porque por um lado mostra uma deficiência, por outro lado, o ser negro mostra uma cor, raça. Por exemplo, tenho duas opiniões, duas escolhas, mas eu não posso escolher, pois as duas são minhas. Elas estão lá, não posso cancelar uma delas.

P: *Tu participas de algum Movimento Negro? Explique.*

Sim. Dia 20 de novembro, também tem o Movimento Surdo Negro de São Paulo que objetiva lutar pela cultura surda negra e também pelo negro. Também participo da organização do projeto do Paulo Paim, cujo tema é o preconceito racial do negro. Meu objetivo, minha preocupação e foco, é o surdo negro, porque começando fazer pesquisa, comparando estas duas diferenças, porque negro ouvinte tem um

problema, surdo negro tem dois problemas, ser surdo mais ser negro. Então este projeto, começa colocando um parágrafo na lei que coloque o surdo negro.

Ele comenta ainda que:

Há opiniões sobre o que acontece no Movimento, na hora em que aconteceu em diferentes locais. O preconceito que acontece nos bancos, dentro do trabalho, no ônibus, etc.

P: Tu participas da comunidade surda, associação de surdos, explique um pouquinho também como é essa tua participação no Movimento Surdo.

E: Sempre participo da comunidade surda sim, do movimento também. Acho mais importante mostrar a identidade surda, a identidade cultural. Porque assim a sociedade valoriza, admira. Nós mostramos repetidamente a Cultura Surda, essa identidade própria.

P: O que tu achas que há de semelhanças entre o Movimento Surdo e o Movimento Negro? O que há de igual? De diferente? Qual tua opinião?

Na verdade eu participo de diversos movimentos, o movimento, grupo gay, participo do movimento negro, surdo e, percebi que todos os movimentos tem igualdades, mas a identidade cultural é diferente, os grupos têm demandas diferenciadas, mas a luta, o movimento é igual.

P: Tu já sentiste na tua vida, na escola, quando começaste a estudar ou nesse processo, sentiu preconceito? Já houve na tua vida, percebeu ofensas, preconceito?

É... Na escola de surdos que eu sempre estudei não havia preconceito, não tinha, pois era uma comunidade pequena. No entanto, depois fora da escola, houve algum preconceito, pois antes eu vivia em um estado social baixo, a família... Às vezes, olhavam para mim e eu sentia vergonha, olhava para os outros e achava que são mais poderosos que eu. Depois eu cresci, e a história se inverteu, eu sou mais poderoso e eles não. A sociedade é diferente.

P: Tu percebes que há um preconceito duplo, surdo negro, ou há mais preconceito por ser negro ou por ser surdo? Como tu achas que é visto este duplo preconceito?

Eu percebo, por exemplo, se eu não uso sinais (sinalizo) em qualquer lugar que eu não use sinais, passo caminhando e uma pessoa me vê, há um tipo de preconceito. Se eu uso as duas coisas, junto os sinais e o negro, é preconceito duas vezes.

P: Tu achas que tem um Movimento Surdo Negro? Qual a luta dele agora? Pois já teve a luta pela oficialização da Libras, a lei contra a discriminação. Agora pelo que tu percebes que o Movimento Surdo e o Movimento Negro lutam, qual é o objetivo?"

Eu tenho vontade de lutar pela lei que traz a questão do negro como disciplina de aula. A história do negro. Eu também queria colocar a disciplina sobre o surdo, para conhecer, entender o que é negro, para ver, comparar estes dois preconceitos. Aproveitar para colocar dentro da escola de surdos, obrigar a aprender a disciplina sobre o negro.

P: Agora tu explica como foi tua escola, tu participou de escola de surdos, escola de ouvintes com inclusão. Explica tua experiência neste processo escolar.

Até a 5ª série estudei em escola de surdos em Pelotas, depois minha mãe me mudou para uma escola de ouvintes, porque minha mãe queria que eu aprendesse mais coisas. Assim, eu estudei em duas escolas até a 8ª série.

Estudei dois anos, mas fiquei com pena que meu colega rodou, pois ficava me apoiando como intérprete. Eu surdo passei, ele não, eu lutei, pedi que ele fosse junto comigo. No terceiro ano foi quando consegui, teve um intérprete, havia 5 surdos na escola, em inclusão na escola de ouvintes.

Entrevista 4: Aluno Curso de Licenciatura em Letras-Libras- UFSM/RS- Turma 2006

A próxima entrevistada é a primeira dos participantes da pesquisa do sexo feminino. Ao ser questionada se acredita que o fato de ser surda negra se constitui em uma “dupla diferença”, ela responde que:

P: O que significa para você ser surdo (a) negro (a)? Na tua opinião isso se constitui uma “dupla diferença” Justifica tua resposta.

Pois é, eu não pensava nisso, não pensava na cor, não pensava na dupla diferença, ser surdo negro. Eu sempre ficava angustiada com as questões dos surdos, porque na escola de inclusão que eu estudava todos eram ouvintes e eu me sentia diferente em relação à surdez, em pensar que eu era surda, mas não em pensar em ser negra.

E aí com o tempo, quando eu me mudei aqui para Porto Alegre, que eu estudei no Concórdia, uma escola de surdos, teve um aluno que disse: Ah, tu combina, seria legal se tu namorasse com um surdo negro. Eu disse: Não, eu não quero namorar, não tem nada a ver eu escolher a cor. O importante é a relação, se a gente se gosta. Então ele ficava dizendo: Não, não, você tem que ser com pessoa negra, porque tua cor é assim. Então tu combina mais com negros. Eu me lembro que aconteceu uma vez só mas só isso, eu nunca pensava nessa dupla diferença, ou me sentia angustiada por ser negra; só por ser surda. Mas, hoje eu me sinto muito feliz por ser surda e negra, me sinto bem, tranqüila...

P: Participas do Movimento Surdo?

Não, antes eu nunca participei do Movimento Negro, eu participava do Movimento Surdo, dos movimentos todos.

P: *E com relação ao Movimento Surdo, como é tua participação?*

Participei muito do Movimento Surdo, passeatas, manifestações para reivindicar escolas de surdos, clube dos surdos. Algumas passeatas sobre legislação. Todos estes movimentos eu participo, sempre participei de movimentos relacionados aos surdos. Desde 2002 até agora, sempre participo.

P: Já vivenciaste durante tua vida preconceito pelo fato de ser surda negra?

Não, nunca percebi, pois é de preconceito só naquela questão que eu contei do namoro. E às vezes as pessoas têm preconceito em relação ao surdo. Então, comigo por ser surda, eu sentia muito preconceito. Mas por ser negro só neste momento. E foi um surdo que me disse isso. Então eu percebo que é assim; os surdos têm preconceito em relação à cor, e os ouvintes em à surdez.

P: No que consistem estes preconceitos em relação à surdez? Eram no ambiente escolar? Partiam de colegas? De professores? Fale sobre estes preconceitos.

Os dois, os dois têm. Em relação à escola inclusiva, os professores ouvintes e os colegas têm preconceito. Às vezes, eles falavam, falavam em sala de aula, viravam de costas, e às vezes, terminava a aula e eu, né? Já acabou? E eu não entendia as coisas. Os colegas também... Eu me sentia muito angustiada com isso. Os colegas, por exemplo, às vezes eram grupo de três para fazer um trabalho, e o pessoal já tinha se combinado, os grupos já tinham sido formados e eu onde ficava? Ninguém me convidava ninguém me procurava para fazer parte do grupo. Então, eu tinha que procurá-los para que eu pudesse fazer o trabalho em grupo. E ai, a professora, às vezes dizia: Ela é surda, deixa ela entrar no grupo de vocês e ninguém respondia nada. Ai, ela dizia: Puxa, vamos lá, vamos formar os grupos. Ai tinha um grupo que dizia: Tá, pode ser aqui. Sabe, então eu me sentia sempre a última, sentia preconceito em relação à surdez.

P: Consideras melhor a escola de surdos ou de ouvintes, a partir de tua experiência?

Melhor na escola de surdos, pois é fazendo esta comparação de ouvintes e da escola de surdos... Por exemplo, na disciplina de história eu rodava porque a professora falava demais e eu ficava ali tentando entender e eu via que os colegas levantavam a mão para dar opiniões, fazer comentários, alguma coisa assim sobre a disciplina e eu queria entender o que eles estavam falando. Já na escola de surdos, todos os colegas falavam em Língua de Sinais, a professora dava aula em Língua de Sinais. Então quando eles levantavam o braço para dar opinião ou fazer uma observação, eles falavam em Língua de Sinais. E eu pensava: puxa! Agora eu estou entendendo, agora sim.

Entrevista 5- Professora de Educação Física de uma Escola de Surdos de Porto Alegre e professora de Libras em uma universidade privada.

A entrevistada a seguir é a segunda participante da pesquisa do sexo feminino. A entrevista foi realizada durante uma conversa alegre e descontraída entre a

pesquisadora e a entrevistada. Após as apresentações, expliquei os objetivos de minha pesquisa para a entrevistada, salientando a importância da sua participação para o desenvolvimento da mesma e em seguida comecei a realizar as perguntas.

P: O que significa para você ser surda negra? Na tua opinião esse fato se constitui em uma dupla diferença? Você considera que é visto pela sociedade como uma pessoa “duplamente diferente” se comparada aos ditos normais?

Eu acho que tem duas diferenças ser surdo e ser negro. Mas, que isso é normal. Eu nasci negra e isso não tem diferença. É tudo normal, para mim tudo bem.

P: Você acredita ter enfrentado mais preconceitos ao longo de sua vida pelo fato de ser surda negra?

E

P: Você acredita ter enfrentado mais preconceitos ao longo de sua vida pelo fato de ser surda negra?

Nada, nunca tive problema, sempre foi tudo normal para mim. Nunca enfrentei nenhum tipo de preconceito, na escola, no trabalho, nadinha. Sou tratada como igual, não tem problema.

P: Tu participas ou já participaste de algum Movimento Negro?

Minha mãe sempre participou da comunidade negra, mas eu não vou. Participo apenas da comunidade de surdos.

P: Tu freqüentaste escola inclusiva ou escola de surdos?

Sempre estudei em escola de surdos, no Concórdia. Eu cresci lá dentro desta escola.

P: Tu freqüentaste escola inclusiva ou escola de surdos?

Sempre estudei em escola de surdos, no Concórdia. Eu cresci lá dentro desta escola.

P: Pensas que isso pode explicar o fato de nunca ter vivenciado preconceitos em sua trajetória escolar?

Sim, eu acredito que sim porque eu sempre cresci junto, na conversa, nas trocas nada de preconceito eu sofri. Nada de provocação por ser surdo. Nadinha.

P: Com que idade aprendeu Libras

Aprendi quando eu tinha 13 anos. Fui oralizada, ma depois com 13-14 anos aprendi Libras. E sempre segui neste caminho.

P: Gostaria que falasses um pouquinho sobre sua vida atual, no que se refere à vida profissional, o que faz onde trabalha e sua formação

Eu trabalho como professora de Educação Física, na escola de surdos Lilia Mazon, pois já sou formada na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Trabalho também na Ulbra, lá tenho dois trabalhos, na Escola e também na Faculdade, na Educação à Distância (EAD). Trabalho a disciplina de Libras em diferentes cursos.

Entrevista 6- Aluno de uma escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos (EJA) localizada em Porto Alegre.

P: Você enfrentou ao longo de sua vida preconceito por ser surdo negro?

Eu acho ótimo que surdos e negros estejam juntos, é preciso ter contato com a UFRGS para que os surdos possam fazer trocas.

Em seguida reformulei a pergunta, que foi traduzida pela ILS como uma tentativa de fazer com que o entrevistado compreendesse a questão que estava sendo proposta.

P: O que pensas de ser surdo negro? Vivenciaste situação de preconceito por ser surdo ou por ser negro? Acreditas que o preconceito é maior por ser surdo negro?

Nunca tive contato com ouvinte para conversar com surdos negros.

Ao perceber que não havia nenhuma conexão entre a pergunta feita por mim e a resposta dada pelo surdo negro, cheguei a pensar em suspender a entrevista, por acreditar que não existia a possibilidade de discutir as questões relacionadas á “dupla diferença” com aquele entrevistado. Porém, decidi “ouvir” o que ele tinha para dizer. Ele relatou que gosta muito das aulas de Artes e comentou que deseja ser professor dessa disciplina, pois segundo ele, faltam profissionais nas escolas. Tal afirmação pode ser observada no excerto a seguir:

Eu quero me formar rápido, porque quero ser professor de Artes. Faltam professores de Arte nas escolas

Ao perceber que não havia nenhuma conexão entre a pergunta feita por mim e a resposta dada pelo surdo negro, cheguei a pensar em suspender a entrevista, por acreditar que não existia a possibilidade de discutir as questões relacionadas á “dupla diferença” com aquele entrevistado. Porém, decidi “ouvir” o que ele tinha para dizer. Ele relatou que gosta muito das aulas de Artes e comentou que deseja ser professor dessa disciplina, pois segundo ele, faltam profissionais nas escolas. Tal afirmação pode ser observada no excerto a seguir:

Eu quero me formar rápido, porque quero ser professor de Artes. Faltam professores de Arte nas escolas.

Em seguida o entrevistado relatou que está cursando a Totalidade 6, que equivale ao último ano do Ensino Fundamental. Explicou que após a conclusão dessa Totalidade irá cursar o Ensino Médio, para posteriormente ser aluno no curso de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Comentou que ser aluno dessa universidade é um grande sonho dele. A partir daí, a entrevista foi fluindo de forma informal, mas produtiva. Segundo ele, teve contato com a Libras pela primeira vez quando chegou na Escola de Surdos.. Relata que foi oralizado quando criança lembra que frequentava a fonoaudióloga e que chorava em todas as sessões porque não gostava daqueles encontros.

Fazíamos cestas com jornal enrolado, desenhos de rostos, culinária, manicure, cabeleireiro, enfim

Entrevista 7- Aluno de uma escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos (EJA) localizada em Porto Alegre.

A entrevista a seguir refere-se ao segundo surdo negro entrevistado na escola mencionada anteriormente. Ao ser questionado se já vivenciou preconceito por ser surdo negro e se para ele isso se constitui em uma “dupla diferença” esse entrevistado respondeu que foi discriminado por ser surdo, mas não por ser negro. Essa afirmação pode ser evidenciada no excerto abaixo:

Sim, um ouvinte me ofendeu. Eu disse que não gostei da brincadeira, pois eu não o conhecia.

P: Tu trabalhas?

Sim trabalho em um posto. Uso uniforme azul. Trabalho lá Há 9 anos, limpo, faço a higiene do lugar.

P: Sempre estudaste em escola de surdos?

Eu estudei em escola perto de minha casa, mas eu era o único surdo e não me sentia bem.

P: Pretendes fazer um curso superior após concluir o Ensino Médio?

Eu quero me formar, gostaria de fazer uma faculdade, mas é pesado tem que fazer provas.

P: Pretendes continuar trabalhando no posto de combustíveis? Não pensas em trocar de profissão?

Sim sempre. Já trabalho lá há vários anos. Não pretendo trocar de profissão. Uma apenas chega já tenho 29 anos.

Entrevista 8: Entrevista realizada com surdo negro aluno de uma escola de Ensino Médio para surdos de Porto Alegre

Esse entrevistado tem 23 anos de idade e está cursando o primeiro ano do Ensino Médio. Ao ser questionado pela pesquisadora se durante sua trajetória escolar, profissional e na vida como um todo, vivenciou preconceito pelo fato de ser surdo negro, ou seja, em função de sua “dupla diferença,” responde o seguinte:

Não, nunca senti preconceito. Eu sempre tive muitos amigos. Também nunca tive dificuldade com rejeição das pessoas.

Ao ser questionado sobre sua trajetória escolar o surdo negro relatou que estuda a muitos anos na escola onde a entrevista foi realizada. Enfatizou que frequentou escola regular pouco tempo, quando era ainda bem pequeno e que depois disso sempre estudou em escolas de surdos. No que se refere ao aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (Libras) o entrevistado comentou que aprendeu a mesma com 8-9 anos de idade quando ingressou na escola de surdos. Em seguida, a pesquisadora perguntou se o entrevistado trabalhava. Conforme é possível observar nos excertos abaixo:

P: Atualmente tu trabalhas? Onde?

Sim, trabalho no correio.

P: Como carteiro?

Não eu faço parte da organização das cidades e seleção de cartas. Meu trabalho é interno.

Ao ser questionado pela pesquisadora sobre sua participação no Movimento Negro e no Movimento Surdo, o entrevistado respondeu que nunca teve nenhuma participação ou envolvimento com o Movimento Negro, mas salientou que frequenta a Associação de Surdos. Em seguida, a pesquisadora perguntou ao entrevistado sobre seus planos quando concluir o Ensino Médio e se é sua intenção ingressar em uma universidade. O questionamento e a resposta seguem abaixo:

P: Depois que conclúires o Ensino Médio, pretendes continuar estudando e ingressar na universidade?

Mais ou menos. Na verdade eu não sei.

Ao ser questionado sobre o motivo pelo qual não pretende dar continuidade aos seus estudos o entrevistado respondeu que:

Porque tenho que trabalhar. E trabalhar é mais importante. E fazer os dois é muito difícil.